



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARINA PINHEIRO SOUSA

***VIOLÊNCIA DE GÊNERO: OS SIGNIFICADOS PRODUZIDOS POR
MÃES/RESPONSÁVEIS SOBRE O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTO-
JUVENIL FEMININO***

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia C. Sobral

TERESINA- PI
MAIO, 2018

MARINA PINHEIRO SOUSA

***VIOLÊNCIA DE GÊNERO: OS SIGNIFICADOS PRODUZIDOS POR
MÃES/RESPONSÁVEIS SOBRE O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR
INFANTO-JUVENIL FEMININO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, com vistas à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Gênero e Geração

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral.

TERESINA-PI

MAIO, 2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S725v

Sousa, Marina Pinheiro.

Violência de gênero : os significados produzidos por mães/responsáveis sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino / Marina Pinheiro Sousa. -- 2018.

141 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2018.

“Orientadora: Prof^a Dr^a Rita de Cássia C. Sobral”.

1. Gênero. 2. Abuso sexual intrafamiliar. 3. Infanto-juvenil feminino.
4. Discurso de mães. I. Sousa, Marina Pinheiro. II. Título.

CDD 305.4

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

MARINA PINHEIRO SOUSA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: os significados produzidos por mães/responsáveis sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, com vistas a obtenção do grau de Mestra em Sociologia.

**Linha de Pesquisa: Gênero e Geração
Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral**

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Rita de Cássia Cronemberg Sobral (UFPI - Orientadora)

Prof. Dra. Mary Alves Mendes (UFPI - Examinadora Interna)

Prof. Dra. Elizangela Barbosa Cardoso (UFPI - Examinador Externo)

Prof. Dra. Maria Rosangela de Souza (UFPI - Examinador Interno Suplente)

Aprovado em: _____ / _____ / _____

**TERESINA-PI
MAIO, 2018**

*A todas as mães e filhas que conviveram com abuso sexual intrafamiliar e que escolheram denunciar. À mães que buscaram justiça e dignidade a suas famílias. Dedico às mães que diante do desespero, optaram por **enfrentar** e acima de tudo, escolheram ensinar, compreender e respeitar suas filhas.*

AGRADECIMENTOS

*Terra inteira, aclame
Javé! Sirva a Javé com
alegria, e vá até ele
com gritos jubilosos!
Saiba que somente
Javé é Deus: Ele nos
fez e a ele
pertencemos, somos
seu povo e ovelhas
do seu rebanho.
Entrem por suas portas
dando graças, com
cantos de louvor em
seus átrios, celebrem
a ele e bendigam o seu
nome: “Sim, Javé é
bom: o seu amor é
para sempre, e sua
fidelidade de geração
em geração”.*

Salmo 100

Cheguei ao final e agradecer a todas as pessoas que trilharam esse caminho comigo é extrema alegria. Entendo que a importância do outro faz uma imensa diferença em minha vida. Ser grata a vocês é o mínimo que poderia fazer, pois foi com a ajuda de cada um que hoje concretizo este sonho. Trilhar a trajetória da pós-graduação é árdua, às vezes angustiante, solitária e também prazerosa, pois diante da dificuldade conseguimos nos superar, através de descobertas diárias, através das responsabilidades que devem ser cumpridas e por fim, o prazer da realização profissional. E o melhor da trajetória, é sentir todo esse sentimento e saber que não desisti é melhor ainda, que consegui me superar todos os dias, pois foram anos difíceis.

Primeiramente agradeço ao meu Deus, por ter me dado coragem para recomeçar inúmeras vezes, por ter conseguido superar as dores e as feridas ao longo desses dois anos. Senhor, eu te louvo e te bendigo com toda minha gratidão por esse tempo em minha vida, tempo complicado, porém, contigo ao meu lado, minha fé foi edificada.

Agradeço de todo coração à intercessão de Nossa Senhora em minha vida. Minha mãezinha e minha advogada, quanta gratidão por seu amor esposorial e pelo seu colo maternal. Quanta alegria por ser consagrada a TI! Obrigada minha querida mãe, pelos momentos que me colocou no colo e me abraçou transmitindo a paz que eu necessitava nesses

dois anos. Obrigada pela sua presença tão viva, fiel e permanente em minha vida. Só quero pedir que fique comigo sempre! Muito Obrigada!

À minha mãe, Fátima, por ser essa mulher forte e admirável, por me incentivar sempre dar passos largos e por ter me iniciado na fé. Mãe sou grata por todas as madrugadas que passamos juntas, por sua docilidade, por sua dureza quando necessário. Hoje olhando para tantos momentos que passamos juntas, vejo que tenho uma pessoa em que posso me apoiar sempre que precisar de amor e compreensão. Muito mais do que mãe, você é minha amiga, meu escudo. Amo-te muito!

Ao meu pai, Ernani (in memorium), que Deus levou para junto de si, no primeiro ano de mestrado. Pai agradeço pelo seu amor incondicional, agradeço pelos abraços dados, pelas palavras doces durante toda a minha vida. Obrigada pelo seu exemplo de pai, pelos sinceros carinhos, pelo seu coração bondoso, pelo exemplo de caridade que nos deixou. Hoje sei que pouco adiantaria a riqueza dos meus estudos se não tivesse apreendido com seus exemplos; a viver com dignidade e respeito. Nesse momento fecho meus olhos e sinto a tua presença com aquele sorriso emocionado, sinto teu abraço, ouço tuas palavras de incentivo e me sinto orgulhosa de tamanha realização. Choro em silêncio... Tenho que me conformar com a tua ausência, entretanto, agradeço a sua silenciosa companhia e a tua forte intercessão no reino do céu por mim e por nossa família, nos transmitindo serenidade e força, sei que estamos unidos por um amor infinito, pois, nosso amor nunca terá ponto final e sim reticências. Você me ensinou a caminhar e vencer os obstáculos da vida, como seria bom, tê-lo nessa ocasião tão importante. Amo-te demais!

Agradeço, a meu irmão Danilo, com seu amor, você me compreendeu e compartilhou das minhas preocupações, angústias e inseguranças, mesmo na distância física. Obrigada, pelo seu exemplo de fé, por sua fidelidade a Deus e pelo seu testemunho de fé que me evangeliza todos os dias. Cada abraço, cada palavra de estímulo, conselho, cada despedida e cada olhar de saudade me fortaleceu! Amo-te!

À minha doce e sincera cunhada, Fabiane, agradeço pelas palavras amáveis e de conforto. Obrigada por ser a irmã que me faltava.

A toda minha família, pelas orações, força, carinho e por mostrar que o estudo é a via mais certo para o sucesso.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rita Sobral, por sua doçura e simplicidade. Obrigada por sua paciência, pelos vários momentos que foi compreensiva e sensível a minha dor, seu apoio foi essencial nessa estrada.

Aos amigos da quinta turma do Mestrado em Sociologia: Samira, Weriques, karol,

Macilane. Obrigada pelo companherismo e afetividade vinda de vocês. Muito Obrigada pela força, união e pelas palavras de incentivo quando mais precisei.

À professora Mary Alves, que mesmo com toda dinâmica da sua vida profissional, sempre esteve disposta a ouvir e ajudar. Sou grata pelo seu zelo, doçura e preocupação comigo. Agradeço também a professora Dra. Elisangela Barbosa Cardoso (PPGH) pelas orientações durante a qualificação, bem como professora Dra. Suely Rodrigues.

Ao amigo e secretário Érico, obrigada por todas às vezes que pude contar com você.

Agradeço á Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), especialmente a gerente da Proteção Social Especial, Daguimar Barbosa, que possibilitou que minha pesquisa fosse realizada nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social da cidade de Teresina. Sou grata pela confiança e pelo reconhecimento da minha pesquisa.

Agradeço à Ação Social Arquidiocesana, especialmente, Suely Coelho, por ter se empenhado para que minha pesquisa fosse realizada na Casa Zabelê.

Também sou grata pelo auxílio na pesquisa e especialmente a todas as mães/responsáveis que contribuíram para esta pesquisa, pela confiança em compartilha suas histórias de vida, pois sem vocês esse trabalho seria impossível de ser realizado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro da bolsa de estudos, auxiliando no momento de maiores gastos: a pesquisa de campo.

A todos e todas, os meus sinceros agradecimentos!

Não me toque aqui

*Papai, não! O que é isso? Não, isso não se faz.
O senhor deveria me amar
Respeitar-me, sem me maltratar*

*Deveria ser lindo como o sol
A certeza depois do frio
Eu o peixe e o senhor o rio Assim? Tenho medo, calafrio!
Tio? Avô? Primo? Vizinho? Pessoas que chamo de senhor
Se acham confusas na própria ilusão E eu criança, ferida na escuridão*

*Atenção a todos, TODOS!
Ele parece confiável, PARECE! Mas, sou eu menina que padece Alerta, me ouve, não me
esquec.
Não me toque aqui, não me aperte
Sou menina, quero só ser criança Festa, cores, luz, muita dança Sem traumas, só esperança*

*Preciso de sonhos e não pesadelos
Quero tudo de bom e bom
Quero grandeza de gente grande
Quero o carinho que não constrange*

(Lauro Souza)

“Sonhe com o que você quiser. Vá para onde você queira ir. Seja o que você quiser, porque você possui apenas uma vida e nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos. Tenha felicidade bastante para fazê-la doce. Dificuldades para fazê-la forte. Tristeza para fazê-la humana. E esperança suficiente para fazê-la feliz”.

(Clarice Lispector)

RESUMO

O estudo trata da discussão sobre a violência sexual, na perspectiva de gênero, tendo como ênfase o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, fenômeno persistente que perpassa por múltiplas relações sociais construídas pelos sujeitos na sociedade brasileira, estando presente independente de raça, etnia, classe social, geração. A violência de gênero se apresenta sob as mais diversas formas e com grandes repercussões para as mulheres, sendo elas adultas ou crianças, e para suas famílias, assim como, para a sociedade e o Estado, tendo em vista demandar políticas de enfrentamento desse fenômeno social. O estudo teve como objetivo analisar os significados produzidos pelas mulheres/mães de meninas vítimas sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino. Trata-se de um estudo de caráter predominantemente qualitativo, com o uso de entrevista semiestruturada para a apreensão das perspectivas das sujeitas pesquisadas, com apoio do diário de campo para anotações complementares às entrevistas. Os dados estudados foram submetidos à análise discursiva (SPINK, 2010). A pesquisa aconteceu na cidade de Teresina-PI, tendo como sujeitas da pesquisa mães/responsáveis de crianças e adolescentes do gênero feminino que foram vítimas de abuso sexual no âmbito familiar, que estão ou já tenham sido atendidas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pela Casa de Zabelê, nos últimos dois anos (2015-2017). A relevância social dessa investigação está em compreender os significados do abuso sexual intrafamiliar infantojuvenil feminino nos discursos de mães/responsáveis das vítimas, com o propósito de contribuir com a temática em questão, tendo em vista as pressões e cobranças em relação à mãe. A fundamentação teórica foi elaborada através da contribuição de diversos autores. A perspectiva de gênero numa concepção de análise relacional e histórica tem por base Scott (1989, 1999) e Lauretis (1994), entre outras. As relações de poder tem por base Foucault (2016) e Bourdieu (1998; 2002). A compreensão da violência de gênero intrafamiliar, houve a contribuição de: Azevedo (1985); Saffioti (1995,2004; 2001), entre outros. Pateman (1993), sobretudo, em relação ao patriarcado. A família contemporânea é considerada, nos termos de Singly (2007); Petrini (2005), e Goldani (1993), dentre outros. Na reflexão acerca da mãe no cenário da violência, buscou analisar Botelho (2014), Cantelmo (2010), Machado (2006); Narvaz (2005), entre outros. Os resultados dessa investigação demonstram que os significados do abuso sexual intrafamiliar infantojuvenil feminino, atinge as relações familiares, seja de forma direta e/ou indireta, extrapolando o contexto entre a vítima primária e o agressor. Identificou através dos discursos de algumas entrevistadas que o abuso sexual em alguns casos foi um ciclo geracional e que o silêncio acompanhou por anos algumas mães/responsáveis. Mas a denúncia rompeu o silêncio e o segredo, sendo uma estratégia de resistência e defesa, mesmo que não seja na sua totalidade. Observa-se que as entrevistadas apresentam nos seus discursos dois movimentos de culpa, um por não exercer a maternidade protetora e o outro discurso das mães/responsáveis que imputam às genitoras o crime de omissão. Foram identificados e analisados vários sinais e consequências do abuso sexual na vida das vítimas: ansiedade, depressão, introspecção, medo, entre outros. As mulheres pesquisadas, na sua maioria, acreditavam que o abuso sexual não ocorreria na sua família, pois a presença masculina repassava a ideia de segurança e proteção. Na pesquisa foi identificado que a maioria das entrevistadas compreende o abuso sexual como um transtorno mental e reflexo dos “instintos sexuais”. Por fim, entende-se que as mudanças em relação ao abuso sexual só serão possíveis quando houver um processo geral de desconstrução das várias formas de hierarquia de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Abuso Sexual intrafamiliar. Infantojuvenil feminino. Discurso de Mães ou responsáveis

ABSTRACT

The study deals with the discussion about sexual violence, from a gender perspective, with emphasis on intra-family sexual abuse of children and adolescents, a persistent frequency that permeates multiple social relationships constructed by subjects in Brazilian society, being present regardless of race, ethnicity, social class, generation. Gender-based violence comes in the most diverse forms and has major repercussions for women, whether adults or children, and for their families, as well as for society and the State, with a view to demanding policies to combat this social phenomenon. . The study aimed to analyze the meanings produced by women/mothers of female victims about female child and adolescent intra-family sexual abuse. This is a predominantly qualitative study, using semi-structured interviews to understand the perspectives of the substances researched, with support from the field diary for additional notes to the interviews. The data studied were subjected to discursive analysis (SPINK, 2010). The research took place in the city of Teresina-PI, with the research subjects being mothers/guardians of female children and adolescents who were victims of sexual abuse within the family, who are or have already been attended to by Specialized Social Assistance Reference Centers. (CREAS) and Casa de Zabelê, in the last two years (2015-2017). The social relevance of this investigation lies in understanding the meanings of female child and adolescent intrafamily sexual abuse in the speeches of victims' mothers/guardians, with the purpose of contributing to the topic in question, taking into account the pressures and demands in relation to the mother. The theoretical foundation was developed through the contributions of several authors. The gender perspective in a conception of relational and historical analysis is based on Scott (1989, 1999) and Lauretis (1994), among others. Power relations are based on Foucault (2016) and Bourdieu (1998; 2002). To understand intra-family gender violence, contributions were made by: Azevedo (1985); Saffioti (1995,2004; 2001), among others. Pateman (1993), especially in relation to patriarchy. The contemporary family is considered, in terms of Singly (2007); Petrini (2005), and Goldani (1993), among others. In reflecting on the mother in the scenario of violence, we sought to analyze Botelho (2014), Cantelmo (2010), Machado (2006); Narvaz (2005), among others. The results of this investigation demonstrate that the meanings of female child and adolescent intrafamily sexual abuse affect family relationships, whether directly and/or indirectly, going beyond the context between the primary victim and the aggressor. It was identified through the speeches of some interviewees that sexual abuse in some cases was a generational cycle and that silence accompanied some mothers/guardians for years. But the complaint broke the silence and secrecy, being a strategy of resistance and defense, even if not in its entirety. It is observed that the interviewees present two movements of guilt in their speeches, one for not exercising protective motherhood and the other speech of the mothers/guardians who attribute the crime of omission to the mothers. Various signs and consequences of sexual abuse in the lives of victims were identified and analyzed: anxiety, depression, introspection, fear, among others. The women surveyed, for the most part, believed that sexual abuse would not occur in their family, as the male presence conveyed the idea of safety and protection. In the research it was identified that the majority of interviewees understand sexual abuse as a mental disorder and a reflection of "sexual instincts". Finally, it is understood that changes in relation to sexual abuse will only be possible when there is a general process of deconstruction of the various forms of gender hierarchy.

KEYWORDS: Gender. Intrafamily sexual abuse. Female children and youth. Speech by Mothers or Guardians

LISTA DE ILUSTRAÇÕES DAS FLORES DO SERTÃO

FIGURA A – FLOR DE CACTO.	79
FIGURA B- FLOR DE MUÇAMBÊ.....	81
FIGURA C- FLOR DE MANDACARU	84
FIGURA D -.FLOR DE BOA NOITE	86
FIGURA E- FLOR DE SALSA	88
FIGURA F- FLOR DE ALGODÃO	89
FIGURA G- FLOR DE JITIRAMA.....	91
FIGURA H- FLOR DE CEBOLA BRAVA.....	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPIA - Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência

CECRIA- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

CID – Classificação Nacional de Doenças

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COPEN Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CPMI- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DPCA- Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB- Norma Operacional Básica

OIT-Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

PNAS-Política Nacional de Assistência Social

SINAN- Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SDH- Secretária de Estado de Direitos Humanos

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

UFPI- Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 GÊNERO NAS PRÁTICAS DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA O SEXO FEMININO.....	22
2.1 Gênero e patriarcado: caminhos para compreender o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino.	26
2.2 As relações de poder: a perspectiva de Bourdieu e Foucault.	33
3 O CENÁRIO DO ABUSO SEXUAL FEMININO NO CONTEXTO FAMILIAR ..	37
3.1 Aspectos históricos e conceituais do Abuso Sexual Intrafamiliar	38
3.2 A identificação, a revelação e denúncia do abuso sexual intrafamiliar	42
3.3 Políticas Públicas e a rede de proteção no enfrentamento ao abuso sexual infantojuvenil. .	51
3.4 Família Contemporânea: mudanças e complexidades produzidas no contexto familiar.	56
3.5 A mãe no cenário do abuso sexual intrafamiliar	61
4 PERCURSO METODOLÓGICO	69
4.1 Revelando o objeto de estudo e os seus pressupostos analíticos	70
4.2 O método, instrumentos de pesquisa e análise dos dados.	70
5 O ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL FEMININO A PARTIR DO DISCURSO DE MÃES/RESPONSÁVEIS.	77
5.1 Perfis e trajetórias de violência.....	78
5.2 O significado do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar na voz de mães/responsáveis de menina vítimas.	97
5.2.1 Credibilidade dos relatos de abusos: entre afirmações e negações materna.....	103
5.2.2 Sinais e consequências do abuso sexual no comportamento das meninas vítimas. ..	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	133
ANEXO- A (TERMO DE CONFIDENCIALIDADE).....	134

APÊNDICES.....	136
APÊNDICE-A (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE))	137
APÊNDICE- B (ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS MÃES/RESPONSÁVEIS)	140

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um problema que perpassa múltiplas relações sociais construídas pelos sujeitos sociais nas sociedades em geral, assim como, na brasileira, estando presente, independente de raças, classes sociais, etnias, geração, nível de escolaridade, entre outros. Nas relações sociais, a violência de gênero se apresenta sob as mais diversas formas e com grandes repercussões para as mulheres, sendo elas adultas e crianças, nas suas famílias e sociedade. Na história social da humanidade a dominação masculina sobre as mulheres, aparece como persistente e recorrente. Isso tem provocado desigualdades de gênero, relações de poderes desiguais e o aumento da violência, seja ela doméstica, intrafamiliar e conjugal, sendo os homens os agressores.

O fenômeno da violência de gênero no espaço familiar, afeta a vida não só da vítima, mas de toda família, pois as marcas da violência exercidas na família ficam fortemente entrelaçadas na dinâmica familiar. Esse tipo de violência no âmbito familiar, afeta diretamente a construção de suas subjetividades e as relações sociais como a sexualidade, a interrelação com outros grupos sociais, inclusive confunde papéis na própria família, já que as filhas são tratadas como amantes pelos responsáveis masculinos. Portanto, é importante analisar os significados do abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, considerando as mães no cenário da violência, para que possamos compreender a violência de gênero na vida das mães e das meninas vítimas na sociedade teresinense, destacando que é um fenômeno que possui suas particularidades diante da realidade vivenciada por cada sujeita pesquisada.

É comum que as pesquisas realizadas no Brasil sobre o abuso sexual contra crianças como, por exemplo, UNICEF (2005), Habigzang (2005) e Furniss (2002), foquem na perspectiva institucional, dos órgãos em atendimento, entrevistando os profissionais. E mesmo, quando ouvem mães ou responsáveis priorizam o atendimento. Assim, consideramos relevante analisar os sentidos e significados produzidos sobre o abuso sexual por mulheres/mães de meninas vítimas no contexto da violência sexual. Nesta pesquisa, foram ouvidas as mães em que as filhas são ou foram atendidas pela Casa Zabelê e CREAS. As referidas instituições atuam no enfrentamento da violência infanto-juvenil femininas há mais de 20 anos em Teresina.

Sabe-se que quando revelado o abuso sexual contra suas filhas, as mães reagem de diversas maneiras, protegendo e apoiando a filha ou permanecendo no ambiente onde ocorrem os abusos ou com o companheiro, quando este é o ator da violência. De modo geral, as mães

de meninas abusadas sexualmente de alguma forma estão envolvidas, seja como vítimas ou testemunhas desse crime. Porém, a mãe, não tem recebido a atenção devida diante dessa temática. Ouvir essas mulheres nos direciona para compreender como elas se percebem nesse processo, a partir de como estão inseridas nesse contexto, no sentido de analisar suas dificuldades no sentido de apoiarem suas filhas e contribuir com o rompimento da situação de violência, além de estarem presentes no processo de revelação do fenômeno, oferecendo ou ocultando informações substanciais sobre essa violência podendo contribuir para a sua resolutividade, seja no âmbito da educação, assistência social e saúde.

Diante dessa perspectiva, foram abordados aspectos sobre a evidência da dinâmica familiar de meninas vítimas, antes da revelação do abuso sexual; estabelecido possíveis relações entre as histórias de vida das mães com o discurso sobre o abuso sexual; fez necessário compreender as explicações das mães de meninas vítimas para a ocorrência do abuso sexual; além de analisar a partir das mães, as implicações sociais da experiência do abuso sexual na estrutura familiar.

No Brasil, a violência está incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID), sendo a violência sexual reconhecida, como um gravíssimo problema de saúde pública, exigindo, tanto das instituições de saúde como dos profissionais o devido preparo para atuarem com as vítimas, principalmente com a população infanto-juvenil.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a violência sexual é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes denunciada no Disque Direitos Humanos. Nos três primeiros meses de 2015, foram denunciados 4.480 casos de violência sexual, o que de acordo com a SDH/PR, representa 21% das mais de 20 mil demandas ligadas a violações de direitos da população infanto-juvenil, registradas entre janeiro e março de 2015. Nas denúncias realizadas no primeiro trimestre, o abuso sexual está presente em 85 % do total dos registros.

Conforme o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a maioria dos casos o abusador é do sexo masculino (98,8%) e possui vínculos afetivos, familiares ou de confiança com a vítima. Este fenômeno pode ser compreendido por meio de aspectos sociais e culturais que envolvem a desigualdade, a dominação de gênero e de gerações.

Importante destacar, que o Brasil conta com o Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN) que tem como objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisão em nível municipal, estadual e federal. É um sistema do Ministério da Saúde que desde 2009 incluiu na

ficha de notificação de agravos à saúde, a violência sexual e outros tipos violências, como a doméstica, entre outras. Os registros são feitos em toda a população em qualquer etapa da vida.

Os dados mostrados pelo SINAN do ano de 2014 e interpretados por Waiselfisz (2015), mostram que foram registrados ao todo 19.702 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, contabilizando 20,1% dos atendimentos registrados pelo Sistema Único de Saúde. Entre a faixa etária < 1 ano, são 404 casos; entre 1 a 11 anos, são 9.990 casos; entre 12 a 15, são 7.620 e entre 16 e 17, são 1.688 casos. Em todas as faixas etárias a residência é o local com mais registros, 41.316 casos aconteceram nas residências das vítimas, registrando 64 % dos casos, em segundo local estão às vias públicas, com 11.631 casos, contabilizando 18,1 % dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Ao chamar atenção para o perfil do agressor, Waiselfisz (2015), classifica que na faixa etária entre < 1 a 17 anos, o agressor na maioria dos casos é conhecido, com 5.337 casos, resultando em 27,1% dos casos registrados; em segundo lugar está o agressor desconhecido com 2.625 casos, o que se calcula em 13,3% dos casos; em terceiro lugar estão os pais com 2.285 casos, registrando 11,6 % dos casos e em quarto lugar estão os padrastos, com 2.101 casos, obtendo 10,7 % dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente registrados no ano de 2014 no Brasil.

O mapa da violência de 2015 demonstra que 60 % dos atendimentos de agravo de violência realizados pelo Sistema Único de Saúde, foram voltados para o gênero feminino. E a violência sexual, esteve presente em 11,9 % dos atendimentos, com maior incidência entre as crianças até 11 anos de idade, 29 % dos atendimentos, as adolescentes. Diante dessa realidade, pode-se perceber que o art.3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, assim como o art. 5º do mesmo documento, que acrescenta que “ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”, estão sendo descumpridos quando crianças e adolescentes do gênero feminino são as maiores vítimas do fenômeno do abuso sexual.

Desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, que foi estabelecida a necessidade “de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento”. A Assembleia Geral proclamou a Declaração dos Direitos da Criança, visando que:

A criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados e apela a que os pais, os homens e as mulheres em sua qualidade de indivíduos, e as organizações

voluntárias, as autoridades locais e os Governos nacionais reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza (BRASIL, 1961, p.1).

Conforme o princípio II, da Declaração dos Direitos da Criança:

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses das crianças (BRASIL, 1961, p.1).

Ainda na Declaração dos Direitos da Criança, é importante destacar mais três princípios para podermos analisar o quanto as crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual estão tendo seus direitos completamente infringidos, principalmente quando o lócus do abuso é a própria residência da vítima, pois o princípio seis desse documento confirma que “para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material (...)”.

Já o princípio VIII da Declaração diz que “a criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro” e no princípio nove afirma que, “a criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligencia, crueldade e exploração”. Ou seja, as pesquisas sobre os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes do gênero feminino constataam que todos esses princípios que garantem direitos a esse público-alvo estão sendo negligenciados. E, hoje pelos agressores, juntamente com a sociedade que deixam esses casos, muitas vezes, invisíveis aos olhos das instituições competentes para o enfrentamento dessa violência de gênero.

No Brasil, em 1988, a Constituição Federal afirma a necessidade de proteção de crianças e adolescentes, estipulando através do art. 227 que:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.128).

Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, afirma no seu art. 4º também que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.1).

Mesmo diante de todos os aparatos de normas e resoluções a sociedade está repleta de notícias de graves violações, atos de barbárie praticados por pessoas e instituições que ao invés de estarem zelando pela vida e integridade dessas crianças e adolescentes estão violando e deixando nelas marcas profundas e duradoras da violência de gênero, indo além do corpo físico, marcando com cicatrizes psicológicas e morais profundas que acompanharão essas meninas por muito tempo, até mesmo a vida inteira. Segundo Adeodato (2005), as consequências dessa violência provocam efeitos na autoestima e autoimagem, assim a vítima se sente desamparada, insegura e o silêncio passa a ser fortemente vivenciado pela vítima. Além desses efeitos, há naturalização dessas práticas violentas que surgem como condição do feminino e provocam estigmas e ocultamentos desses atos violentos contra o gênero feminino.

Dessa forma, o problema apontado nesta pesquisa é analisar os discursos de mulheres/mães/responsáveis sobre o abuso sexual vivenciado por suas filhas no contexto familiar. Pressuponho que a mãe é a pessoa para quem primeiro a vítima revela o abuso sexual intrafamiliar sofrido. Dessa forma, Lima (2012) afirma ser a mãe importante para comprovação, ou não, da violência, ajudando a esclarecer a situação. Assim sendo, articula a responsabilidade da mãe ao seu caráter protetor, que defende a filha e/ou a família. Sendo assim, “significa que a mãe é quem mais influencia na possível decisão da criança de revelar ou não a violência, e de que forma fazê-la. É dela também que parte a iniciativa de toda a família no trato com a situação” (LIMA, 2012, p.36).

A mãe também é vítima, porém secundária (ARAÚJO, 2002). A negação da violência pelas mães, desmentindo as filhas ou culpando as vítimas de sedução, é uma forma, de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de destruição da unidade familiar e conjugal (ARAÚJO, 2002). Mas, pode-se também, considerar que o silêncio da mãe é uma cumplicidade silenciosa, pois a criança ocupa a função sexual que é da mãe, amenizando o conflito conjugal. Em qualquer das situações, a negação materna é a pior situação que pode acontecer para criança ou adolescente que denuncia o abuso sexual intrafamiliar. Sendo assim, podem-se caracterizar as mães das vítimas, conforme Lima (2012, p.2-3)

São mulheres que mantêm uma relação com o mundo que as cerca com o pensamento voltado para si e seus múltiplos papéis sociais (mãe, esposa e dona-de-casa); isso porque têm a intenção de atuar da forma mais satisfatória possível aos olhos da sociedade. Preocupam-se em desenvolver o papel materno em conformidade com os requisitos sociais, os quais possuem base nos registros do passado e que permeiam a história de uma sociedade (LIMA, 2012, p.2-3).

Diante disso se faz necessário analisar os significados dos discursos produzidos pelas

mulheres/mães de meninas vítimas no contexto do abuso sexual para entender a complexidade desse fenômeno, as dificuldades do processo da revelação e seus impasses/conflitos sobre o contexto familiar. A pesquisa é de abordagem qualitativa, tendo a entrevista semi - estruturada como principal instrumento de coleta de dados. Em termos analíticos, se baseia na análise de discurso.

Esse trabalho está estruturado em seis capítulos. A introdução apresenta a problemática de pesquisa, sua relevância e a relação dessa pesquisadora com as questões em discurso e com os estudos de gênero. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, destacando as categorias fundamentais para o entendimento do tema a exemplo de gênero, violência, relação de poder e patriarcado, já que discute o abuso sexual de crianças e adolescentes do gênero feminino como uma violência de gênero e as relações de poder que perpassam esse fenômeno.

O terceiro capítulo versa sobre os conceitos históricos do abuso sexual, bem como as políticas públicas que asseguram os direitos das crianças e adolescentes, particularmente, as vítimas do abuso sexual intrafamiliar feminino. Além de realizar uma reflexão sobre os aspectos de como a família contemporânea se constitui através das mudanças no decorrer da história. Finaliza com a análise sobre o cenário do abuso sexual intrafamiliar que as mães estão inseridas.

O quarto capítulo trata dos procedimentos metodológicos ou operacionais escolhidos para a efetivação da pesquisa de campo de acordo com os objetivos propostos, lócus, as sujeitas das pesquisas, as técnicas e instrumentos de coleta das informações, assim como os tratamentos analíticos da produção de dados, operado em termos da análise de discurso, além dos procedimentos éticos, apontando os caminhos burocráticos e as dificuldades encontradas na sua efetivação.

A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo como lócus de investigação, CREAS e Casa Zabelê, locais que as vítimas e as mães são acompanhadas. O quinto capítulo discute os resultados encontrados na pesquisa de campo, analisando os discursos das mulheres/mães/responsáveis em que as filhas foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar infantojuvenil, buscando apreender os significados das suas falas sobre o impacto da violência em suas vidas, na vida de suas filhas e de toda a família. Nesse sentido, traçou-se um perfil socioeconômico das entrevistas com informações sobre a transgeracionalidade dos abusos sexuais, as práticas de violência no contexto familiar, os motivos que desencadearam as práticas de violência de acordo com as entrevistas. Os discursos femininos sobre os abusos sexuais sofridos por suas filhas foram condensados nas categorias gênero, violência, família.

O sexto capítulo apresenta os dados conclusivos desse estudo, apontando uma síntese dos discursos das mulheres/mães/responsáveis para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar infantojuvenil feminino, através das suas narrativas sobre a violência sexual, que por vezes, entrecruzam com suas histórias de vida, e que indicam a dificuldade das mães em superar o discurso dominante de gênero, que deve ser compreendido no contexto da desigualdade de gênero. Vive-se, estruturalmente, numa desigualdade de gênero, que torna complexo o fenômeno, mas, que deve ensejar lutas para que seja possível a fim de propor a desconstrução de uma sociedade dominada pelo patriarcado e relações de poder desiguais, para que no âmbito familiar não haja violência contra o sexo feminino e, sim, mais igualdade no tocante as relações de gênero. Para isso, precisa-se de investimentos em educação não sexista, desconstruindo, assim, os modelos que geram hierarquias e desigualdades.

2 GÊNERO NAS PRÁTICAS DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA O SEXO FEMININO

Para compreender o abuso sexual intrafamiliar infanto juvenil feminino é necessário discutir a categoria gênero, violência e família, entendendo-as como alicerces estruturais para as análises que envolvem essa problemática. A violência infanto- juvenil e intrafamiliar contra meninas, objeto de discussão desse estudo, constitui-se numa violência de gênero cuja base esta articulada às práticas de dominação masculina e o machismo, resultantes em autoritarismo e controle do homem sobre a mulher.

A discussão de gênero no Brasil foi introduzida a partir da tradução do renomado artigo da historiadora americana Joan Scott (1999) nomeado *Gender: useful category of historical analysis*. O artigo propõe que o gênero é um saber que estabelece significado às relações de poder, ou seja, gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Dessa forma, o gênero para Scott (1999) se trata de uma categoria de análise e instrumento metodológico para compreender historicamente, como se produzem e legitimam as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, pois quando constituem no interior de relações de poder, resultando geralmente em relações hierarquizadas e, portanto, desiguais entre o que historicamente se denomina masculino e feminino.

Scott (1999) preocupou-se em entender como as relações entre os sexos são construídas socialmente e quais os motivos dessas construções. Para compreendê-las, a autora articulou a perspectiva da construção social com a noção de poder, considerando que as relações entre os sexos são formadas no interior de relações de poder, resultando em

desigualdades. Assim sendo, a autora, foca sua análise nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos aonde são construídos, desenvolvidos e mantidos significados produtores das diferenças e hierarquias que resultam em desigualdades entre os sexos.

A autora segue afirmando que as mudanças nas organizações das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder, não seguindo necessariamente um sentido único. Dessa forma, sendo necessário compreender de forma histórica e social as relações de gênero construídas sobre os sujeitos sociais, concluindo que as representações históricas do passado contribuem a construir o gênero no presente (Scott, 1994).

Scott (1989) explica que o gênero se revela nos símbolos culturais, organizações normativas, nas doutrinas religiosas e educativas como as instituições e organizações sociais e nas identidades subjetivas. Levando em consideração as identidades subjetivas, Scott (1989, p.75) afirma:

O gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática social dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

A identidade subjetiva entre os sexos é construída diante do cenário político, dessa forma é perceptível um distanciamento entre os papéis sociais entre homens e mulheres, pois historicamente e socialmente, a vida política tem influenciado as decisões sobre a vida dos sujeitos sociais, assim Scott (1989, p.27) esclarece:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino a fundamentar ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fica fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar-se em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Entende-se que os contextos históricos e sociais influenciam o poder político e as relações de gênero. Dessa forma, as identidades subjetivas estão articuladas à distribuição do poder, aos aspectos simbólicos e materiais na vida dos indivíduos. Sendo assim, as diferenças sociais foram construídas em torno do masculino e do feminino, priorizando as ações masculinas, em detrimento da prática feminina. Segundo Scott (1994) o gênero se apresenta como uma organização social da diferença sexual, sendo perceptível no contexto histórico e político, contribuindo significativamente nas relações de poder que é construída sobre os sujeitos sociais através do domínio ou subordinação. Dessa maneira, Scott (1994, p.13) explica:

O gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses

significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluindo aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em instância -, mas sim uma organização social variada que deve ser ela própria, explicada.

Por conseguinte, as relações de gênero são constituídas pela relação poder e saber, auxiliando a compreender as identidades subjetivas, nos aspectos micro, macro e os discursos. Para Ana Colling (2004), o termo gênero é utilizado para teorizar a diferença sexual, diante do questionamento dos papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. Desse modo, o termo gênero é utilizado para compreender que a condição da mulher na sociedade não está determinada e condicionada exclusivamente pela natureza, sexo ou biologia, visto que essas dimensões é resultado também de uma engenharia social e política criada por uma sociedade dominante do poder masculino. Para essa autora, o gênero não possui um caráter universal, deve apresentar conforme a historicidade e a cultura. Assim, as sociedades apresentam estruturas diferentes, o que produz um esforço diferenciado para interpretar, cultivar e atribuir sentidos para a palavra gênero.

Para Lauretis (1994) o gênero não pode ser compreendido de uma forma universal, mas de maneira dinâmica. Assim Lauretis (1994, p.212) esclare:

O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro de uma hierarquia social, etc), a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo um tempo o produto e o processo do outro, pode ser expressa com mais exatidão: “A construção do gênero é tanto o produto, quanto o processo de sua representação”.

Observa-se que o gênero está manifestado em vários aspectos da vida social e cultural dos indivíduos, dando sentido as relações sociais produzidas pelos sujeitos sociais. Dessa maneira, associa-se essa perspectiva ao abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino, pois manifesta nas relações compreendidas entre homens/mulheres, mulheres/homens e suas práticas, bem como o discurso e as relações de poder. O abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino não se restringe somente ao agressor e a vítima, mas a todos os membros da família, esse reflexo se dá não somente na relação universalizando entre os sexos, mas também através do código linguístico, práticas culturais e sociais.

Portanto, Lauretis (1994) afirma que a construção do gênero, é feita em espaços como mídia, escolas, nas famílias, tribunais, como também na academia, na comunidade

intellectual, nas práticas radicais e no feminismo, diante dessa perspectiva a autora reafirma:

Um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, não apenas pela diferença sexual e sim por meio de código linguísticos e representações culturais; um sujeito “engrenhado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nos de raça e classe: um sujeito, portanto múltiplo em vez de único e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994, p.208)

O espaço público predominante foi se masculinizando, sendo as relações de gênero, tanto a nível social, político, econômico e cultural influenciadas pelas decisões do homem, seja de forma coletiva e/ou familiar. Conforme Saffioti (2005, p. 32),

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina.

Sendo assim, percebe-se que a categoria gênero perpassa os discursos, as relações de poder e as tecnologias de gênero, pois a dinâmica dessa categoria quando articulada com a raça e classe, forma um sujeito múltiplo, que perpassa por constantes transformações, de acordo com o contexto histórico e social em que o indivíduo está inserido. Por isso, que a categoria gênero não pode ser compreendida de forma universalista e caráter único.

Conforme Saffioti (2001) o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes do gênero feminino está fortemente associado à permanência do patriarcado na sociedade brasileira. Desse modo, a teórica esclarece que os homens possuem o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, conseguindo autorização da sociedade para punir quem consideram desviantes do padrão normalizador proposto pela sociedade patriarcal tradicional. Mesmo sem a resistência das vítimas de trilhar outros caminhos contrários ao patriarcado, a dominação/exploração por partes dos homens permanece auxiliada pela violência.

A violência de gênero é praticada substancialmente por homens, parentes, amigos, conhecidos, e raramente estranhos. A violência intrafamiliar, “recai exclusivamente sobre membros da família nuclear ou extensa, não se restringindo, portanto, ao território físico do domicílio, cabem nas primeiras vítimas não parentes consanguíneos ou afins (SAFFIOTI, 2004, p.-130-131)”. Santos e Izumino (2005), afirmam que é necessário compreender melhor tanto o papel das mulheres nas relações de violência, assim como o papel dos homens, pois ambos participam na produção que legitimam a violência. Essa realidade é necessária para

que “a perspectiva de gênero não exclua diferentes categorias sociais das análises sobre violência contra mulher no Brasil (SAFFIOTI, 2005, p.14)”.

Esse tipo de violência de gênero em conformidade com Saffioti (2004) rejeita as fronteiras de classes sociais. A autora reafirma sua ideia quando diz que “é mais fácil entender relações incestuosas quando, às vezes, nem mesmo um cobertor separa os corpos do que nas residências em que cada um tem seu próprio dormitório (SAFFIOTI, 2004, p. 83)”. A autora explica que a pobreza pode ter um peso significativo na produção de violência, sendo um desencadeador, não por possuir uma cultura de violência, mas por vivenciarem e se habituarem as circunstâncias de miséria ou por estimularem momentos que causam estresse. Caso confirmado a última hipótese, os pobres poderiam ser agentes de violência mais que os ricos.

Em pesquisa realizada por Lima e Aberto (2010) as casas das participantes se localizavam em bairros periféricos, ou seja, um trecho urbano com infraestrutura precária – tanto no que se refere ao saneamento básico como ao acesso a equipamentos institucionais, como creches, escolas e serviços de saúde. Entre as participantes da pesquisa, cinco residiam com parentes (mãe, irmãos, cunhados, sobrinhos, etc.). Quando não habitavam a mesma residência, tinham sua casa construída no terreno contíguo ao de outro familiar. Isso faz com que muitas mulheres não denunciem os abusos sexuais sofridos por suas filhas, pois muitas vezes dependem do companheiro financeiramente.

Assim, entende-se que o gênero demarca a violência intrafamiliar de meninas, através das relações sociais estabelecidas pelos indivíduos no âmbito familiar. Dessa maneira, a compreensão da categoria gênero é de fundamental importância na apreensão desse estudo, identificando a complexidade atribuída aos sujeitos sociais e as relações de poder e saber que constituem as relações de gênero, ajudando na compreensão das práticas do abuso sexual contra meninas no contexto familiar.

2.1 Gênero e patriarcado: caminhos para compreender o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino.

No sentido de enriquecer a investigação desse trabalho se discutirá sobre a relação entre gênero e patriarcado e os desdobramentos dessa relação nos sujeitos sociais na estrutura social. O patriarcado expõe uma ideologia produzida nas relações de poder e dominação sobre as mulheres. Assim, Saffioti (2004) afirma que gênero vai muito além que o patriarcado, pois neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, já o gênero compreende também relações igualitárias. Assim, a autora entende o patriarcado com um caso

específico de relações de gênero.

As práticas do patriarcado estabelecem uma relação de dominação-exploração das mulheres, apresentando um caráter desigual e excludente que persiste através das culturas, das épocas históricas, convivendo com os diferentes modos de produção (SAFFIOTI, 2004). Isso leva a compreender as relações sociais atribuídas a homens e mulheres na sociedade com relações desiguais e excludentes. Nessa perspectiva, Colling (2004), afirma que papéis sexuais, tanto masculinos, como femininos, são produzidos na configuração de poder, são lugares ocupados em situação estratégica, complexa, que dotam o masculino de um maior exercício de poder que a mulher.

Seguindo essa perspectiva de dominação-exploração é que Saffioti (2005) explica que não existe um processo de dominação separado de outro de exploração, o que acontece é a alternância das formas, para evitar interpretações errôneas desse processo. Dessa forma, não existem dois processos, mas duas esferas de um mesmo processo.

Conforme Saffioti (1987), o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, é um princípio estruturador da sociedade brasileira, porém não constitui o único princípio, pois homens dominam outros homens, mulheres dominam outras mulheres e mulheres dominam homens.

Colling (2004) faz referência aos papéis sexuais produzidos na configuração de poder, onde o masculino detém de maior exercício de poder. Saffioti (2005, p. 47) esclarece a ideia citando:

O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdade. Definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder exige a colocação em relevo das duas modalidades essencial de participação nesta trama de interações, dando-se a mesma importância à integração por meio da igualdade e à integração subordinada. Faz-se necessário verificar se há evidência convincente, durante a história da humanidade, da primeira alternativa. Ademais, na ausência de modelos, é importante averiguar sua existência como forma de empoderamento das mulheres hoje subordinadas, isto é, as mulheres. Empoderar se equivale, num nível bem expressivo do combate, possuir alternativas.

Observa-se que a influência do patriarcado se efetiva na relação familiar, através de um contrato social. Saffioti (2005), afirma que os homens já assumem o papel de chefe de família, através de um empoderamento e com o contrato o torna mais poderoso. Assim, compreende-se que os homens assumem esse papel no seio da família através da legitimação do patriarcado, exercido através da submissão feminina em decorrência da dominação masculina. Continuando nessa perspectiva, Pateman (1993) esclarece essa ideia quando explica o pacto original como um contrato de ordem sexual e social, assim afirma que “é

sexual no sentido patriarcal, isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993, p.17)”.

Na concepção apresentada por Pateman (1993), percebe-se uma predominância de práticas masculinas sobre as femininas, tanto na esfera pública quanto privada. O patriarcalismo atravessa as relações de poder, a violência de gênero e o adultocentrismo, (espécie de dominação do homem adulto sobre a criança ou adolescente) sendo produzidos pelos sujeitos sociais, em especial, os homens sobre as mulheres/crianças no contexto familiar. É válido perceber que o contrato é estabelecido sobre a família, podendo recair em relações incestuosas que sofrem fortes influências da prática masculina exercida pelo patriarcado.

Juntamente com Carole Pateman (1993), Safiotti (2004) reafirma o argumento que o contrato social não se contrapõe ao patriarcado:

(...) ao contrário, ele é à base do patriarcado moderno. Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado (SAFFIOTTI, 2004, p. 126- 127).

Pateman (1993) defende a existência de um pacto original, onde a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formação do pacto original. Assim, continua o argumento afirmando:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não ode ser compreendendo sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal- é atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual (PATEMAN, 1993, p.16-17).

Segundo Pateman (1993), o pacto original é um contrato sexual e social. Para a autora, é sexual na perspectiva do patriarcal, sendo criado o direito político do masculino sobre o feminino. Já sexual, no direcionamento do acesso sistemáticos dos homens aos corpos das mulheres. A estudiosa chama o contrato de “lei do direito sexual masculino”, compreendendo que é através do contrato que o patriarcado moderno é constituído.

O impacto do patriarcado na vida das mulheres reflete tanto nas relações sociais produzidas na vida social quanto na vida familiar, desde as mães até os filhos. Assim,

Pateman (1993, p. 38) esclarece:

(...) o patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para o outro, entre a esfera privada e a pública, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege os dois domínios. A sociedade civil é bifurcada, mas a unidade da ordem social é mantida, em grande parte, através da estrutura das relações patriarcais.

A mencionada autora explica que as mulheres ao mesmo tempo em que fazem parte da sociedade civil, elas também não estão incorporadas, porém, encontram-se separadas da esfera “civil”. Ou seja, para Pateman (1993, p. 28):

A antinomia privado/público é outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homens. A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. O significado do que é ser um “indivíduo”, produtor de contratos e civilmente livre, é revelado através da sujeição das mulheres dentro da esfera privada.

Dessa forma, Saffioti (2004) compreende o conceito de patriarcado por meio do contrato sexual, onde se verifica a estrutura patriarcal do capitalismo e da sociedade civil. Considerando a complexidade em torno do patriarcalismo Castell (1999, p. 169) afirma que:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta, institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, de produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcadas pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente.

Assim, a articulação entre gênero e patriarcado, entrelaça relações constitutivas entre os sujeitos na sociedade contemporânea, reproduzindo dominação, opressão, submissão, recaindo então, em relações desiguais na sociedade. Reafirmando essa perspectiva, é que Saffioti (2004) traz o conceito de gênero como uma categoria ontológica. Já o mesmo não acontece com a categoria ordem patriarcal de gênero. A autora defende que se possa mudar o patriarcado em menos tempo do que foi exigido à implementação e consolidação do mesmo.

A dominação masculina se manifesta sobre todas as formas de violência, inclusive na violência sexual intrafamiliar especialmente contra meninas e suas mães. Essa dominação masculina está presente em todas as classes sociais, como diz (SAFFIOTI, p. 15, 2007) “o agente agressor se situa em todas as classes sociais, vitimizando não apenas crianças pobres, mas também crianças de classe média e rica”.

Para Saffioti (2007), entre adultos e crianças não existe exatamente uma contradição,

existe, portanto, hierarquia, onde o poder adulto tende a transformar a criança em um adulto à sua imagem e semelhança. O adulto possui o papel de transformar a criança em pessoas possíveis de socialização, ou seja, transformar às gerações imaturas. Saffioti (2007) explica que a vitimização de crianças é um fenômeno disseminado porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, “sem deixar de aspirar ao grande poder” (SAFFIOTI, 2007, p. 17). Assim o agressor, “não se contentando com sua pequena fatia de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a *síndrome do pequeno poder*” (SAFFIOTI, 2007, p.17). Segundo autora (2007), essa síndrome do pequeno poder do homem envolve amplas categorias, como: mulheres, crianças e homens ocupando posições subalternas. Assim relata sobre o poder do macho no fenômeno do abuso sexual de meninas e adolescentes:

O abuso sexual de meninas e adolescentes constitui um componente importante da socialização da mulher para submeter-se ao poder do macho. Subjacente a esse fenômeno temos a ideia de que toda criança deve submeter-se aos desígnios do macho adulto. Essa sujeição deve ser mais rigorosa no caso da menina, a fim de que ela não coloque em xeque a dominação masculina (SAFFIOTI, 2007, p.18).

Como diz Saffioti (2007), o poder independente do seu grau, sempre permeia todas as relações sociais, resulta assim, na deterioração das mesmas. As relações de poder são indicativos de desigualdades sociais entre seus protagonistas. Em nossa sociedade, as crianças são consideradas socialmente inferiores e mulheres socialmente inferiores a homens. A estrutura social fornece todos os elementos para a ocorrência da síndrome do pequeno poder, dando ênfase ao seu protagonista. O uso da síndrome do pequeno poder, de acordo com Saffioti (2007), é necessária para compreender a estrutura social que oferece condições propícias à perpetuação do *status quo* em que o poder é macho e adulto e conseqüentemente, a síndrome do pequeno poder acomete pessoas não idealmente situadas em todas estas esferas.

Saffioti (2007, p. 19) esclarece:

Ademais, o homem detentor do pequeno poder crê ser necessário exercitar-se, a fim de, algum dia, vir a encarnar plenamente a figura do macho todo-poderoso. Mais do que isto, acredita capacitar-se para o exercício do grande poder tendo síndromes sucessivas do pequeno poder. Na verdade, a exorbitância do pequeno poder, característica da síndrome, revela a extrema fragilidade de seu ator. Ao tentar agigantar seu poder não faz senão apequená-lo ainda mais.

Reforça essa ideia afirmando que:

O que foi exposto até aqui demonstra, sobejamente, que a sanção positiva da sociedade em relação a violência perpetrada pelo homem contra as categorias sociais mais frágeis - mulheres e crianças - ou, pelo menos; a complacência em direção a este fenômeno, tem permitido que sua agressividade se transforme frequentemente em agressão ou, em outras palavras, que sua impotência se expresse por meio da violência (SAFFIOTI, 2005, p.44).

Levando em consideração a ideia que a dominação masculina perpassa todas as classes sociais, conclui-se que produz marcas de violência no âmbito familiar, atingindo os membros familiares, especialmente no abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino. Com isso, o gênero atravessa as relações do referido fenômeno e como diz Saffioti (2001):

(...) sendo o pano de fundo deste tipo de violência, permitem antecipar quais são os agentes da agressão e quais são as personagens vítimas. Ocorre que a sociedade não é apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica. Essas duas características caminham juntas pelo menos nas sociedades urbano- industriais da atualidade. A violência contra mulheres, não obstante incluir mulheres em todas as idades exclui homens em qualquer etapa da vida (SAFFIOTI, 2001, p.134).

Essa relação mostra a impotência construída sobre as mulheres/crianças, no caso do abuso sexual, em especial as filhas que são vítimas dos pais, padrastos, avôs, primos, etc. Considera-se que as filhas sofrem diretamente da impotência da mãe diante da dominação masculina no seio familiar. Reafirmando tal perspectiva, Saffioti (2007, p.21) esclarece:

Quanto mais dominada for a mulher, mais difícil lhe será reunir as forças necessárias para proteger sua ninhada dos ataques do macho. Muitas há que denunciam o agressor. Mas ter coragem para tanto pode ser o resultado de anos de convivência com o incesto pai-filha ou padrasto-enteada.

As filhas sofrem da impotência das mães, considerando que a são condicionadas desde o nascimento para conviverem com a impotência, assim, a mulher aprende até mesmo na violência sofrida por ela, a aceitar e permanecer na impotência (SAFFIOTI, 2005).

O exercício da violência em busca do (re) restabelecimento do amor- próprio não constitui apanágio dos homens. As mulheres também procedem desta maneira, agredindo crianças, cujo status é ainda inferior aos seus. A violência passa, assim a penetrar cada poro do tecido social; ricos violam direitos humanos de pobres, de negros; homens, de mulheres; mulheres, de crianças e velhos. É preciso, porém, chamar atenção para o seguinte: a impotência, sem dúvida, constitui fonte de violência, mas sua expressão, ou melhor, a manifestação violenta da impotência, encontra limites sociais variáveis seguindo a categoria social á qual pertence o socius. Para os homens brancos e ricos, os limites são extremamente lassos. À medida que se escala de poder da sociedade, os limites vão se estruturando para atingir um elevando grau de rigidez na vida da mulher. Deixando de lado, as crianças e os velhos, estes quando dependentes físicos, psíquicas ou economicamente. As mulheres ocupam o último posto da hierarquia de poder. Convivem, portanto, com uma alta dose de impotência. Entretanto, a expressão desta impotência através da violência não encontraria o beneplácito da sociedade. (SAFFIOTI, 2005, p.43).

As relações de gênero devem ser pensadas além da relação homem e mulher, mulher e homem, pois segundo Saffioti (2004) o homem entra em síndrome do pequeno poder com mais facilidade e frequência que a mulher. Nessa perspectiva, a autora explica, quando a mulher exerce a força física sob o filho, utilizando o nome do pai, essa está de forma rigorosa exercendo o poder patriarcal, delegado pelo pai da criança. Percebe-se que a autoridade

máxima é o pai, que é mencionado pela mãe, quando a mesma se sente impotente. Assim, Saffioti (2004) esclarece que embora as mulheres não se apresentem como cúmplices dos patriarcas, essas cooperam, muitas vezes, inconscientes para perpetuação do regime patriarcal.

Saffioti (2005) continua sua reflexão sobre o lugar que a mulher ocupa na sociedade, afirmando que as mulheres ocupam o último posto de hierarquia do poder, sendo vítimas da impotência. As mulheres recebem desde o nascimento, treinamentos para conviver com tal impotência, sendo a mulher bem menos violenta do que o homem. A autora reforça essa ideia quando afirma que a mulher aprende através da violência contra ela praticada, a coexistir com a impotência, tendo assim, menos necessidade do que o homem de exprimi-la através da violência.

Nessa investigação, observou-se os significados produzidos pelas mulheres/mães ou responsáveis de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Por isso, a importância de compreender as categorias violência intrafamiliar e abuso sexual, pois elas também perpassam as relações de gênero. Assim sendo, Azevedo e Guerra (2011, p. 256), conceitua a violência intrafamiliar como “violência praticada no lar, e por isso mesmo, a mais secreta de todas. Aqui estão as vítimas da “pedagogia negra” (maus tratos físicos), da negligência, do abuso sexual quase sempre de natureza incestuosa e da “perversa doçura”, ou seja, da violência psicológica.

De acordo com a UNICEF (2005, p. 18), o abuso sexual é caracterizado através:

Todo tipo de contato sexualizado, desde falas eróticas ou sensuais e exposição da criança a material pornográfico até o estupro seguido de morte. Dentro deste vasto espectro incluem-se carícias íntimas, relações orais, Anais, vaginais com penetração ou não, além do voyerismo e exibicionismo, entre outros.

O abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil vem acompanhado de outros tipos de violência, pois historicamente as crianças e adolescentes foram vítimas da violência produzida no ambiente familiar, seja de forma educativa ou punitiva. Assim, Minayo (2001, p.92) destaca:

A violência contra criança e adolescente, no transcorrer da civilização, além do caráter arbitrário dos pais de decidirem sobre sua vida, sempre esteve muito vinculada ao processo educativo. Ela tem sido considerada, em todos os tempos, como um instrumento de socialização e, portanto, como resposta automática a desobediências e rebeldias.

A violência física contra crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual feminino é muito presente, como forma de coação à vítima. Dessa forma, Minayo (2001) diz que esse tipo de violência caracterizada pelo uso da força física contra a vítima, causando-lhe desde uma leve dor, passando por danos e ferimentos de média gravidade até a tentativa ou

execução do homicídio. Diante desse contexto de violência, destaca-se também, a violência psicológica muito presente em vítimas de abuso sexual intrafamiliar, essa deixa marcas extremamente profundas no imaginário e nos sentimentos da vítima.

Azevedo e Guerra (2001) afirmam que a família enquanto permanecer o *locus* privilegiado das desigualdades de gênero e geração, continuará permeada pelos vários tipos de violência. Assim afirmam “enquanto a subalternidade da mulher não for eliminada, a violência contra ela continuará a ser *naturalizada* dentro e fora do lar e *banalizada* pela sociedade. E estupros continuarão ocorrendo” (AZEVEDO E GUERRA, 2011, p.269).

2.2 As relações de poder: a perspectiva de Bourdieu e Foucault.

Para compreender as relações de gênero no contexto da violência é importante entender a constituição das práticas sociais e das relações de poder, o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino, recebe forte influência das relações de poder e dos aspectos simbólicos que focam na reprodução da dominação masculina, que se manifesta em todo o contexto familiar. Dessa maneira, torna-se oportuno o pensamento de Pierre Bourdieu (1998,2002) e de Michel Foucault (2016) para entender tais relações.

A violência simbólica proposta por Bourdieu (1998) permeia as relações sociais entre os indivíduos, especificamente as relações produzidas às vítimas no contexto do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino, através da dominação masculina. Dessa forma, Bourdieu (2002, p.34) esclarece:

A ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização imposta às mulheres com a exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (conduzir a charrua, por exemplo), assinalando-lhes lugares inferiores (a parte baixa da estrada ou do talude), ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis) atribuindo-lhe tarefas penosas, baixas e mesquinhas (são elas que carregam o estrume, e, na colheita das azeitonas, são elas que as juntam no chão, com as crianças, enquanto os homens manejam a vara para fazê-las cair das árvores), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais.

Entende-se assim que a dominação masculina é manifestada sobre os aspectos simbólicos conduzindo as relações sociais entre homens e mulheres no contexto social. O caráter simbólico se manifesta nas relações de poder, destacando à postura masculina sobre a feminina, no qual a relação de poder é manifestada sobre as relações de gênero estabelecidas no contexto familiar. Portanto, existe um poder simbólico, que é entendido como uma

estrutura que produz dominação, uma espécie de violência simbólica, que funciona com ausência de um conhecimento coletivo (Bourdieu, 1998). Dessa forma, o poder simbólico apresenta um caráter transformador e legitimador, de outras formas de poder estabelecidas nas relações sociais. Assim sendo, segundo Bourdieu (1998) o poder simbólico é um poder de construção de realidades.

Segundo Bourdieu (1998), o poder simbólico é invisível, o qual é exercido somente com a cumplicidade daqueles que não obtêm interesse em saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que os exercem. O poder simbólico é construído através dos sistemas simbólicos, como a arte, a língua, a religião sendo conhecido como estruturas estruturantes, um instrumento de conhecimento e de construção do mundo objetivo. Ao relacionar as estruturas estruturantes através da língua, cultura, condutas ao meio de comunicação compõe assim, uma estrutura estruturada. Portanto, o poder simbólico manifesta-se na relação entre gênero e violência que são produzidas no contexto do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino.

Para Bourdieu (2002), a categoria gênero é elemento que constitutivo do *habitus* responsável pela produção e reprodução das práticas interiorizadas pelos sujeitos nos vários processos de socialização e sociabilidade através das principais instituições sociais como: a família, escola, igreja e estado, onde valores e práticas relativas aos homens e mulheres são internalizados (Mendes, 2008).

Em relação à instituição Igreja, Bourdieu (2010), afirma que a mesma, foi marcada por um profundo antifeminismo para preservar uma explícita moral familiarista dominada pelos valores patriarcais e a noção de “inferioridade” feminina. Por meio dos textos sagrados, o clero agia de maneira indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, baseando-se em um sistema de oposições éticas para justificar a hierarquia no seio da família. Na Escola, continuava a transmissão das representações patriarcais “baseada na homologia entre a reação homem/mulher e a relação adulto/criança” através das disciplinas escolares ministradas (BOURDIEU, 2002).

Por fim, o Estado encerra o ciclo das instituições da reprodução da divisão dos gêneros, ratificando e reforçando a visão ultraconservadora que faz da família patriarcal o princípio e modelo da ordem social como ordem moral, “fundamentada na preeminência absoluta dos homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças e na identificação da moralidade com a força da coragem com o domínio do corpo, lugar de tentações e de desejos” (BOURDIEU, 2002, p.105). Assim Bourdieu (2002) esclarece:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias

principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem (BOURDIEU, 2002, p.103).

A família permanece sendo o lócus da produção e reprodução das desigualdades sexuais mais importantes dos últimos séculos. Segundo Bourdieu (2002) é na instituição família que se constitui a primeira divisão sexual do trabalho, além da dominação masculina na família encontrar condições de seu pleno exercício, considera a principal guardiã do capital simbólico.

No âmbito da família, através do casamento, tradicionalmente é elencado às mulheres o espaço doméstico, as atividades de reprodução social e manutenção da união da família. Segundo Bourdieu (2002), esse papel destinado às mulheres, no modelo tradicional de família, insere e mantém a lógica da violência simbólica internalizada sutilmente e silenciosamente, resultando na condição do dominado corroborarem com essas práticas de dominação, responsabilizando a mulher pela reprodução do capital social e simbólico que ocorre no interior das relações impregnadas de afeto.

É na lógica da economia das trocas simbólicas - e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determinam as mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para reprodução do capital simbólico dos homens - que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais (BOURDIEU, 2002, p. 56).

Bourdieu (2002) reconhece as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e para o autor, sem dúvida, a maior mudança está no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível e isso se dá pelo trabalho crítico dos movimentos feministas, o que resulta na mudança incontestável do papel das mulheres na sociedade, uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é, sem sombra de dúvida:

(...) o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que estando relacionadas com as transformações as estruturas produtivas (sobretudo o desenvolvimento das grandes administrações públicas ou privadas e das novas tecnologias sociais de organizações de quadros), levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: observa-se, assim, um forte aumento da representação de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração) e também uma intensificação de sua participação nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas (ensino, assistência social, atividades paramédicas) (BOURDIEU, 2002, p.108).

Apesar das mudanças, as mulheres ainda se encontram em desigualdade em relação

aos homens, em vários setores e atividades da vida social, elas continuam nas práticas tradicionais elencadas pelo modelo patriarcal, como afirma (BOURDIEU, 2002, p. 112):

Enfim, as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominante) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda os universos da produção simbólica (áreas literárias e artísticas, jornalismo etc.) (BOURDIEU, 2002, p. 112).

Para Bourdieu (2002), o feminino e o masculino são binários e se constituem num quadro de permanências e mudanças, mas essas mudanças conforme Mendes (2008) parecem estar instituídas em um quadro estrutural de dominação masculina. Para a autora citada, Bourdieu concebe as relações de gênero dentro de um forte esquema estruturado pela dominação masculina, o que dificulta as mudanças ocorridas com as mulheres na sociedade, apresentando mudanças substanciais no quadro geral das relações de gênero. Assim, Bourdieu considera que as mudanças para serem significativas deveriam operar em nível estrutural e macro, ou até mesmo revertendo o quadro de dominação.

Mendes (2008) entende que as mudanças concebidas do ponto de vista não exclusivamente estrutural e macro devem ser consideradas também como importantes mudanças no quadro geral das relações de gênero, pois geralmente as mudanças nas relações de gênero, não operam de forma radical e transformadora das estruturas de dominação. Todavia ressalta que a dominação masculina já não se constitui como outrora, em força inabalável, suas estruturas mudaram ao longo do tempo, o que não significa atestar o seu desaparecimento, sendo a violência contra o gênero feminino um exemplo da sua presença.

Para autora, nas relações de gênero, o tradicional e o moderno agem no mesmo plano de práticas, o que se imagina uma possível ambiguidade das práticas femininas, porém não reflete necessariamente a uma condição de submissão e alienação. Assim é válido ressaltar o que Saffioti (2001) explica sobre a ambiguidade:

Eu penso que isto é uma glória, porque não há nada mais rico do que a ambiguidade. É a ambiguidade que nos permite essa especialização que nós temos de negociar. Então, vejam vocês: com a dominação masculina tão dramática como nós temos, se nós não conhecêssemos o terreno da ambiguidade, nós não saberíamos negociar para sobreviver, porque é bem isso, a mulher negocia para sobreviver (SAFFIOTTI, 2001, p.19).

As relações de gênero e particularmente as práticas de violência no contexto do abuso sexual intrafamiliar infantojuvenil feminino podem ser também compreendidas através da concepção microfísica do poder (Foucault, 2016), quando afirma que as relações de poder agem não apenas nas instituições sociais como o Estado, mas também em nível dos

indivíduos.

Segundo Foucault (2016), as relações de poder atuam de forma repressiva, bem como produtiva e positiva. Sendo considerado um poder descentralizado, não estando localizado apenas em um lugar específico da estrutura social, sendo ramificado e articulado em vários sentidos, favorecendo poder a cada um dos gêneros, através de um processo fluído que nega a estabilidade e a oposição binária, onde um exerce poder e o outro seja destituído de poder. Para Mendes (2008), Foucault trabalha na perspectiva que ambos os gêneros possuem poder, porém em níveis diferenciados, o que leva a admitir práticas de violência por parte de ambos.

Para Foucault (2016), o poder não existe em si, apenas na relação enquanto relação, o poder não é algo que se poder ter ou não, bem como escapar dele. A dinâmica de funcionamento do poder opera através de relações de forças que surgiram da resistência, entendo assim que o poder é efetuado pelos sujeitos capazes de produzirem movimentos como estratégia no campo de poder, por isso, pensa-se sobre as estratégias de resistências e defesa femininas diante das violências sofridas. Conforme Mendes (2008), essa dinâmica do poder possibilita compreender as relações de gênero como um conflito constante do exercício de poder que não circula de maneira constante, onde ocorrem diversas negociações e estratégias no decorrer do seu exercício.

Para Foucault é no mesmo espaço onde ocorre limitação do poder do feminino que se faz a forma de resistências das mulheres ao processo de dominação/exploração a que são submetidas, através das denúncias, decisão de separação, estratégias de defesas. Essas atitudes de enfrentamento tiram-nas do estado de cumplicidade e inércia diante da situação vivenciada. As mudanças diante das violências de gênero acontecerão efetivamente quando as formas hierarquias de gênero forem desconstruídas no seio da sociedade. A desconstrução deve se dá desde os espaços privados até os espaços públicos, ou seja, não se limita ao contexto vivenciado pelas famílias que estão em situação de violência, mas também, as instituições como Estado, Igreja, Escola e Família. Importante, a participação do público e privado nessa desconstrução hierárquica do gênero, pois são nesses espaços que ocorrem o processo de construção das identidades dos sujeitos.

3 O CENÁRIO DO ABUSO SEXUAL FEMININO NO CONTEXTO FAMILIAR

Nesse capítulo são discutidos os conceitos históricos do abuso sexual, bem como as políticas públicas que asseguram os direitos das crianças e adolescentes, particularmente, as vítimas do abuso sexual intrafamiliar feminino. Além de realizar uma reflexão sobre os

aspectos de como a família contemporânea se constitui através das mudanças no decorrer da história, finalizando com a análise sobre o cenário do abuso sexual intrafamiliar que as mães estão inseridas.

3.1 Aspectos históricos e conceituais do Abuso Sexual Intrafamiliar

A violência, a depender do momento sócio histórico, manifesta-se das mais variadas formas, pois é um fenômeno complexo, que sempre esteve presente na história da humanidade. O contexto cultural de cada sociedade e em cada período da sua história, será responsável para definir o conceito de violência.

Sabe-se que a violência é considerada atualmente um sério problema de saúde pública que necessita de políticas efetivas para o enfrentamento. Segundo Minayo (2002), a violência atinge de forma muito severa as crianças e adolescentes, sendo a mortalidade por violência a primeira causa de morte da população entre cinco e dezenove anos.

Machado (2006) afirma que o abuso sexual é uma das formas mais danosas da violência para as crianças e adolescentes, pois quase sempre envolve pessoas do âmbito afetivo da vítima. Compreende que o silêncio que quase sempre se instaura sobre essas relações abusivas, parece ser o aspecto que mais contribuem para a confusão de sentimentos e ideias em torno do momento vivenciado pela criança e/ou adolescente, ocasionando prejuízos à saúde psíquica da vítima (Narvaz, 2005).

O Abuso sexual é uma prática antiga que vem sendo revelada, exigindo atenção dos profissionais e das políticas públicas nas mais diversas áreas. Esse tipo de violência está presente em todas as classes sociais e atinge os mais diversos países, sem ligação com o desenvolvimento do país (Ramos, 2010).

Existem divergências quanto ao primeiro trabalho que tratou de discutir sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, para Gabel (1997) o estudo de medicina legal de Auguste Tardieu, publicado na França em 1998 foi o pioneiro, enquanto, Azevedo e Guerra (1998), defende que o primeiro trabalho foi “síndrome da criança espancada”. Mas, de acordo com Gael (1997), a sociedade nessa época não possuía condição de compreender e reagir a essas informações que questionavam os valores considerados fundamentais para constituir uma família.

Machado (2006), afirma que o reconhecimento amplo do abuso sexual de crianças e adolescentes só ocorreram durante a segunda metade do século XX. A mesma autora faz referência à teoria freudiana, que discute sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, essa

teoria explica a Neurose. Segundo Machado (2006), Freud elaborou a teoria da sedução com objetivo de explicar a etiologia da neurose, em um artigo publicado em 1896. Nesse artigo, conforme Machado (2006), Freud relata que muitos pacientes traziam revelações sobre cenas da infância em que foram seduzidos por um adulto, às mulheres, o sedutor quase sempre era o pai. Posteriormente, de acordo com a mesma autora, Freud abandonou essa ideia, relatando que as cenas antes estudadas, eram relacionadas a fantasias de desejos infantis, relacionando com realidades psíquicas e não com realidades vivenciadas pelas pacientes e assim, estudar sobre a sexualidade infantil.

Essas mudanças nos estudos de Freud são relacionadas ao incômodo que a revelação do abuso intrafamiliar trazia para a sociedade da época, inclusive para o próprio Freud e seus pacientes. De acordo com Gael (1997), explica que as fantasias de desejos infantis apontadas por Freud passaram a ser responsável pelo desenvolvimento da teoria da sexualidade infantil, que fala sobre as cenas reproduzidas por seus pacientes como as primeiras evidências do complexo de Édipo. De acordo com Gael (1997), ocorreu uma inversão dos papéis, as crianças deixaram de ser vítimas dos adultos, como afirmava a teoria da sedução e passaram a exercer um papel de sujeito ativo que utilizam da sua sexualidade e é possuidor de desejos pelo seu genitor do sexo oposto.

Houve diante dessa mudança de entendimento de Freud, o mascaramento da verdadeira realidade do abuso sexual intrafamiliar, acaba voltando para uma realidade psíquica da criança, sendo interpretado como um desejo incestuoso da criança. Essa visão de Freud até hoje traz influências, pois muito se questiona o envolvimento da vítima no abuso sexual, muitas vezes, culpabilizando a criança ou adolescente da violência vivida, compreendendo o fenômeno vivido como produto do interesse da criança que proporcionará prazer e não uma experiência danosa para sua vida. Importante destacar que em alguns casos de abuso sexual, a criança sente prazer, porém, esse sentimento de prazer não diminui o problema, ocorre uma intensificação de culpa e ambivalência de sentimentos na vítima (SANTOS, 2007).

Por último, Freud realizou estudo de casos, que havia casos de abuso sexual intrafamiliar “incontestáveis” e ao analisar concluiu que as histórias de sedução não eram somente de fatos reais, fantasias, porém reconhece como da primeira vez, a realidade material do abuso (MACHADO, 2006). Assim, Machado (2006), atentou-se sobre a não utilização do conceito de abuso sexual pelo autor para relatar e definir as situações denominadas de sedução, reveladas por seus pacientes, embora enquadrassem no mesmo significado. Porém, nesse terceiro momento, a única preocupação era entender a respeito dos desenvolvimentos

dos processos mentais que adoeciam a pessoa, ou seja, os problemas de saúde (Machado, 2006), pois conforme Gael (1997), o que se observa, era a ausência de preocupação quanto aos direitos das crianças e adolescentes que deveriam ser executados diante da violação dos mesmos.

De acordo com Furniss (2002) existem dois fatores principais que justificam as atenções mais intensificadas a respeito dos aspectos legais e de saúde que envolve o abuso sexual nas últimas décadas, são eles, o movimento dos direitos da criança e adolescente que vem crescendo de forma bastante positiva; preocupação com a saúde e o conhecimento. Furniss (2002) destaca duas classes de profissionais que devem está trabalhando articulados para que haja uma intervenção eficaz e efetiva e menos danosa para a vítima, são os da área jurídica e área de saúde.

As leis surgem e essas, são alteradas conforme as transformações sociais, culturais e políticas. No Brasil essas transformações sociais e políticas resultaram no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a lei houve o estabelecimento de novos paradigmas para abordar a infância/adolescência e trazer resolutivas mais efetivas para os problemas que afetam o público alvo do ECA. A nova legislação passou a considerar as crianças/adolescentes, sujeitos de direitos que devem ser assegurados com a devida prioridade de forma absoluta, tanto pelo Estado como pela sociedade civil. Dessa forma, a violência contra as crianças, na sua maioria, sexual e doméstica, deixa de ser um assunto privado da família e passa a ser um problema que diz respeito a toda sociedade, pois de acordo com o ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.1).

Em relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, no ECA consta através do artigo dezoito que “ É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, 1990, p.3)”. Percebe-se que a legislação é bem clara e artigos que especificam a responsabilidade de cada cidadão, dos profissionais e das nossas instituições, como se observa no artigo seguinte:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Assim como maus-tratos, a omissão e suspeitas, também são considerados fortes atentados aos direitos das crianças. Contudo, surge uma enorme dificuldade relacionada à falta de definição desses termos que aparecem: maus-tratos, tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor, ficando a critério da sensibilidade de cada profissional, ou cidadão (Machado, 2006, p. 24). Faleiros (2000) confirma, apontando que na literatura são encontrados vários termos para expressar o problema, sendo às vezes, de maneira confusa e incorreta. Assim a mesma autora faz uma análise sobre o termo a ser utilizado:

Uma análise inicial do vocabulário sobre o tema e do material bibliográfico disponível revelou imediatamente uma imprecisão terminológica. Por exemplo, o fenômeno do abuso sexual é designado por diferentes termos, como: violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. Para designar a violência sexual intrafamiliar encontra-se os termos abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, incesto, abuso sexual incestuoso. O uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é designado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, ora como exploração sexual comercial. Por outro lado um mesmo termo pode designar distintas realidades, como por exemplo, o termo exploração sexual é utilizado pela OMS para designar situações de abuso sexual intra e extrafamiliar e prostituição, enquanto que muitos autores o utilizam referindo-se apenas à exploração sexual comercial. A utilização de diferentes termos como sinônimos e como se correspondem a um mesmo conceito não é apenas uma questão de terminologia, mas uma questão epistemológica, ou seja, revela a falta de uma rigorosa e clara conceituação da problemática (FALEIROS, 2000, p.4).

A expressão “violência sexual” é mais abrangente, incluindo as cometidas contra crianças e/ou adolescentes ou adultos. Segundo Paulino (2005), a violência sexual pode ser dividida em “categorias” como, por exemplo, abuso sexual, exploração sexual, prostituição infantil, etc. Assim, o abuso sexual entendido como uma categoria da violência sexual pode ser definido, segundo a ABRAPIA – Associação Brasileira de Proteção a Infância e a Adolescência, como:

(...) uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência (BRASIL, 1997, p.14).

De acordo com Paulino (2005), o abuso sexual diferencia dos outros tipos de violência pela relação de poder entre abusador e abusado, pois existe o intuito da satisfação e gratificação sexual do perpetrador, já que a criança e/ ou adolescente exposto ao abuso sexual vivenciam uma relação que não é compatível com seu desenvolvimento psicossocial ou idade biológica. Na mesma perspectiva Mello (2002) entende que abuso sexual é:

(...) compreendido como uma categorização, ou seja, como organização e seleção de aspectos de um acontecimento que, inevitavelmente, se constitui em prática

discursivas, que se fundam a partir de vivências diversas tais como, interação face a face, mediadas pelos meios de comunicação e pelos processos históricos que cada pessoa vivencia e pela humanidade (MELLO, 2002, p.23).

Ainda sobre o conceito de abuso sexual, Faleiros (2000) explica o uso excessivo de ultrapassagem de limites dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares, inclusive de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta compreende. Assim, o abuso sexual será entendido como ações sexuais de um adulto em relação a uma criança/adolescente, ainda em desenvolvimento físico, psicológico, social, emocional (Paulino, 2005). Constituindo-se, portanto num ser imaturo, sem ter a compreensão total das situações abusivas da qual faz parte (Gael, 1997). De acordo com Paulino (2005, p.28-29) as relações incestuosas são as estabelecidas:

(...) por pessoas que tenham grau de parentesco que envolve pessoas que tenham algum grau de parentesco por consanguinidade, podendo, assim como no caso do abuso sexual intrafamiliar, pertencer ao âmbito da família nuclear ou extensa, quando os envolvidos estiverem numa relação direta de primeiro e segundo graus, qual seja, entre pai/mãe e filha/filho, avô/avó e neta/neta e tio/tia e sobrinha/sobrinho. Na maioria das sociedades são aceitas relações entre primos, não sendo consideradas necessariamente incestuosas. Podem, porém, ser consideradas como abuso sexual intrafamiliar incestuoso, caso mantidas pelo uso do poder (PAULINO, 2005, p.28-29).

Paulino (2005) afirma que as relações de poder, impostas, seja por papéis hierárquicos socialmente construídos, classe social, idade, desenvolvimento físico, etc. se constituem no marco maior desta categoria da violência. Assim, a violência física nos casos de abuso sexual é menos frequente, pois o agressor utiliza de seu poder para coagir a vítima através de ameaça sobre a perda do amor e da desestruturação familiar, a obrigação de responder aos mandos das pessoas mais velhas, a sedução e os privilégios que algumas vezes advêm destas relações forma o complexo emaranhado que circunda o abuso sexual e suas nuances. (PAULINO, 2005).

3.2 A identificação, a revelação e denúncia do abuso sexual intrafamiliar

O abuso sexual contra crianças e adolescentes não é um fenômeno atual. Entretanto, é recente que esse tipo de violência passou a ser foco de pesquisas e meios de comunicação que têm destacado os impactos que tal violência acarreta na vida das pessoas envolvidas. O abuso sexual, possivelmente, permaneceu constante por muitos anos, o que aumentou foi atenção que é dada atualmente ao problema.

As estatísticas sobre o abuso sexual infantil não são uniformes, porém um dado que se

mantem constante é que a maioria dos agressores é do sexo masculino e são conhecidos da vítima. Segundo Machado (2006), em um estudo realizado em São Paulo, houve 71 casos de violência sexual contra crianças, entre esses casos, 84,5% dos casos, o agressor era conhecido da vítima. Destes, 21,7% o agressor era o pai biológico; em 16,7% o padrasto, em 11,6% o tio, em 10 % o avô em 16,7% o vizinho e em 21,7% outro conhecido da família. Outra pesquisa mostrada por Machado (2006) que foi realizada no Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de violência sexual, em Salvador/BA, onde mostra também um elevado número de agressores conhecidos da vítima ou da família, em 86% dos casos. Nesta pesquisa Machado (2006), enfatizar que os vizinhos foram os agressores mais frequentes, em um total de 28% das ocorrências, enquanto os pais e padrastos representaram, na ordem, 13% e 11%. Logo depois, vem os tios com 6,4% e primos com 3,2%, avô e irmão com percentuais em torno de 1%.

Em uma pesquisa realizada em Porto Alegre por Habigzang et al. (2005), foram analisados 1.754 registros de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos que sofreram algum tipo de violência. Com relação aos abusos sexuais os números apontam que 79,4% das vítimas foram meninas. Em relação ao local de ocorrência destes abusos Habigzang et al. (2005), aponta que 65,7% ocorreram na residência da vítima, 22,2% na rua; 9,8% na residência de terceiros e 2,4% em instituições públicas. Nesse mesmo estudo, através de análises de cinquenta boletins de ocorrência policial e dos termos de informação das vítimas de abuso sexual intrafamiliar registrados no Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do RS, permitiu visualizar o perfil da vítima, do agressor e do fenômeno.

No que tange a idade das vítimas, variou entre dois e dezessete anos, sendo que a porcentagem mais significativa está na faixa etária de dez a quatorze anos (56%), seguida da faixa entre cinco a nove anos (29%), de quinze a dezessete anos (14%) e entre dois a quatro anos (10%) (HABIGZANG, 2006). Em relação ao sexo das vítimas, Habigzang (2006) aponta que o maior número de vítimas foi do sexo feminino com 96%, enquanto o sexo masculino apresenta 4%. Também foi mapeada à idade da vítima quando ocorreu o fato pela primeira vez, apontando que 44% da amostra tinham entre 10 a 14 anos, 42% entre cinco a nove anos, 10% entre dois a quatro anos, 2% entre 15 a 17 anos e 2% não informou (HABIGZANG, 2006). Cerca de 42% dos casos, conforme Habigzang (2005), a vítima procurou a mãe para pedir ajuda, sendo as demais, para irmãos (10%), tios (4%), amigos (6%), escola (6%), conselho tutelar (2%), vizinhos (2%), instituição (6%) ou não procurou ajuda (22%), entre outros.

Em relação ao agressor, Habigzang et.al. (2005) constatou que o pai aparece em

primeiro lugar (40%) como perpetrador seguido pelo padrasto (28%), tio (16%), avô (4%), pai adotivo (4%), cunhado (2%) e primo (2%). Os agressores em 94 % negaram ter abusado das vítimas, enquanto, apenas 6 % confessaram como perpetrador do abuso. O uso de substâncias psicoativas também foi avaliado nessa pesquisa e constatou que em 46 % dos casos o agressor se encontrava alcoolizado e/ou drogados, 16% estavam sóbrios e 38 % das fichas não foi informado (Habigzang, 2005). O local onde o abuso ocorreu foi, de acordo com Habigzang (2005), a residência da família em 86% dos casos, residências dos avós (2%), local do serviço (6%), matagal (2%), não foi informado (4%).

Ainda com Habigzang et al.(2005), foi realizado no Ambulatório de Maus Tratos de Caxias do Sul/RS, cerca de 59% dos casos registrados no Ambulatório eram de abuso sexual e de vítimas do sexo feminino com 77% dos casos. A idade que predominou os abusos foi de crianças entre seis e nove anos de idade (35%), sendo o pai o maior perpetrador das agressões com 33% dos casos (Habigzang et.al., 2005). Já em análise de 71 processos jurídicos do Ministério Público do RS sobre abuso sexual, foi diagnosticado que:

(...) a maioria das vítimas foi do sexo feminino (80,9%) e tinha entre cinco e dez anos (36,2%) quando submetidas pela primeira vez à violência sexual. A idade da denúncia concentrou-se na adolescência, uma vez que 42,6% apresentavam idade entre 12 e 18 anos quando a situação abusiva foi delatada. Do total de casos investigados, 83% aconteceram na própria família, concedendo à violência sexual um caráter intrafamiliar. Os pais foram os agressores em 79% dos casos (40 pais), seguidos pelos padrastos (16) das vítimas. A violência sexual foi denunciada pela mãe da vítima em 37,6% dos casos, pela própria vítima em 29% dos casos, por outros parentes, em 15,1%, e, por instituições, tais como, escola, hospital e departamento de polícia em 6,5% dos casos. Entretanto, em 61,7% dos casos, alguém informou que já sabia da situação abusiva e não denunciou (HABIGZANG et.al, 2005, p.16).

Através das análises dos dados epidemiológicos, verifica-se que a maioria dos abusadores sexuais infanto-juvenil faz parte da convivência das crianças no ambiente familiar, e muito dele de natureza incestuosa, sendo o pai biológico e os padrastos principais perpetradores. Ao analisarmos a construção da masculinidade de homens agressores, observa-se que esses possuem a necessidade de demonstrar a sua virilidade e dominação, através da posse sexual do corpo feminino. Assim, Vigarello (1998) considera que o estupro é indissociável do contexto que o produziu, recebendo diferentes tratamentos pela sociedade e pela justiça ao longo de tempo. O estupro por muito tempo era considerado como ato pontual e de homens considerados maníacos sexuais. Porém, em meados do século XX, o estupro passa a ser entendido através de relação de força e poder de homens sobre mulheres, sendo uma forma de readequação dos espaços destinados a homens e mulheres a partir do medo da violação do corpo. De acordo com March (2015) o estupro é um dispositivo de modelação de

condutas sexuais e sociais que opera na construção do medo da presença em espaços que deixaram as mulheres mais vulneráveis a esses crimes.

O estupro era construído entre os legisladores e no meio social como algo que lhe era estranho, insistindo na debilidade física ou mental do acusado e na capacidade de atração que as vítimas eram capazes de exercer, o agressor e a vítima eram empurrados para a margem social (VIGARELLO, 1998). Segundo o mesmo autor, os crimes sexuais só eram tomados como algo relevante quando fugiam da normalidade média, quando o anormal era facilmente identificado, sendo determinado pela extrema monstruosidade. Percebendo que o estupro era direito de posse masculina sobre o corpo feminino, não pertencente às mulheres, mas sim aos homens, que através da posse do corpo feminino desempenhavam papéis que os aproximavam ou afastavam do modelo de masculinidade vigente.

Segundo Vigarello (1998), as feministas estadunidenses nos anos 70 associaram o aumento no número de casos de estupros com a mudança no comportamento feminino. O fato que nesse período as mulheres estavam cada vez mais envolvidas com o mundo público, orientando os debates, ligando os fatos a um problema de costumes, denunciando uma sociedade de homens, cujos valores são obstáculos à apreciação do estupro, resultando em uma nova forma de ser mulher, mais ativa e livre. Entendendo como algo que explicaria o aumento da ocorrência desse crime (VIGARELLO, 1998). Nessa perspectiva, o estupro passa a ser compreendido como:

Uma relação de força e agressividade do homem contra a mulher;- que todas as agressões sexuais supõem um tipo de relação de dominação homem-mulher, sintomática e uma certa escolha da sociedade;- que elas não podem ser analisadas como uma infração banal ou mesmo de direito comum; - que consciente ou inconscientemente, um mundo de valores masculinos justificou efetivamente o estupro pela “natural virilidade agressiva” do homem e pela “passividade masoquista” da mulher, noções que explica a culpabilização e o mutismo das mulheres estupradas; - que as mulheres entendem, doravante, denunciar publicamente o estupro. (VIGARELLO, p.211, 1998).

Sendo assim, Vigarello (1998) pontua as várias mudanças importantes, sobre os procedimentos de ontem e os de hoje do estupro. O autor destaca a emoção coletiva provocada pelo crime sexual que constituiu uma nova imagem ao crime, esclarecendo, à sua maneira, a sociedade atual. A igualdade entre o homem e a mulher nos dias atuais transformou a atitude das vítimas, legitimando a queixa e promovendo mais equidade ao processo. Assim, Vigarello (1998), chama atenção para os efeitos do crime, que já não é mais a imoralidade, mas a morte psíquica; não é mais a depravação, mas a quebra de identidade e feridas à qual a vítima parece condenada, o que concede um lugar definitivamente novo ao estupro contra crianças. “A violência sexual se impõe aqui como violência primeira, crime

ainda mais atroz por atingir um ser projetado como ideal de pureza, potencialidade ainda mais absoluta porque o sentido deixa de ser proveniente da imagem tradicional dos pais e da autoridade”. (VIGARELLO, p.248, 1998).

A idade que prevalece o início do abuso se concentra entre os cinco e os dez anos de idade. A mãe aparece como a pessoa que primeiro as vítimas recorrem ajuda. Assim, observa-se que o abuso sexual intrafamiliar traz consigo outros componentes como, ligações afetivas, medo, “lealdade”, vergonha, insegurança, etc., que por um lado, dificultam sua chegada aos órgãos jurídico-legais, mas, por outro lado, permitem a chegada aos órgãos de saúde, pois se trata de um pedido explícito de ajuda e não de punição (PAULINO, 2005, p.42)”.

Sabe-se que existem múltiplos fatores que repercutem diretamente na identificação e na denúncia dos casos, bem como na responsabilização do agressor e intervenção sobre a vítima, entre eles: à inexistência ou inconclusividade de evidências físicas que fundamentem o abuso (Baía, 2013). Dessa forma, Baía (2013) afirma que o processo de revelação do abuso sexual pela própria vítima é uma evidência primordial que promove uma prevenção primária, pois impedirá que outras crianças sejam futuramente abusadas pelo mesmo agressor. Baía (2013) completa ao falar que além da prevenção primária, possibilita a prevenção secundária, pois rompe com o abuso e garante o suporte terapêutico às vitimas.

Segundo Collings (2005), a maioria dos indivíduos que apresentam histórico de abuso sexual esconde por longos períodos a violência sofrida, existindo casos que jamais revelaram e que a revelação do abuso sexual se apresenta mais como exceção do que como regra. Dados mostrados por Baía (2013) esclarecem que a revelação do abuso sexual é mais comum depois de cinco anos que acontece a violência, poucos são os casos revelados dentro o período de um ano. No caso dos adolescentes, muitos retêm a informação sobre a vitimização, pois conforme Ramos (2010), os adolescentes ficam sob controle das consequências negativas da revelação. Assim é importante falar que quando essas experiências não são compartilhadas com os familiares, os adolescentes acabam revelando para pessoas com a mesma faixa-etária.

Baía (2013) dá uma possível explicação para a diferença na ocorrência de revelação entre crianças e adolescentes, o autor explica que isso, pode estar relacionada ao tipo de receptor da revelação, pois se sabe que um dos principais papéis dos receptores da revelação é torná-la ativa ou eficaz, é possível hipotetizar que o percurso desde a descoberta até a denúncia será diferente se o adolescente revelou para os pais, professores ou para um amigo (BAÍA, 2013).

Narvaz (2005) ao discutir sobre a diferença de desenvolvimento de idade no processo de revelação avalia que as limitações referentes às capacidades cognitivas das crianças mais

novas podem resultar na ausência de compreensão sobre o abuso sexual sofrido. Porém Baía (2013) argumenta que:

(...) a falta de conhecimento das crianças mais novas sobre o abuso sexual possa inibir o seu relato, também é possível que, inadvertidamente, isto facilite a revelação. Por não reconhecerem o abuso como um tabu, não percebem também as possíveis consequências negativas para elas e para os outros, tornando-as propensas a falar sobre tópicos e atos que facilmente embaraçam os outros (BAÍA, 2013, p.16).

A idade da vítima na época do abuso, também vem sendo associada para justificar o maior tempo para a ocorrência da revelação. Assim, Santos e Dell’Aglío (2009) apontam para a influência do agressor sob a vítima, através da utilização do seu poder, podendo ser mais efetivo em vítimas mais novas do que nas mais velhas. Outro fator marcante no processo de revelação é o sexo da vítima, as diferenças de sexo podem ser geradas tanto pela alta ocorrência de abuso sexual entre meninas ou por uma maior relutância dos meninos em revelar a vitimização sofrida (Baía, 2013). O abuso sexual é visto por muitos pesquisadores e profissionais como sendo um fenômeno exclusivamente associado às vítimas femininas e agressores masculinos, pois, as regras do gênero definidas socialmente estabelecem que os homens devam ser duros, fortes.

O medo das consequências e a percepção de responsabilidade como fatores pessoais podem incidir no processo de revelação. Sabe-se que as estratégias dos agressores silenciam muitas vezes a vítima, através de ameaças, caso ocorra revelação. Além do poder ocasionar consequências punitivas, muitas vezes provocando que o familiar desacredite na revelação feita pela criança/adolescente sobre o abuso. Quando os casos envolvem agressores familiares, a vítima tem medo de proporcionar com a revelação, a desestabilidade familiar (BAÍA, 2013), seguindo nessa perspectiva, Koller (2005) esclarece que as vítimas que demoraram mais a relatar o abuso foram às meninas que demonstraram mais medo, entre eles, medo de perder o afeto do abusador, medo de ser desacreditada ou punida, isso geralmente acontece, pois as meninas são abusadas por membros familiares.

É necessário que o ciclo do silêncio e da violência seja rompido, caso contrário, as vítimas que vivenciam o abuso por anos, são forte pretendentes a desenvolverem consequências negativas durante sua vida (Machado, 2006). Assim, Baía (2013) mostra que a revelação do abuso sexual é um momento vivenciado de forma multifacetado, possuindo dimensões intra e interpessoais e entendo que vários são os fatores que incidem no processo de revelação. A idade da criança, segundo Machado (2006), influencia diretamente, pois quanto maior a idade, maior a possibilidade de revelar intencionalmente e maior a possibilidade de revelar detalhes. Assim como Baía (2013) que explana sobre a importância

da relação entre a vítima e a pessoa na qual será revelado o abuso para interpretações do que será declarada pela vítima, Machado (2006) também chama atenção para essa relação quando afirma sobre:

A reação da pessoa que escuta a criança, a forma como acolhe o que é dito por esta, o grau de importância e credibilidade que dá ao que ela está comunicando, pode proporcionar ou não segurança à criança para que continue revelando, confirmando-se como pessoa de confiança ou inibindo o processo de revelação (MACHADO, 2006, p.28).

Conforme Faleiros (2003), a mãe tem sido apontada como figura importante nesse processo, pois na maioria dos casos o abuso é revelado a ela. O estudo de Habigzang et.al. (2005) citado anteriormente identificou que o abuso sexual foi denunciado pela mãe da vítima em 42% dos casos. Nessa mesma perspectiva, Santos (2007), verificou que na maioria dos casos investigados a iniciativa de realizar a notificação do abuso sofrido pelas crianças/adolescentes foi realizada pela figura materna. Santos e Dell’Aglío (2009), verificou que a importância da figura materna nas situações de abuso sexual, tem sido explorada, principalmente, quando são discutidos aspectos relacionados às consequências do abuso, à compreensão da situação de abuso e à capacidade das mães de lidar com a situação e de proteger suas crianças. Então, entende-se que, a percepção das vítimas sobre suas mães e sobre o contexto familiar em que estão inseridas influencia sua disponibilidade para revelar o abuso sexual (Plummer, 2006).

Sobre a relação com o abusador, Machado (2006) diz que quando este é um membro da família, é menos provável a revelação e o relato pode conter bem menos detalhes do que quando o abusador é mais distante da família. Além disso, Habigzang et.al (2005), fala que as vítimas de abuso sexual são mais conscientes sobre uma possível punição ao parente abusador, temendo conflitos familiares que acontecerão após a revelação. Muitas vítimas se sentem culpadas, pois são responsabilizadas pelo abuso sexual sofrido, e assim, sentem medo das consequências negativas relacionadas ao conhecimento da violência pelos demais membros da família. Baía (2013) acrescenta que as características formais da revelação, bem como o contexto social, com seus padrões socioculturais influenciam diretamente no processo de revelação do abuso sexual.

Segundo Santos e Dell’Aglío (2009), a revelação é a etapa inicial na qual a criança/adolescente relata para alguém a violência sofrida, enquanto a notificação, se configura no momento em que a própria vítima, ou a pessoa para quem a criança/adolescente foi revelado busca os órgãos competentes, a fim de comunicar a violência. Já a denúncia, de acordo com Santos e Dell’Aglío (2009) é o momento processual, onde iniciará o processo

penal objetivando a responsabilização do abusador.

A rede pública de saúde é responsável pela notificação de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança/adolescente, avaliando o momento de ser registrado na ficha de notificação, bem como encaminhamento para os órgãos competentes (BAÍÁ, 2013). O profissional de saúde deve informar aos órgãos competentes mesmo sem o consentimento da família, pois no artigo 13 e 245 do ECA, assegura a criança/adolescente que :

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 1990, p.16).

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, p. 189).

Com o objetivo de compreender o abuso sexual e o processo de revelação Baía (2013), elenca quatro categorias, são elas:

1)Revelação intencional (dimensões: revelação, evento): revelação verbal espontânea e não ambígua emitida pela própria vítima. 2) Revelação indireta (dimensões: revelação, processo): revelação espontânea, feita através de declarações ambíguas por parte da vítima. Ainda que não se constitua em uma declaração explícita, mas pode alertar os outros acerca do abuso. É possível também que alguns comentários eliciem questionamentos por parte do ouvinte, levando a vítima a revelar. 3) Detecção por testemunha (dimensões: detecção, evento): uma situação na qual o abuso sexual foi diretamente testemunhado por uma segunda parte, a qual denunciou o abuso para o cuidador ou diretamente para uma autoridade. 4) Detecção acidental (dimensões: detecção, processo): envolve situações nas quais uma segunda parte tomou conhecimento sobre o abuso a partir da observação de sinais físicos, mudanças comportamentais, alterações emocionais, levando ao questionamento da criança ou encaminhamento para um profissional, tornando-se o abuso evidente (BAÍÁ, 2013, p.11).

Assim, conclui-se que a revelação do abuso sexual é um episódio crucial para a vítima, pois a revitimização pode acontecer, caso os adultos não acreditem no relato e não realize a denúncia, além de contribuir para a impunidade dos agressores (Habigzang et al., 2005). Segundo Habigzang et al.(2005) a rede de apoio social e afetiva da criança pode minimizar ou potencializar os danos do abuso sexual no momento em que a vítima consegue romper o segredo e revelar a violência. Essa rede de apoio é composta por:

(...) família, escola, comunidade, Conselho Tutelar, Delegacia, Conselho de Direitos da Criança, Ministério Público e Juizado da Infância e Adolescência, abrigos, serviços de saúde (postos de saúde e hospitais) e assistência social (Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Referência Especializado da Assistência Social) (HABIGZANG et al, 2005, p. 468).

Quando a família não realiza a denúncia nos órgãos competentes contribui para a

crença da criança de que ela possui culpa e é responsável pelos abusos sofridos. Muitas famílias por mais que acreditem nas revelações feitas pelas crianças/adolescentes não realizaram sua função protetiva. Habigzang et al. (2005), diz que essa postura é assumida devido a diversas situações, como por exemplo, o medo de outras formas de violência pelos agressores, falta de conhecimento das leis de proteção a criança e banalização da violência.

Conforme Narvaz (2009) destaca a presença de apoio social e emocional como um fator que auxilia o rompimento do silêncio imposto pelo segredo do abuso e da violência. Na mesma análise, a autora, explica que a ausência desse suporte emocional, comunitário e social atua como fator de risco e de manutenção do silêncio e da submissão ao abuso, o que provoca isolamento das famílias, colocando o agressor na posição de controle sobre a vítima (Furniss, 1993).

Narvaz (2009) chama atenção sobre a necessidade das vítimas do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil ter uma rede de apoio, uma rede que não silencie que realize escutas competentes para acolher denúncia e oportunizar a vítima proteção adequadas. Porém, muitos profissionais que atuam na rede de proteção integral à criança e adolescente estão despreparados para desempenhar a proteção necessária às vítimas de abuso sexual, desde falta de apoio institucional e o próprio despreparo técnico (Habigzang et al., 2005), muitos são influenciados pela crença de que as crianças mentem e fantasiam o abuso, tendendo a desacreditar e invalidar a revelação do abuso sexual, provocando assim, revitimização (Narvaz, 2009).

Nesse sentido, Narvaz (2009), explicam um dos motivos por não ocorrer muitas vezes à revelação, assim que ocorre o abuso sexual:

(...) mulheres e meninas denunciavam que suas tentativas de rompimento com as situações de abuso sexual geralmente eram mal acolhidas pelos órgãos de denúncia legal e pelo sistema de saúde aos quais recorriam. As crianças e as mulheres diziam-se desacreditadas ao realizarem seus relatos e, quando o faziam, não contavam com a proteção familiar, comunitária e institucional de que necessitavam. Permaneciam, assim, em situação de vulnerabilidade diante do medo de retaliação do agressor, uma vez denunciado. Por não acreditarem na real possibilidade de rompimento com a condição de assujeitamento e dominação impetrada pela violência, estas mulheres e meninas suportavam, às vezes por muitos anos, situações abusivas.

Assim, observa-se que profissionais que reproduzem o discurso da provocação e da sedução feminina, do silêncio, da convivência e da culpabilidade materna, responsabilizando as mães e as meninas pelo abuso sexual sofrido, fazem mães e filhas silenciarem, pois são vítimas de um sistema social opressor e hierárquico que não oferece suporte para superação de sua condição de subordinação. A ênfase em exercer a prática educativa faz com que muitas crianças e adolescentes se submetam aos avanços sexuais dos adultos, mantendo se em

silêncio, caso o adulto a proíba de revelar. Conforme Narvaz (2009), a ideologia da obediência aos pais e aceitação dos castigos corporais como ato de disciplinar contribuem para vitimização e à submissão ao abuso sexual. Além dessa ideologia da obediência aos pais e aceitação dos castigos corporais, a vergonha também leva vítimas de abuso sexual a silenciarem, como também, alta valorização da virgindade, o que provoca nas meninas abusadas uma ideia de estarem “danificadas e destruídas” (Narvaz, 2009).

Dessa maneira, muitas vítimas e familiares não revelam o abuso aos órgãos competentes, pois compreendem o segredo como alternativa de escapar desses estigmas, a negação por parte da mãe diante do abuso e a resistência em denunciar, é entendido por Narvaz (2009) como uma defesa a estes estigmas, ao invés de conivência, representa uma atitude protetiva da identidade da filha e da própria família. Dessa forma, entende-se que a denúncia aos órgãos públicas, devido ao despreparo dos profissionais é uma forma de revitimização institucional e social, pois a estigmatização e a culpabilização das mães e das vítimas aparecem muito fortemente no discurso dos profissionais da rede de proteção integral a criança e adolescente.

3.3 Políticas Públicas e a rede de proteção no enfrentamento ao abuso sexual infantojuvenil.

O direito das crianças e adolescentes no Brasil através do enfrentamento ao abuso sexual só foi reconhecido com a Constituição Federal de 1988, no qual garantia a proteção à família e constituindo que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Os direitos vêm a ser detalhados com o Estatuto da Criança e Adolescente que estabelece todo um Sistema de garantia e proteção integral à criança e adolescente. Nos anos 90, o enfrentamento à violência sexual assumiu relevância política, pois foi tratada como questão pública e enfrentada como problema social.

Ocorreram diversas modificações sobre os direitos reconhecidos das crianças e adolescentes, com o passar dos anos. Em 1924, houve discussões expressivas sobre os direitos das crianças e adolescentes, sendo anunciada a necessidade de proteção aos direitos e Liberdade. Nesse ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, havendo assim, o reconhecimento de proteção da criança, pelo fato da imaturidade física e mental (Lima, 2012). Já em 1927, através do Decreto nº 17.943, surge o Código dos Menores, garantindo leis de assistência e proteção de menores, que começaram a ser elaboradas desde a República. Segundo Banditer (1980), no Código dos Menores, as crianças eram vistas como delinquentes ou abandonadas, sendo consideradas

peças sem famílias, perigosos e uma ameaça a ordem pública. O Estado regulava a ordem e higiene, descartando muitas vezes a importância da família na vida das crianças (Banditer, 1980).

Com o Decreto nº 2.848, através do Código Penal Brasileiro, foi garantido pena específica para casos de violência contra a criança e adolescentes. Logo em seguida, a Declaração da Criança da ONU, em 1959, foi um importante marco histórico na conquista dos direitos infantojuvenil. Através dessa Declaração, instituiu oportunidades e facilidades para o desenvolvimento da criança de modo normal e sadio, garantindo Liberdade e dignidade (Lima, 2012). Através da Lei nº 6.697, em 1979, foi criado um novo Código de Menores, incluindo o conceito de menor em situação irregular, que agrupava meninos e meninas que possuíam uma infância em perigo ou de uma infância perigosa, as crianças eram vistas como fora do Sistema, espécie de infratores (Banditer, 1980).

No início dos anos 80, foi criado o Movimento de Defesa dos Direitos da Criança no Brasil, sendo resultado de altos índices de violência praticada contra as crianças e adolescentes, que antes da década de 80, eram chamados de menores, especialmente as crianças que viviam em situação de rua (Banditer, 1980). Em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, foi instituído para todos os cidadãos brasileiros a igualdade e justiça. No artigo nº227, da Constituição Cidadã afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, p.456, 2017).

Assim, pela primeira vez na trajetória histórica da conquista de direitos das crianças e adolescentes, a criança é tratada como prioridade absoluta. Nessa perspectiva, em 1989, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas, acontece o reconhecimento que a criança e o adolescente devem crescer no seio da família, em um local saudável e referencial para um bom desenvolvimento físico, psíquico e social (Araújo, 2006).

Entre os anos de 80 a 90, iniciaram articulações nacionais em várias cidades, através de articulações com entidades que desempenhavam atividades e movimentos voltados principalmente para meninos e meninas de rua (Lima, 2012). Em 1990, pela Lei nº 8.069, surge o ECA, regulamentando o artigo 227 da Constituição de 1988, estabelecendo direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Com a regulamentação do ECA, as crianças e adolescentes são considerados como sujeitos de direitos e protagonistas. Assim, criança, é

uma pessoa entre 0 e 12 anos de idade, e adolescente, entre 12 e 18 anos (Brasil, 2017) . Com o ECA, a criança e o adolescente é protegida sobre qualquer intervenção arbitrária do Estado em suas vidas.

Em 1993, houve uma maior visibilidade ao fenômeno da violência sexual infantojuvenil no Brasil, que foi chamado de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, de acordo com os fundamentos do ECA (Machado, 2006). Seguindo as conquistas dos direitos das crianças e adolescentes, ainda em 1993, através da Lei nº 8.742, foi instituído a Lei Orgânica de Assistente Social (LOAS), onde dispõe sobre a organização da Assistência Social em direitos do cidadão e dever do Estado, garantindo os direitos básicos. A LOAS tem como um dos seus objetivos:

I-a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente; a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes (...) (BRASIL, p.1, 2004).

Nesse sentido, através da LOAS, a assistência social se tornou uma política pública e um direito do cidadão. Com Brasil (2004), a família recebe proteção de seus direitos aos serviços públicos oferecendo, a mulher foi atendida no período da maternidade, tendo seus direitos assegurados.

A primeira tentativa internacional concentrada voltada para as consequências que as crianças e adolescentes, ocorreu no Congresso de Estocolmo em 1996. De acordo com o Cecria (1997), esse congresso foi um marco para inserção da exploração sexual nas agendas políticas nacionais e internacionais, porém, os jovens que haviam sido explorados sexualmente não foram escutados para que ocorresse uma discussão das ementas de forma mais efetiva. Em 1999, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovou a Convenção 182 sobre as formas de trabalho infantil, estando à exploração sexual infantil entre as piores formas desse trabalho. Assim, a OIT implementou programas importantes para o enfrentamento nos mais diversos locais do mundo (Lima, 2012). Um ano depois, no Brasil houve a elaboração no país do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, sendo homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O Plano teve objetivo de apontar a criação, fortalecimento e implementação de ações e metas que seriam articuladas para garantir a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual (Habigzang, 2006).

Em 2001, com a resolução nº75, o CONANDA disponibiliza a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Ainda em 2001, conforme Alberto et.al (2008), ocorreu à implementação do Programa Sentinela no âmbito da Política de Assistência Social,

com objetivo, de prestar assistência especializada através de um atendimento psicossocial de forma permanente às crianças e adolescentes que tinha sido vítimas da violência sexual. No mesmo ano, na cidade Yokohama, ocorreu o 2º Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças, segundo Alberto et al (2008), teve a finalidade de ampliar o compromisso político entre os países para implementação da Agenda para a Ação em pro da defesa de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual.

Já em 2002, houve o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual, constituído para monitorar os programas e políticas públicas que abrangem a temática da violência sexual (Alberto et al., 2008) com esse Comitê, foi possibilitado estratégias para efetivar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Lima, 2012). De acordo com o CPMI (2003), no ano de 2002, a Secretaria Especial de Direito Humanos, insitui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que mobilizou a rede de proteção para construção e integração de ações do governo, organizações, sociedade civil e universidade para assegurar os direitos em medidas de intervenções locais que enfrentassem a violência sexual (CPMI, 2003). Em 2003, foi criado a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), segundo o CPMI (2003), essa comissão teve objetivo de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), prevendo a criação e implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Segundo Brasil (2004), a PNAS possui objetivo de consolidar os princípios e diretrizes da assistência social, já o SUAS elabora um modelo de gestão descentralizado e participativo, considerando a universalização do sistema, sendo organizado através da proteção social básica e especial, pelos níveis de complexidade, se média ou alta (Brasil, 2004). Conforme Brasil (2008), a partir da PNAS, no ano de 2005 ocorre a composição de novos modelos de gestão do SUAS, sendo também criado a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Na Norma Operacional Básica do SUAS, apresenta-se os detalhes referentes ao sistema de atenção hierarquizada, ou seja, os níveis de proteção e complexidade.

A Proteção Social Básica tem como objetivo, conforme (BRASIL, p. 33, 2005):

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos– relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Além disso, a Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada (Brasil, 2005). A proteção social básica está sendo efetivada a partir dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, que classifica como:

(...) unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (BRASIL, p.35, 2005).

À Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial voltada às famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, p.37, 2005)”. Assim, no âmbito da Proteção Social Especial, existem dois níveis de atendimentos, que é classificado em média e alta complexidade.

A Proteção Social Especial de média complexidade, através do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) que oferece atenções especializadas de orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias, o CREAS está articulando com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Instituições (Brasil, 2005). Em nível de Alta Complexidade, o serviço da proteção social especial garante:

(...) proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: • Atendimento Integral Institucional. • Casa Lar. República. • Casa de Passagem. • Albergue. • Família Substituta. • Família Acolhedora. • Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada). • Trabalho protegido (BRASIL, p. 38, 2005).

Com as Políticas de proteção à infância e à adolescência sendo mais efetivas, observou que o Brasil por longos anos, desenvolveu uma conscientização social em torno da infância e adolescência. Segundo Lima (2012), a atual legislação do Brasil protege as crianças e adolescentes para garantir os direitos e implementar políticas públicas que efetivem os direitos dessa população. A rede de proteção de direitos das crianças e adolescentes que asseguram a manutenção dos direitos dessas crianças e adolescentes pode ser citada através da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA), Conselhos Tutelares (CT), assim como hospitais, entre outras que também compõe a rede socioassistencial que protege as crianças e adolescentes.

Sobre o atendimento em rede, Habigzang et al. (2005), apontam fatores das mais

várias ordens como social, institucional e legal que negligenciam, banalizam e confundem as aplicações de medidas de proteção à criança e adolescente, provocando a revitimização e acréscimo de danos causados pela violência. De acordo com Alberto et al. (2008), a rede socioassistencial, apresenta-se fragmentada, interrompida, falha e descontínua. Assim, o fenômeno que provoca a violação de direitos se torna menos visível, bem como, a oferta dos serviços que minimizam a condição traumática da criança ou adolescente.

Portanto, Lima (2012) afirma que as mães, bem como os agressores e as vítimas devem receber uma atenção e acolhimento adequado nos atendimentos à rede de proteção, pois conforme o Cecria (1997), as mães quando possuem consciência de um serviço específico para atender a sua demanda e que possui profissionais de Psicologia e Serviço Social, sentem-se mais a vontade para revelar sobre possíveis casos de abusos sexuais sofridos por suas filhas no meio familiar, pois admitem sentir um apoio na figura do profissional. O Cecria (2000) corrobora ao assinalar que necessita em caráter de urgência da elaboração de fluxo de atendimento dirigido a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, envolvendo toda a rede de proteção, como por exemplo: educação, saúde, social, política, jurídica, etc.

3.4 Família Contemporânea: mudanças e complexidades produzidas no contexto familiar.

A família é uma categoria importante para se discutir o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino, pois se sabe que as relações familiares perpassam por inúmeras mudanças no seu interior, essas mudanças estão articuladas e associadas às transformações da sociedade contemporânea. Segundo Petrini (2005), a família está fortemente presente no dinamismo das relações sociais, sofrendo influências do contexto político, econômico e cultural no qual está inserida. A família é uma categoria de construção sócio-histórica, que é analisada em diversas realidades devido aos múltiplos modelos familiares ocasionados pela reestruturação em torno de mudanças de padrões de comportamento, no qual Goldani (1993) destaca:

(...) desde o aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (GOLDANI, 1993, p.69).

Segundo Lima (2012), a família é reconhecida como espaço de socialização, através da linguagem do afeto, respeito mútuo e união. Sendo assim, é um lugar de reprodução ideológica e socialização. Em seu interior há transmissão de valores, hábitos, padrões de

comportamentos, enfim, um espaço em que não somente convivem os membros, mas também trocam informações. Essa realidade tem dificultado a compreensão da sociedade de que a família é uma instituição social que como qualquer outra é cruzada por relações interceptadas de poder e de dominação.

As alterações na estrutura familiar, juntamente com as práticas dos sujeitos sociais alteraram o modelo tradicional de família, esse modelo, “nasceu com a propriedade privada que também causa a derrota histórica mundial do sexo feminino. Dado o poder que essa propriedade confere aos homens que a possuem, dado o fato de que os homens querem transferir essa propriedade a seus filhos varões, o direito de mãe é derrotado” (NYE, 1995, p.56). Assim, Petrini (2005) afirma que a independência econômica dos cônjuges configura dentro dessa nova dinâmica familiar, uma responsabilidade familiar compartilhada e uma posição igualitária, o que facilita a ruptura do vínculo familiar, quando a convivência não é mais prazerosa.

Com a alteração da estrutura surgem novas configurações na dinâmica familiar, através das relações familiares que estão mais complexas e flexíveis. Conforme Petrini (2005), essas alterações no modelo familiar, atingem os aspectos institucionais da realidade familiar, assim como as identidades pessoais e as relações mais íntimas entre os membros da família. No seio dessas alterações, encontra-se presente o gênero, a violência e as relações de poder.

Diante dessa perspectiva de mudanças Castells (1999) discrimina alguns elementos que influenciaram de maneira significativa alterações no sistema patriarcal que por sua vez, modificaram a família patriarcal e, conseqüentemente, sua dinâmica familiar. Para o autor ocorreu a transformação da economia e do mercado de trabalho, associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação; transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas; fragmentação do patriarcalismo, tendo como pano de fundo o movimento feminista no contexto de transformações econômicas e tecnológicas; a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas

As particularidades expostas por Castell (1999) contribuíram para mudanças no cenário familiar. Dessa forma, rompendo com atitudes clássicas, provocando a desconstrução e produzindo práticas cotidianas mais flexíveis no contexto familiar. Castell (2010) explica que os impactos dos movimentos lésbicos e gays foram devastadores sobre o patriarcalismo,

apesar da dominação e exploração estarem sempre se renovando no decorrer da História.

Essa realidade contribui para a construção de diversos e novos modelos familiares, tanto heterossexuais como homoafetivos rompendo, de certa forma, com a estrutura patriarcal familiar. Surgem então discursos em torno da chamada “crise” da família, estritamente relacionados com certos modelos estereotipados de famílias (GOLDANI, 1993). Castells (1999) define essa “crise” como enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça do casal, sobre toda a família. Todavia Castells (1999) enfatiza que por mais que esteja ocorrendo essas transformações no ambiente familiar, na sociedade contemporânea, é importante atentar para a reprodução mental das estruturas de dominação nos novos modelos familiares.

Assim, Castells (2010) fala do primeiro indicativo de insatisfação com o modelo familiar tradicional, quando ocorre dissolução de lares, através dos divórcios ou separação dos casais, por alguma atitude que insatisfaz o outro, rompe-se a ideia de comprometimento duradouro. Porém, o autor chama atenção para um patriarcalismo sucessivo, ou seja, ocorre a reprodução do mesmo modelo com companheiros diferentes (CASTELL, 2010). Assim, as estruturas da dominação que acabam sendo mecanismo de confiança, tornam-se enfraquecidas com essas experiências de dissolução de lares e patriarcalismos sucessivos (CASTELL, 2010).

Essas novas dinâmicas familiares compreendem a família de uma forma plural, associando as diversas variantes da sociedade capitalista global, nas diferentes esferas da vida social, sejam nas relações de gênero, classes sociais e gerações, as estruturas familiares, como quaisquer outras estruturas, mudam e desaparecem”. (NYE, 1995, p. 61). As mulheres na sociedade contemporânea compartilham o trabalho externo juntamente com a família, os filhos e o casamento. Dessa forma, as mudanças ocorridas na modernidade, refletiram novos modos familiares, como Giddens (2007), reafirma:

Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros. É uma revolução que avança de maneira desigual em diferentes regiões e culturas, encontrando muitas resistências (GIDDENS, 2007, p.61).

Para Singly (2007), a família contemporânea apresenta um caráter relacional, as relações entre público e privado estão presentes no contexto familiar, vive-se um momento que a família vivencia sua particularidade, porém ela sofre fortes influências do Estado interferindo na garantia de direito dos sujeitos que a constituí. Com as mudanças familiares que fogem ao padrão patriarcal de família, as novas famílias convivem com a prática do

preconceito, pois o “primeiro modelo de referência seria a família patriarcal, historicamente estimulado pela sociedade brasileira, reforçada pela Igreja Católica e pelo Estado, até recentemente, a ideia é de que haveria um modelo de família brasileira” (GOLDANI, 1993, p.70).

Os sujeitos sociais vivenciam mudanças no âmbito familiar na sociedade contemporânea, entretanto, mulheres/ crianças/ adolescentes enfrentam o desafio de lutar e resistir à violência de gênero, em especial a violência sexual intrafamiliar de meninas, que não restringe apenas a realidade das vítimas, porém alteram todo o contexto família. Percebe-se que nesse cenário de violência vivenciado por essas meninas vítimas, recebe influência marcante das relações de poder e dos aspectos simbólicos que contribuem de forma direta na dominação masculina sobre o gênero feminino, adentrando também no universo do patriarcalismo que ainda permanece forte na sociedade contemporânea.

Para analisar as famílias pesquisadas nesse estudo, foi necessário compreender a categoria família através de um complexo histórico e social, incluindo as questões de gênero, pois é uma categoria fundamental de constituição das relações interpessoais, que perpassam as relações familiares e institucionais mais amplas. Percebe-se que as famílias estudadas nessa pesquisa vivenciaram situações de violência de gênero intrafamiliar que se corporificam na submissão de meninas ao abuso sexual impetrado pela figura masculina, o que reflete forte permanência do patriarcalismo ainda nas sociedades contemporâneas. As famílias inseridas nesse contexto apresentam mães que são vítimas de seus companheiros, não apenas por eles serem os abusadores de suas filhas, mas por se submeterem a situações de violência física, sexual e psicológica na relação conjugal (Narvaz e Koller, 2004).

Para as autoras, os homens agressores e incestuosos compõem o cenário familiar típico de sistemas abusivos, mantendo de forma rígida as crenças a cerca da distribuição de papéis na família, que correspondem ao sistema sexista patriarcal vigente em nossa sociedade. Narvaz e Koller (2004), afirmam que o patriarcado está sistematicamente revelado na principal filosofia da violência de gênero. A política sexual implica no fato de que os homens estabelecem as regras de poder e controle social, como se pode perceber:

No patriarcado, o projeto de dominação implantado identifica a mulher com a natureza. Uma e outra, no seu entender, deveria ser submetida pelo homem/macho. Não se trata do domínio do pai, mas, de modo geral, do domínio dos homens. Esta organização patriarcal estrutura a família pequeno-burguesa contemporânea e sua naturalização é herdada na constituição de famílias abusivas. (NARVAZ E KOLLER, 2004, p.152).

De acordo com Koller (1999) a teoria familiar desse estudo, baseia-se em conceitos normativos da família tradicional, que ignora o equilíbrio nas relações de gênero e garante o

sentido da visão de posse do macho sobre o restante do grupo familiar, aprisionando homens e mulheres em seus corpos e em papéis estereotipados de gênero. Sabe-se que a família é o primeiro grupo social do indivíduo, pois no âmbito da família que aprende os papéis sociais, é dela que o indivíduo transita para outros grupos ao qual faz parte, através da cultura social na qual a família se insere. Segundo Lima (2012) a família é um lócus privilegiado de reprodução ideológica, no qual o indivíduo aprende os papéis sociais e no qual se inscrevem as primeiras noções de gênero.

Assim, na família tradicional os processos de submissão e aceitação dos valores e de controle dos pais são naturalmente apresentados como necessários, ensinando a submissão desde o início da vida, essa forma de relação (leia-se dominação) se transfere para outras esferas da vida (Narvaz e Koller, 2004). Diante dessa perspectiva, as famílias tradicionais, passam a produzir filhos obedientes, futuros cidadãos sem voz, submissos a toda e a qualquer autoridade.

Narvaz e Koller (2004) explicam que a família patriarcal atua também no sentido de intensificar a diferenciação dos papéis sexuais, ao tratar diferentemente meninos e meninas, reforçando as hierarquias da diferença de sexo. Percebe-se que nessas famílias as mulheres são definidas basicamente como esposas e mães, as normas de gênero estimulam tanto a dependência feminina quanto a obrigatoriedade de cuidado permanente com o outro (Koller, 1999). Sendo assim, “o requisito básico a estes papéis impele a mulher a submeter-se e tomar conta dos demais, discurso que é assimilado na sua socialização dentro da família, forçando uma subjetividade não independente e/ou autônomo” (NARVAZ e Koller, p. 159, 2004).

O casamento e a maternidade são vistos ainda como as principais fontes de realização feminina, tendo à mulher a responsabilidade em mediar às relações afetivas na família. Para muitas mulheres o casamento é considerado eterno, diante disso Giddens (2007, p.69) esclarece:

Na família tradicional, o casamento se assemelhava um pouco a um estado de natureza. Tanto para homens quanto para mulheres, era definindo como um estágio da vida que se esperava que a ampla maioria atravessasse. Os que permaneciam de fora eram encarrados como certo desprezo ou condescendência – em particular a solteirona, mas também o solteirão se o fosse por tempo demais.

O casamento demonstra ainda ser um sonho alcançado por muitas mulheres que estão submetidas à cultura patriarcal. Segundo Guiddens (2007), a mulher solteira não tem uma situação social aceitável e definida; assim o ideal é se tornar esposa de um homem, pois é principal meio pela qual a maioria das mulheres obtém uma identidade social reconhecida. A maternidade é algo socialmente exigido para a mulher que contrai o matrimônio, nesse

sentido Narvaz e Koller (2004, p.159) explicam:

Em nossa cultura, as mulheres, desde meninas, são educadas para responderem às necessidades dos homens da família (pais e irmãos) e não às suas próprias ou às de suas filhas. O papel vinculado para uma família ideal engendra uma concepção de mulher, também ideal, enquanto cuidadora e abnegada, altruísta, dedicada, sendo o homem e, depois, os filhos, preferencialmente os filhos homens, o principal objeto deste cuidado. Outra crença de gênero que parece legitimar esse abuso baseia-se na transmissão cultural de que os homens são seres fortemente sexuais e que não podem ser controlados. Mesmo que não explicitamente, a formulação parece ser a de que os “homens devem ser servidos” não contrariados, atendidos em todas as suas necessidades, mesmo as sexuais, às quais as mulheres e os filhos e filhas devem se submeter.

As mulheres que estão inseridas nas famílias patriarcais acabam internalizando os mitos e estereótipos da cultura patriarcal sexista vigente, tornando-se adeptas as atitudes típicas relativas ao seu papel na família e no casamento, mesmo sendo situações que violem sua individualidade, provoquem desigualdades e anulação dos seus desejos e sua cidadania, tudo para manter a família unida.

Narvaz e Koller (2004) expõe que as famílias abusivas não é um ambiente de proteção e desenvolvimento para as crianças, pois ocorre a exposição das crianças a situações, nas quais são vítimas ou testemunham atos de violência, ou mesma são expostas á aprendizagem do consentimento de atos violentos, naturaliza os papéis designados às mulheres e faz com que torne invisível a produção e a reprodução da subordinação feminina. Assim, Koller (1999) explica que as famílias violentadas, são adeptas aos modelos dominantes de gênero na forma de estereótipos e de estruturas hierárquicas desiguais e opressoras.

3.5 A mãe no cenário do abuso sexual intrafamiliar

*Nuvens sobre a floresta... Sombra com
sombra a mais... Minha tristeza é esta das
coisas reais*

(Fernando Pessoa)

Para compreender o objetivo deste trabalho que é analisar os significados produzidos pelas mulheres/mães/responsáveis de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar é necessário discutir sobre os lugares das mulheres/mães na cena do abuso sexual intrafamiliar vivenciado por suas filhas. Diante da literatura analisada, levantam-se análises sobre as características de mães de crianças abusadas, a forma como essas mulheres/mães reagem subjetivamente frente à revelação do abuso sexual intrafamiliar, a nova configuração da relação mãe-filha diante da revelação do abuso, a transmissão geracional do abuso sexual, e a

proteção e a negação materna diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar da filha.

Conforme Cantelmo (2010), as mulheres/mães no contexto do abuso sexual intrafamiliar feminino é considerada importante, devido o espaço que elas ocupam na prevenção, manutenção, quebra do ciclo de violência e nas consequências do abuso sexual tanto na dinâmica familiar como na vida da vítima. Dessa mesma forma, Botelho (2014) compreende que a mulher/mãe assume relevante papel na dinâmica familiar, além de exercer forte influência no bem-estar dos filhos. Para essa autora, embora a mãe não seja a autora do abuso sexual intrafamiliar, esta se encontra presente de maneira relevante na cena tanto quanto a filha abusada e o perpetrador do abuso sexual, pois a mãe é uma das principais pessoas a quem a menina abusada recorre para relatar a violência que sofre.

Quanto à denúncia, Habigzang (2006), identificou que o abuso sexual foi denunciado pela mãe da vítima em 37,6% dos casos, pela própria vítima em 29% dos casos, por outros parentes, em 15,1% e, por instituições da rede de apoio assistencial em 6,5% dos casos. Assim, cerca de 61,7% dos casos, alguém já sabia da situação do abuso sexual e não denunciou. Destes casos citados anteriormente; 55,2% eram as mães; 54,3% eram irmãos; 22,4% eram parentes; 5,2% eram pais; 1,7% eram escolas e 10,3% eram outros.

A figura materna é importante na prestação de informações a cerca do abuso como também para oferecer o apoio e transmitir ajuda a filha abusada para lidar com as repercussões do abuso (Santos,2007). Sabe-se que as consequências vivenciadas pelas vítimas do abuso sexual intrafamiliar possuem estreitas relações com os posicionamentos e as estratégias maternas adotadas diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar do qual a filha foi vítima (Lima e Alberto, 2012).

É importante levantar algumas reflexões a cerca da ideia de que mulheres/mães não são consideradas autoras do abuso sexual, assim como o ideal materno. Botelho (2014) entende que a concepção de muitos autores a respeito das mães não serem consideradas autoras do abuso deve ser problematizada, pois, diante dessa visão ser tantas vezes reproduzida, parece ter se transformado numa verdade inquestionável e essa funciona como reprodução de estereótipos e preconceitos de gênero, como se os homens fossem violentos e as mulheres sempre alvo da violência. Deve-se chamar atenção que os homens não só praticam a violência, eles também sofrem violências e as mulheres, não só sofrem violência, elas também violentam (Botelho, 2014).

Sobre o ideal materno, Botelho (2014) traz a relação que é feita entre a ênfase dada aos efeitos da participação da mãe no cenário do abuso e o estreitamento do ideal materno focado na concepção de proteção, cuidado e dedicação e na ausência de limitações. Entretanto,

precisa-se alertar para problematizar e questionar “os processos e as condições sociais e históricas através dos quais ele foi produzido” (BOTELHO, 2014, p. 40), pois se sabe que a maternidade é designada à mulher como algo dado e invariável. Essa maternidade protetiva é chamada por Motta (2008) de mito da “boa mãe”, a ideia de mãe devotada unicamente para os filhos, transmitida de geração a geração e continua agindo em torno do sistema familiar, pois é eficaz para os costumes familiares e a distribuição de papéis.

Chama-se atenção na história, sobre a evolução dos costumes familiares, econômicos e sociais. A mulher assume uma posição particularmente complexa na medida em que ela ganha direitos em esferas antes proibidas. Porém, Motta (2008) avança na ideia de que mesmo a mulher alcançando novos direitos, ela não adquiriu o direito de ser “boa mãe” de maneira oposta ao que se conceituava como “boa mãe” no século passado. A maternidade é um “fato social total que só se desvela se compreendida historicamente nas suas vertentes biológicas, psicológicas, culturais e socioeconômicas e não de um modo essencialista, seja qual for a “essência” eleita ou a sua justificação” (MOTTA, 2008, p. 66). O que se percebe nos dias atuais, ainda é uma ideologia da maternidade, conferindo a todas as mulheres a capacidade “natural” de amar e proteger seus filhos, sem restrições.

Nessa perspectiva, a relação materna- filial está determinada por:

(...) diversas influências psicológicas do desenvolvimento da própria infância, educação e ambiente cultural da mãe. A posição da criança tanto no mundo concreto como no mundo interno da mãe é um fator relacionado com muitos outros, é parte de uma imensa série de acontecimentos que se influenciam reciprocamente, incluindo o fato de ser objeto de reações neuróticas da mãe (MOTTA, 2008, p.69).

Motta (2008), afirma que é preciso distinguir entre o desejo de ter um filho e a decisão de cuidar dele. Pois, os desejos, segundo autora, são instâncias psíquicas e que podem não consumá-la. Pode-se desejar uma coisa e decidir por outra. Ainda conforme Motta (2008), a decisão de ter a criança consigo, não se constitui necessariamente a partir de uma determinação instintiva, mas remete a uma alternativa atravessada por variáveis psíquicas e sociais. Desconstruir essa concepção de instinto materno proporcionará, segundo Goldferd (2000), o enfraquecimento da versão de que na impossibilidade da mulher/mãe impedir que o agressor use o corpo da filha, ela possa ser considerada “cúmplice” do autor da violência.

Retomando sobre a importância da mulher/mãe no cenário de abuso sexual, Cantelmo (2010), relaciona essa relevância ao fato de muitas mães já terem sido violentadas na infância o que muitas vezes, contribui para a propagação ou ruptura do ciclo de transmissão multigeracional da violência.

Num estudo com 102 mulheres atendidas em uma clínica de atendimento a situações

de violência, que tinham filhos abusados sexualmente, Hiebert –Murphy (1998) identificou 74% destas mães revelaram ter sofrido pelo menos uma experiência de abuso sexual na infância e adolescência. Essa mesma informação foi confirmada por Oates et al. (1998), no qual 34% das mães de crianças abusadas sexualmente relataram histórias de abuso sexual na infância e 12% das mães de crianças que não haviam sofrido abuso sexual relataram abuso sexual na própria geração. A multigeracionalidade da violência, segundo Santos (2007), está ligada a possibilidade do adulto reproduzir com crianças da família experiências violentas vividas em sua família.

Assim, Cohen (1995), percebeu que muitas mães cresceram sentindo responsáveis pelo abuso sofrido por elas no passado, pois foi despertado nas mães sentimento de vergonha e medo em compartilhar essas experiências. Esse medo e vergonha foram gerados devido à submissão da criança em sua família de origem. Por isso, algumas mães apresentam dificuldades para se comunicar de forma aberta ou de expressar de forma espontânea em relação a suas filhas (Cohen, 1995).

Narvaz (2005) ao se referir á manutenção do ciclo da violência na família, explica que essa manutenção é resultado de todo um processo de socialização e subjetivação, no qual a experiência de conviver com a violência é natural e esperado nas relações. Sendo assim, Santos (2007), diz que a criança passa de testemunha a vítima, quando mulher. Pois, envolve-se em relacionamentos abusivos na vida adulta, reproduzindo o ciclo abusivo. Somado a essa realidade, Araújo (2002), destaca o desejo de manter a unidade familiar e conjugal, como um imperativo para o não rompimento deste ciclo de violência.

A violência vivenciada no ambiente familiar gera sentimentos de medo, desamparo e culpa. Contribuindo para que o abuso sexual seja silenciado pela vítima e pela rede de apoio social que às vezes sabe da violência, porém não denunciam. Um dos fatores que contribuem para o silêncio são os fatores constitutivos sobre a família, o mito da “família sagrada”, naturalmente boa, como destaca Araújo (2002, p. 8), no trecho abaixo:

A reprodução de uma cultura familiar onde à violência e o abuso sexual acontece e se mantêm protegidos pela lei do silêncio. Esse segredo familiar pode percorrer várias gerações sem ser denunciado. Há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar. Nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social. É por isso que é tão difícil a denúncia e a sua confirmação. A criança ou adolescente vitimada reluta em denunciar o agressor (pai, padrasto ou irmão), pois corre o risco de ser desacreditada, insultada, punida ou até afastada de casa sob a acusação de destruir a harmonia e a unidade familiar (ARAÚJO, 2002, p.8).

Segundo Narvaz (2005), o segredo do abuso sexual sofrido na infância por uma mãe,

pode tornar-se visível apenas após a revelação do abuso sofrido por sua filha. E esse silêncio, tornou as mães em mulheres mais vulneráveis para estabelecer relações conjugais abusivas, não conseguindo proteger suas filhas. Porém, Araújo (2002), destaca que a multigeracionalidade não é um padrão de relacionamento determinista, ou seja, o fato de uma criança ter tido uma vivência abusiva na infância, não significa que quando adulta ocorrerá uma repetição de tal comportamento por seus filhos, pois a multigeracionalidade ao invés de ser considerada como um legado, esta deve ser considerada como uma produção histórica e aprendida no contexto cotidiano das relações sociais. Contudo, Santos (2007), alerta sobre a existência de uma maior possibilidade desse comportamento vivenciado na infância ser repetido nas próximas gerações da família.

Santos e Della'aglio (2009), nos seus estudos apresentaram que a repetição do abuso sexual provoca sentimento de culpa nas mulheres/mães e retomam lembranças das violências sofridas por elas. Diante da vivência das filhas, podem reagir com mecanismo dissociativos e evitativos como estratégia para lidar com os sentimentos dolorosos que emergem ou podem tomar para si o propósito de agir diferente de suas mães e romperem o ciclo de transmissão da violência (Lima, 2012). Às vezes, a mulher não conseguindo romper com a estrutura familiar que alimenta a ideia do mito da “família sagrada” naturalmente boa, esta busca emprestar-lhe outra estrutura, oposta a herdada pela sua família de origem (Botelho, 2014), apresentam assim, novas mudanças, são elas:

(...) a busca de ajuda materna fora do universo familiar, o que legitima a fala da filha e traz à baila a violência cometida pelo pai, embora este a negue; atentativa da mulher/mãe, diferentemente de sua mãe, de proteger a filha e temporariamente separar-se do companheiro, para evitar a repetição da violência; e a possibilidade da mulher/mãe conectar-se com sua própria história de abuso sexual e compartilhá-la de forma clara e aberta, sem correr o risco de ser culpabilizada ou punida (PAULINO, 2005, p.32).

Ramos (2005) considera o gênero como categoria de análise na produção do abuso sexual intrafamiliar feminino, pois a forma como as mulheres/mães se situam diante do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas, reforça a subordinação feminina engendrada pela lógica patriarcal, além de problematizar discursos que associam a culpabilidade e a conivência materna, e reforçar a prescrição patriarcal homogeneizante da vitimização e da submissão feminina (NARVAZ, 2005).

No que diz respeito às implicações para as mães após o abuso sexual de suas filhas, Lima e Alberto (2012), considera mudanças geradas na forma de se colocar diante da vida. As mães experimentam de sentimentos diversos, entre eles, está a negação da violência, pois ocorre a quebra da confiança e o sentimento afetivo dirigido ao agressor e a relação

desgastada com a filha. A mãe fica, muitas vezes, dividida entre acreditar no agressor ou na filha, essa realidade se torna mais grave, quando o agressor é o companheiro da mãe. As autoras Lima e Alberto (2012), afirmam que as consequências do abuso sexual intrafamiliar para as mulheres/mães se configuram ainda, através do medo e da vulnerabilidade expressas através da dificuldade em confiar em outras pessoas, especialmente em alguém do gênero masculino.

A repercussão do abuso sexual intrafamiliar na relação mãe-filha gera em alguns casos, rompimento brusco da confiança no companheiro, dessa forma Botelho (2014, p. 42) confirma:

(...) essa atitude da mulher/mãe, gera nelas, um desmoronamento de um ideal de paternidade, no qual não há lugar para práticas sexuais violentas e cuja função central é a proteção dos (as) filhos (as). As mulheres/mães apresentam medo de confiar novamente em um parceiro, tendo em vista o temor de que ele possa vir violentar sua filha. Além disso, a violência produziu dificuldades para as mães relacionarem-se com suas filhas, especialmente no que diz respeito ao contato físico, que é associado com o tipo de relação que ao autor da violência mantinha com a menina abusada.

Quando o companheiro é autor da violência e a mãe se separa, além do sofrimento gerado em virtude da ruptura do laço conjugal e do esfacelamento familiar, a mulher/mãe se depara com dificuldades de ordem econômica, pois passa na maioria das vezes a ser única provedora da família (Matias, 2006). Mattos (2011) destaca, ainda, outra consequência, devido o medo represália do agressor quando ocorre denúncia ou não, a mulher/mãe junto com seus filhos (as) é obrigada a mudar de residência ou mesmo da cidade, adotando a mudança como estratégia de proteção à mulher/mãe e à sua prole (COSTA, 2011).

Santos e Dell'aglio (2009) citam alguns fatores que estão envolvidos nos modos como mulheres/mães reagem diante do abuso sexual intrafamiliar, podendo destacar: o histórico de abuso e reações de suas mães, as características de personalidade, a percepção do papel materno, o estilo de apego, a qualidade do relacionamento conjugal e com a família de origem.

As mulheres/mães responsáveis de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar, ao terem conhecimento da situação do abuso sofrido pelas suas filhas, apresentam uma variedade de manifestações. Importante, destacar a reação frente à revelação, pois pode ser de apoio e proteção ou, mesmo de indiferença e ambivalência. Santos (2007) classifica as reações maternas em positivas e ambivalentes. Para classificar as reações maternas nessas duas categorias é necessário observarem duas dimensões que são constitutivas de cada uma delas: credibilidade e ação. Segundo Santos (2007) a credibilidade diz respeito ao fato de as mulheres/mães acreditarem ou não no relato de suas filhas; e a ação está relacionada à

capacidade de iniciativa para fazer a denúncia do autor da violência.

De acordo com Santos e Dell'aglio (2009), as características das mães que possuem reações ambivalentes, ou seja, expressam sentimento de raiva, amor e carinho em relação ao agressor da filha e ao mesmo tempo, dúvida em relação aos relatos de suas filhas e geralmente expressam menos respostas positivas do que as mães que acreditam no relato de suas filhas. Santos (2007) mostra que as mulheres/mães que acreditam no relato de suas filhas buscam mais rapidamente a realizar a denúncia ou buscar ajuda. Daí, Santos (2007) e Santos e Dell'aglio (2009) chamam atenção para coerência entre credibilidade e ação, pois não se faz presente em todos os casos, pois o que observa que o fato da mãe acreditar que houve o abuso sexual não significa que ela imediatamente realize a denúncia e que mesmo realizando a denúncia, ela afasta a filha do agressor. Segundo Santos (2007) e Santos e Dell'aglio (2009), a falta de credibilidade da mulher/mãe no relato de abuso sexual sofrido pela filha não implica que se recuse a realizar a denúncia ou pedir ajuda.

A negação da violência sexual por parte da família foi um fato frequente na pesquisa realizada por Habigzang et al.(2005), como mostra abaixo:

(...) agressor negou a violência sexual em 57,4%, a mãe em 20,2%, a vítima em 4,3%, o pai em 3,2% e outros em 10,6%. Em 29,8% não havia esta informação. A mãe foi a principal protetora (59,4% das famílias), seguida de outros (25,5%) e de tios (12,8%). É interessante salientar que, em 26,6% dos casos, não houve quem protegesse a vítima. A principal forma de proteção adotada foi a denúncia (78,3%). O afastamento da vítima do agressor ocorreu em 20,3% dos casos. Tentativas de impedir a ocorrência sexual (15,9%) e outras pessoas assumirem a guarda da vítima (10,1%) foram outras formas de proteção. As ações tomadas pela família durante o conflito foram investigadas. Em 73,3% delas, houve tentativas de proteção, enquanto que 41,1% negaram totalmente a violência sexual. 10% das famílias não conseguiram proteger as vítimas (respostas múltiplas). Entre as estratégias de organização da família no conflito, destacaram-se abrigo ou colocação da vítima em famílias substitutas ou com familiares (50%), mãe abandona o companheiro ou agressor (34,5%), agressor é preso ou afastado do lar (31%), mãe separa-se do agressor (19%), vítima mantém contato com agressor (16,7%), agressor ameaça a família (15,5%), familiares e/ou vítima passam a defender o agressor (15,5%), fuga das vítimas (14,3%) e situação inicial de violência sexual permanece (9,5%) (HABIGZANG ET. AL., 2005, p.346).

As respostas positivas e de apoio à vítima das mães são caracterizadas por empatia e crédito ao relato da vítima, como também sentimentos de raiva em relação ao perpetrador, pena e tristeza da vítima, sensibilidade para escutar, calma e aceitação; atitudes de credibilidade no relato da vítima; por atitudes ativas durante o relato, como encorajar a vítima a falar, oferece ajuda e apoio; e por ações como confrontar o abusador, fazer parar o abuso ou afastar o abusador (SANTOS, 2007).

Enquanto que Santos e Dell'aglio (2009) afirma que as mães com respostas positivas, sentem-se culpabilizadas pelo ocorrido com suas filhas, por ter confiado excessivamente no

companheiro ou por não ter conseguido proteger a filha do agressor. Segundo o autor, essa culpa aparece mais intensa em mulheres/mães que já sofreram abuso sexual, pois estas se cobram por não terem evitado a violência ou imaginado que as histórias vivenciadas por elas poderiam acontecer com suas filhas (Santos e Dell'aglio, 2009). O sentimento de culpa é sofrido até mesmo pelas mães que denunciam, essa culpa está fortemente relacionada com sentimento de não corresponder com o mito da “boa mãe”, onde a mulher/mãe abdica de si e dedicasse no cuidado irrestrito aos filhos (as).

As mulheres/mães que negam o abuso sofrido pelas filhas, segundo Ramos (2010) provoca na sociedade um sentimento de revolta, até mesmo nos (as) profissionais que acompanham as situações de abuso sexual, pois a expectativa de que o sofrimento da filha seja acompanhado pelo sofrimento materno. Para Araújo (2002), a negação materna, está relacionada a uma “cumplicidade silenciosa”, muito presente em famílias que possuem conflitos sexuais entre casais, onde é a filha assume a função sexual na relação da mãe com seu companheiro, amenizando as dificuldades conjugais.

As autoras Ramos (2010) e Araújo (2002), concordam que a mãe também é uma vítima da violência familiar sendo, muitas vezes, vitimizadas tão quanto à filha que sofreu a violência. Porém, Araújo (2007) equilibra afirmando que mesmo a mãe sendo vítima da violência família, esta pode se mostrar negligente diante do abuso sexual do agressor contra as sua filha. A negação do abuso sexual pelas mulheres/mães, segundo Ribeiro (2005) é uma estratégia amenizar os impactos da violência, ou como, uma maneira da mulher/mãe sustentar-se diante de ameaças de rompimento do sistema familiar e conjugal.

Diante disso, Botelho (2014), afirma que se pode deparar com mulheres/mães que se apoiam em defesas para negar as suspeitas que recaem sobre os agressores e encobrem a violência. Como por exemplo: “não presenciaram nenhuma cena indicativa do abuso, ou defendendo que seus companheiros não seriam capazes de cometer tal violência, ou até que não havia evidências físicas que comprovassem tal acontecimento (BOTELHO, 2014, p. 46)”. Entretanto, Ramos (2010) destaca que esse posicionamento não é encontrado em todos os casos, pois mesmo não acreditando no relato das filhas, algumas mulheres/mães mesmo duvidando da inocência de seus companheiros podem realizar a denúncia.

Conforme Ramos (2010) existe alguns outros motivos para mulher/mãe negar o abuso sexual intrafamiliar sofrido pela filha, são eles: o anestesiamento subjetivo, alterando a percepção sobre si e a aceitar a violência como uma situação inalterada. Além de não se perceber como conivente, ausentando-se na busca de estratégias de proteção para si e para as filhas abusadas. Outro motivo é o relacionamento distante com as filhas, o que deixa a

criança/adolescente em situação de vulnerabilidade a situações de risco. A ausência da afetividade entra mãe e filha, faz com que a mulher/mãe não acredite na revelação do abuso sexual que não traz consigo marcas físicas.

Diante da realidade da negação do abuso sexual pela mãe, Araújo (2002) afirma que é o de pior que pode acontecer com a vítima que revela o abuso sexual intrafamiliar. Com a negação do caso pela mãe, Prado e Pereira (2008), explica que a menina continua exposta a situação de vulnerabilidade que já revelou, além de ser vítima de uma nova violência, abuso moral, aumentando a confusão nas emoções, percepções sobre si mesmas e à violência sofrida por ela. Isso acontece devido, a dificuldade da menina vítima lidar com uma experiência traumática e sem amparo da família (BOTELHO, 2014).

Na ausência da criação de estratégias de proteção maternal, a menina vítima pode conforme Ramos (2010) se sentir mais uma vez punida e com maior dificuldade em realizar revelações sobre o abuso sofrido por ela, devido à dificuldade de darem credibilidade a sua fala ou até mesmo, culpabilizá-la pelo ocorrido. Assim, Ramos (2010) conclui afirmando que a mulher/mãe que demente a filha faz com que o sentimento do acontecimento seja congelado, paralisando a potencialidade identificadora da criança, levando a uma possível a patologia, que impossibilitará a menina de se expressar, a não ser por sintomas corporais.

A posição que as mães ocupam na cena do abuso sexual intrafamiliar está relacionada através de uma associação entre ditames patriarcais e capitalistas nas práticas violentas que ocorrem no âmbito familiar, especialmente no abuso sexual (NARVAZ, 2005). Essa associação reforça a ideia patriarcal da vitimização e da submissão feminina, articulando com discursos sobre a culpabilidade e cumplicidade materna diante da violência sofrida pela filha (NARVAZ, 2005). Assim Narvaz (2005), conclui que quando as mulheres/mães/ responsáveis demonstram uma posição de resistência, demonstram reações de apoio e crédito para com sua filha, e transgride os ditames da ordem patriarcal de obediência e submissão feminina aos homens por meio de diversas estratégias de enfrentamento às violências sofridas por elas e suas filhas. Então, para Narvaz (2005), existem dois fatores que contribuem para a posição de resistência das mães é a revolta contra a opressão do poder patriarcal e o acesso a uma rede afetiva e social competente e disponível para o atendimento às mulheres/mães e suas filhas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para este capítulo, apresentam-se os caminhos metodológicos que orientaram e deram

suporte ao processo de realização da pesquisa durante a investigação do objeto de pesquisa que foi analisado na sua totalidade. A pesquisa será descrita a partir da revelação da descoberta do objeto de estudo, o método, instrumentos de pesquisa e análises dos dados, ou seja, o capítulo versará das portas de entrada ao campo de pesquisa até a escolha do universo de análise e as implicações do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil de meninas através dos sentidos e significados das mães.

4.1 Revelando o objeto de estudo e os seus pressupostos analíticos

O estudo tem como objetivo, analisar os significados produzidos pelas mulheres/mães ou responsáveis de meninas vítimas no contexto do abuso sexual intrafamiliar. Diante dessa perspectiva, foram abordados aspectos sobre a evidência da dinâmica familiar de meninas vítimas, antes da revelação do abuso sexual; estabelecido possíveis relações entre as histórias de vida das mães com o discurso sobre o abuso sexual; fez necessário compreender as explicações das mães ou responsáveis de meninas vítimas para a ocorrência do abuso sexual; além de analisar a partir dessas, as implicações sociais da experiência do abuso sexual na estrutura familiar.

4.2 O método, instrumentos de pesquisa e análise dos dados.

Essa pesquisa não busca apenas respostas e resultados para o problema de pesquisa proposto, versa também compreender os procedimentos rigorosos utilizados no decorrer da realização do estudo. A pesquisa objetiva um método compatível com o objeto de estudo e assim recair em resultados.

Através do cenário geral do processo de investigação e o fio condutor das categorias analíticas, foi utilizado uma pesquisa qualitativa, isto, que conforme Appolinário (2006) se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalham com o universo de significados, motivos, crenças e valores, relações de poder, decisões, estratégias o que corresponde a um espaço mais profundo das relações sociais. Dessa forma, Goldemberg (2004, p.53) reintegra argumentando que:

[...] os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.

É importante ressaltar, que apesar da pesquisa ter um caráter central com abordagem

qualitativa, pretende-se utilizar uma quantificação, através das porcentagens simples, das informações consideradas objetivas, como aquelas que relacionam basicamente o perfil das entrevistadas e da estrutura dos arranjos familiares, como: origem, estado conjugal, idade, etnia, religião, nível de escolaridade, número de filhos, número de pessoas no domicílio, renda familiar, violência intrafamiliar das filhas, sobre o agressor. Essa atuação traz como objetivo, caracterizar de forma geral a população estudada, condensando esses dados para que sejam para que os dados sejam melhores perceptíveis aos leitores.

Destaca-se a relação entre método e status da pesquisa social em relação à objetividade ou neutralidade científica (Demo, 1995), quando se refere ao grau de envolvimento do pesquisador em campo. Conforme Beck (1999), que é adepto das ideias de Weber, há uma impossibilidade de neutralidade nas ciências sociais, levando em consideração a especificidade da pesquisa, pois o sistema de valores é imanente ao pesquisador e ao pesquisado e a escolha pelo determinado objeto de estudo já é, em si um valor que se lhe atribui.

Entretanto, Bourdieu (2002), afirma que se deve buscar a “objetivação”, uma espécie de controle da subjetividade, adotando rigor instrumental tanto teórico quanto técnico do estudo. Como afirma Bourdieu (2004), a intimidade com o universo social, proporciona ao sociólogo uma espécie de obstáculo epistemológico, pois para praticar uma boa epistemologia, faz-se necessário romper com o senso comum, evitando o saber imediato de conclusões inerentes e espontâneas do (a) pesquisador (a).

Giddens (2001) propõe que não se deve criar uma verdade absoluta, algo fixo sobre um assunto, assim como fazem os positivistas, ou seja, não se deve fixar a uma ideia e criar uma teoria. Desse modo, na pesquisa utilizaram-se diversos autores com variados posicionamentos, possibilitando que a pesquisa seja rica em discursos diversos.

Inicialmente foi pensado em pesquisar somente as mães/responsáveis de meninas que estivessem acolhidas na instituição Casa de Zabelê, localizada em Teresina. A Casa de Zabelê é um espaço institucional importante, pois tem como objetivo acompanhar meninas que estão em situação de risco pessoal e social na cidade de Teresina, principalmente de meninas que sofrem violência sexual. A Casa Zabelê ainda dispõe de informações, sobretudo, das meninas vítimas de violência de gênero/familiar e de suas famílias, como dados estatísticos importantes para compreender e dar suporte para fundamentar tal fenômeno estudado nessa pesquisa, como quem foram os agressores, a faixa etária das meninas e dos agressores, suas condições sociais, econômicas e até mesmo psicológicas.

A inserção na Instituição Casa de Zabelê se deu através de contato inicial com os

profissionais da Casa, informando sobre os objetivos da pesquisa, o objeto de estudo e a problemática a ser debatida na pesquisa. Dessa forma, a equipe organizou um grupo de convivência com as famílias das mães/responsáveis, para que houvesse a aproximação das mães com a pesquisadora. Além de realizar o convite e a sensibilização das mães/responsáveis para participar da pesquisa. Importante destacar a dificuldade de encontrar muitas mães dispostas a expor suas histórias de vida associadas com o abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas, houve a necessidade de buscar em outras instituições que realizem atendimentos, outras famílias vítimas de abuso sexual para contribuírem também com o universo estudado.

Sendo assim, foi necessário investigar as famílias que se enquadrem no perfil traçado pela pesquisa nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Teresina. Escolheu os CREAS por ser unidade destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 1993).

Para a realização do contato inicial nos CREAS, foi necessário submeter o projeto de pesquisa no comitê de ética da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e da Assistência Social (SEMTCAS), atualmente denominada Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) para autorização da realização da pesquisa nas Unidades de Proteção Social Especial dessa referida Secretaria. Logo em seguida, houve contato com os (as) profissionais dos CREAS para que esses (as) pudessem ser os mediadores (as) no contato inicial com as mães/responsáveis.

Essa mudança no decorrer da pesquisa foi permitida por Bourdieu (1989), quando enfatiza que o (a) pesquisador (a) deve estar sempre aberto (a) para errar e aprender a superar esses erros, através das intervenções críticas durante todo o processo de construção da pesquisa. Assim, o (a) pesquisador (a) é capaz de construir a pesquisa de acordo com as múltiplas orientações que fizeram parte do pensamento e construção.

A referida pesquisa em conformidade com o pensar relacional proposto por Bourdieu (1989) buscou uma associação entre teoria e metodologia, pois entende que não ocorre a dissociação entre teoria, método e o que se pensa em realizar na pesquisa. Assim, necessariamente deve ocorrer uma combinação de técnicas que proporcionem a utilização do rigor metodológico, para que ocorra uma vigilância adequada para solucionar o problema de estudo.

As sujeitas das pesquisas selecionadas na Casa de Zabelê e nos CREAS foram

mulheres que exercem o papel de mãe e tiveram suas filhas menores de 18 anos abusadas sexualmente no ambiente familiar no período de 2015-2017, sendo residentes na cidade de Teresina – PI. Importante destacar, que as mães/responsáveis investigadas foram analisadas através das diferentes implicações onde são submergidas. Variam-se, de acordo com faixa etária, etnia, crenças, profissão, renda familiar, nível de escolaridade, composição familiar, mas principalmente, os dilemas vivenciados a partir da revelação do abuso sexual intrafamiliar de suas filhas, entre eles, o dilema da maternidade como função protetiva das crianças e adolescentes. As mães/responsáveis foram investigadas para analisar os sentidos e os significados produzidos por elas no contexto do abuso sexual sofrido por suas filhas, através das experiências vivenciadas por elas e suas famílias.

Foram analisados documentos das instituições (CREAS e Casa Zabelê) que dispõem de informações, sobretudo das meninas vítimas de violência de gênero/familiar, como dados estatísticos importantes para compreender e dar suporte para fundamentar tal fenômeno estudado nessa pesquisa, como quem foram os agressores, a faixa etária das meninas e dos agressores, suas condições sociais, econômicas e até mesmo psicológicas.

O instrumental principal para a coleta de dados se deu através das entrevistas individuais semiestruturadas com tópicos-guias (APÊNDICE-B), pois estas “permitem que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas” (MAY, p.148, 2004). As entrevistas semiestruturadas foram conjugadas com o método biográfico ou história de vida, como técnica para apreensão dos discursos. Similarmente, Goldemberg (2004, p.88) dar ênfase as peculiaridades quanto ao uso da entrevista em uma pesquisa, tais como:

Pode coletar informações de pessoas que não sabem escrever, as pessoas tem maior paciência e motivação para falar do que para escrever, maior flexibilidade para garantir a resposta desejada, pode-se observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando as possíveis contradições, é um, instrumento mais adequado para a revelação de informações sobre assuntos complexos, como as emoções, permite uma maior profundidade, estabelece uma relação de confiança e amizade entre pesquisador-pesquisado, o que propicia o surgimento de outros dados.

Dessa maneira, Michelat (p.207,1987), explana sobre entrevista semiestruturada e a análise interpretativa dos detalhes apresentados nesse tipo de entrevista:

A análise interpretativa dos detalhes que evocamos está ligada com o fato de considerarmos o que há de mais concreto no discurso de indivíduos singulares, com determinadas características, com histórias de vida particulares, através de sua filiação a grupos com características sociais definidas. Isto implica igualmente que é indispensável conservar todos os elementos que permitem reconstituir a lógica própria à entrevista de um indivíduo particular. Isto é não separar cada elemento de seu sistema de relações. Com efeito, são a partir desse sistema de relações que serão tornadas possíveis as interpretações. Cada entrevista é considerada em sua integridade e sua totalidade, incluindo todos os elementos disponíveis que evocamos

na definição do corpus. Elementos semelhantes poderão ter sentidos diferentes segundo o sistema de relações que mantêm com o resto do material e com a situação do entrevistado.

As entrevistas individuais semiestruturadas foram realizadas pessoalmente, marcadas previamente, para que as mães pudessem programar horário, data e local, ficando tudo a critério das sujeitas pesquisadas, que puderam escolher a forma mais fácil para participarem da pesquisa. Tendo em vista, que as mães são mulheres atarefadas com os mais diversos afazeres. Antes de aceitarem a participarem das pesquisas, foram alertadas a respeito do sigilo e privacidade necessária para a realização e efetividade da entrevista.

As entrevistas foram iniciadas com comentários introdutórios sobre a pesquisa, posteriormente houve os agradecimentos por participarem de forma voluntária a pesquisa, logo em seguida, foram apresentados os termos de consentimento livre e esclarecido, o pedido de autorização para que a entrevista fosse gravada e em a realização do breve questionário para construção do perfil das mulheres pesquisadas.

As mães que colaboraram com a pesquisa foram informadas da pesquisa através da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE-A), estando livres para participarem ou desistirem a qualquer momento no decorrer da entrevista, assim como recusarem-se a responder qualquer pergunta. Vale informar, que as mães que sabem ler, elas mesmas leram e assinaram os termos, porém as mães que não sabiam ler foram necessárias realizar a leitura para as mesmas e colocarem as digitais. Assim, seguiram-se os preceitos éticos na pesquisa com seres humanos, estando em acordo com a Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde.

Todas as mulheres/mães que participaram da entrevista autorizaram o uso do gravador. Associado ao uso do gravador foi utilizado o diário de campo para captar subjetividades que não foram informadas no momento do áudio (WHITAKLER, 2002).

Nessa perspectiva, essa técnica se mostrou a mais apropriada para assumirmos a postura de pesquisadores que tem a preocupação de relacionar o abuso sexual intrafamiliar e a categoria gênero com seu caráter histórico e as relações estabelecidas, pois para assimilar essa realidade não basta apenas conhecer o presente da família, mas sim, retomar ao passado, tendo como objetivo retornar as práticas, costumes, valores, relações de poder para que possa estabelecer uma interface com os sentidos e motivos do abuso sexual intrafamiliar de meninas na visão das mães, que são o sujeito dessa pesquisa. Na pesquisa recolhendo dados da vida dessas mulheres, como sua família de origem e experiências vividas ou conhecidas de violência doméstica intrafamiliar antes de tratar especificamente da violência sofrida pelas

filhas.

Nessa trajetória metodológica, pretendeu-se ter acesso às práticas sociais, mas principalmente o sentido que as mulheres mães de meninas (crianças e adolescentes) vítimas de abuso sexual intrafamiliar, atribui em relação aos momentos vivenciados por suas filhas e suas famílias. As análises das informações adquiridas na pesquisa de campo, informações estas, que foram aferidas através das entrevistas semiestruturadas, tem a função de registrar a relação entre os observadores e a realidade de campo, dialogando a teoria com o que acontece efetivamente. Dessa maneira, foi realizada uma sistematização dos dados no processo de análise das informações com o objetivo de facilitar a compreensão do fenômeno investigado.

O método de análise dessa investigação será realizado na proposta da produção de sentidos, de Spink (2010), no que consiste às práticas discursivas, trazendo como elementos significativos a linguagem como uma construção de sentido. Seguindo o pensamento da autora, é importante esclarecer o motivo pelo qual será adotado o termo práticas discursivas em preferência a discurso:

Preservamos o termo discurso para falar do uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais do tipo linguístico (Davies e Harré, 1990). Essa proposta é interessante, porque permite fazer a distinção entre práticas discursivas – as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas – e o uso institucionalizado da linguagem – quando falamos a partir de formas de falar próprias a certos domínios de saber. (SPINK, 2004, p.27).

Essa proposta possibilitou identificar os diversos sentidos e significados produzidos diante dos contextos produzidos pelas mulheres/mães e estendido a suas filhas no contexto do abuso sexual intrafamiliar vivenciado no contexto familiar. Ao trabalhar com Práticas Discursivas, parte-se do pressuposto que os conteúdos associam-se de formas diferentes dependendo dos contextos. Assim, entende-se que os sentidos são fluídos e contextuais, integrando as unidades básicas da linguagem e da comunicação (Spink, 2010). Esse procedimento foi fundamental para a compreensão das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com as pesquisadas. O uso do termo Práticas Discursivas direciona que o foco de interesse da abordagem teórica e metodológica é a linguagem na interação social. Assim sendo, a linguagem é usada segundo Spink (2010) como:

(...) prática social e isso implica trabalhar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interacional, quanto no sentido foucaultiano de construções históricas) (SPINK, 2010, p.26).

Ainda com Spink (2010), a linguagem em ação focaliza as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentido e se posicionam em relações sociais cotidianas. “As práticas

discursivas têm como elementos constitutivos: a dinâmica (que são os enunciados, orientados por vozes), as formas ou *speech genres* (...) são formas mais ou menos fixas de enunciados) e os conteúdos, os repertórios linguísticos (SPINK, 2010, p.27)”.

O Sentido de acordo com Spink (2010) é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta, ou seja, do mundo social. Portanto, produzir sentidos, permite lidar com situações e fenômenos do dia-a-dia, do cotidiano.

Para compreender os sentidos utilizados nas linguagens das sujeitas investigadas, pretende-se utilizar ainda, outro instrumento metodológico (Mapas), denominado por Spink (2013) como Mapas de Associação de Ideias, que traz como objetivo a sistematização do processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção do sentido. Os mapas de associação de ideias “constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios aos processos de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (SPINK, 2013, P.84). A construção dos mapas inicia-se pela definição de categorias gerais, de natureza temática, que refletem, sobretudo, os objetivos da pesquisa. Assim sendo, (SPINK, 2013, P.84) reintegra que passos:

Nesse primeiro momento, constituem formas de visualização das dimensões teóricas. Busca-se organizar os conteúdos a partir dessas categorias – a exemplo das análises de conteúdo – mas procura-se preservar a sequência das falas (evitando, dessa forma descontextualizar os conteúdos) e identificar os processos de interanimação dialógica a partir da esquematização visual da entrevista como um todo (ou de trechos selecionados da entrevista). Para a consecução desse objetivo o diálogo é mantido intacto – sem fragmentação –, apenas sendo deslocado para as colunas previamente definidas em função dos objetivos da pesquisa.

O uso de construção dos mapas poderá direcionar a produção de uma Linha Narrativa, que segundo Spink (2010), tende a ser uma linha de tempo. Para a autora, as pessoas organizam suas histórias dessa maneira, embora nem sempre ela seja apresentada na forma de uma linha de tempo sequencial (Spink, 2010). “Muitas vezes as pessoas começam falando de um evento passado para referir-se a uma situação presente” (SPINK, 2010, p.45). Considerando essa perspectiva, muitas vezes a mudança para uma linha sequencial, torna-se uma reconstrução.

A Linha Narrativa proporciona entender as estratégias usadas para argumentar, explicar, justificar e dessa forma valer certa interpretação dos acontecimentos. A nomeação é muitas vezes um indicador desse processo de argumentar a favor de uma determinada

interpretação (Spink, 2010).

Importante levar em consideração que as falas das mães não dizem tudo, assim precisa ir além das palavras, pois essas são incompletas. Na análise dos dados é necessário buscar os efeitos dos sentidos produzidos através das interpretações, observando o contexto histórico em que as mulheres/mães pesquisadas estão inseridas.

Assim sendo, esses mecanismos foram de extrema relevância para a compreensão da interpretação dos sentidos produzidos pelas entrevistadas durante a atividade de campo. Esse procedimento analítico foi realizado no momento da investigação sociológica, que consistiu no procedimento de análise e processamento dos dados durante as entrevistas Semiestruturadas, observação durante a pesquisa de campo, além das pesquisas bibliográficas, leituras sobre gênero, patriarcado, relação de poder, família.

Gênero será tomado como categoria analítica, pois contém historicamente relações sociais que não devem ser deixadas de considerar para o conhecimento do objeto de estudo nos aspectos mais amplos e fundamentais. O abuso sexual em crianças e adolescentes, segundo Lima (2012, p. 29) configura-se, “como um fenômeno praticado por alguém que se encontra em posição hierárquica favorável em relação a sua vitimada, que refere maior desenvolvimento físico e/ou psicológico ou lugar social que ocupa, configurando-se uma relação de poder baseado em dominação e submissão”. Dessa forma, Saffioti (2001), afirma que a categoria gênero é compreendida através de uma teoria de patriarcado, com relações sociais que infere a mulher em uma situação de submissa ao homem podendo associar ao adultocentrismo, ou seja, espécie de dominação do homem adulto sobre a criança ou adolescente.

As dimensões explicativas da problemática desta pesquisa remetem de forma analítica, em geral, as relações de poder nas suas formas positivas e negativas, nas dimensões micro e macro do social, que se que serão discutidas através de categorias empíricas: família, patriarcalismo/adultocentrismo, desigualdade de gênero, violência sexual.

Ao citar anteriormente, as categorias separadamente, isso não significará que foram concebidas de forma fixa em seus termos ou domínios. Ao contrário, foram analisadas e compreendidas de tal maneira que, entenda-se que se fazem presentes no mesmo processo social, através das inter-relações e articulações, havendo ambivalência, entrelaçamentos e migrações de significados.

5 O ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL FEMININO A PARTIR DO DISCURSO DE MÃES/RESPONSÁVEIS.

"Eu não tinha este rosto de hoje, assim calmo, assim triste, assim magro, nem estes olhos tão vazios, nem o lábio amargo. Eu não tinha estas mãos sem força, tão paradas e frias e mortas; eu não tinha este coração que nem se mostra. Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil: Em que espelho ficou perdida a minha face?"(Cecília Meirelles).

O capítulo trata dos discursos produzidos por mães/responsáveis sobre os significados atribuídos ao abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. Atráves da aproximação das entrevistadas com a pesquisadora durante as entrevistas foi possível conhecer através dos discursos dessas mulheres, que as mesmas se reconstruíram através de cada experiência vivenciadas, seja no contexto do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas, seja pelos conflitos conjugais e até mesmo em alguns casos, a vivência de terem sofrido abuso sexual intrafamiliar na infância/adolescência. Apesar de cada mãe/responsável ter vivenciado junto com suas filhas o episódio do abuso sexual intrafamiliar, sabe-se que cada uma das mães/responsáveis produziram uma condição singular, o que emerge sentimentos e significados diferentes entre elas. Porém, observam-se algumas semelhanças nos discursos dessas mulheres.

As flores do sertão nascem em regiões semiáridas, quente com escassez de chuvas, portanto, clima seco. Essas regiões áridas e de solo duro, compara-se com a realidade vivenciada por mulheres/mães de meninas que sofrem abuso sexual intrafamiliar. Sabe-se, que as flores típicas do sertão buscam estratégias de sobrevivência e se mantem vivas, resistindo e insistindo ao ambiente onde emergiram. Assim sendo, as Flores do sertão pesquisadas relataram suas histórias demonstrando a importância de falar como elas se reconhecem no conflito gerado pelo abuso sexual sofrido por suas filhas.

5.1 Perfis e trajetórias de violência

É necessário realizar uma breve apresentação das sujeitas pesquisadas, enquanto mães, mulheres e vítimas do fenômeno do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino que vitimizaram suas filhas e alterou a dinâmica familiar dessas mães/responsáveis.

Diferenciar o perfil das mães e das responsáveis se faz necessário para compreender o abuso sexual intrafamiliar através do olhar das mães/responsáveis de meninas vítimas. Assim sendo, observou-se que as mães entrevistadas, culpabilizam o agressor pelo crime, às vezes se

culpam, por não ter descoberto mais cedo o crime ou por ter escolhido o marido “errado”, mas sempre culpabilizando o agressor sobre toda a situação vivenciada por suas filhas. Todas as mães entrevistadas acreditaram imediatamente no relato de suas filhas, as protegendo, realizando a denúncia contra o agressor na rede de proteção à criança e adolescente, bem como se separando quando o agressor se tratava do companheiro.

Já no discurso das responsáveis, que são tia e avó de vítimas, é possível observar uma forte culpabilização da figura materna, minimizando a responsabilidade do agressor. As mães das meninas são acusadas de cumplicidade e omissão, por não acreditarem no relato das filhas, submeterem as filhas a revitimização da violência, e por se distanciarem, deixando a criança/adolescente em situação de extrema vulnerabilidade.

Percebe-se, que no discurso das responsáveis a maior indignação é contra a figura materna, por essas mulheres, manterem ligação de dependência afetiva, expondo os filhos e toda a família a homens agressivos ou abusivos. Porém, de alguma forma essas mães também buscaram proteger suas filhas, retirando-as do convívio do agressor. Todavia, isso não é reconhecido no discurso das responsáveis. Através da análise dos discursos, apenas uma mãe não se separou do companheiro, o que mostra que a maioria dessas mulheres resistiu à violência sofrida por suas filhas.

a) Flor de Cacto



Fonte: <https://toinhofilho.blogspot.com.br>

Cacto é mãe, tem 34 anos, parda e de religião Evangélica. Possui ensino médio completo e trabalha como costureira. Cacto está separada do esposo, com que conviveu por 17 anos e teve 4 filhos. Da relação com os pais, lembra-se de viver em um ambiente que não

ocorria violência conjugal. Entretanto, Cacto recorda que a mãe sempre foi muito hostil e o pai mais calmo, porém, em alguns momentos o pai a submetia a castigos físicos. Relata que nunca houve diálogo dos pais com os filhos. Cacto diz ter sofrido muito na infância e adolescência, inclusive foi vítima de abuso sexual pelos amigos do seu pai e por isso, achava que o casamento seria a melhor opção para fugir dessa realidade, o matrimônio para Cacto era a oportunidade de conquistar a família que nunca teve.

Sobre o relacionamento conjugal, relata o uso abusivo de álcool por parte do companheiro, o que o levava a agredir fisicamente os filhos, porém Cacto nunca sofreu agressão física por parte do companheiro. O companheiro sempre teve casos extraconjugais, mas segundo Cacto, era um pai aparentemente exemplar com os filhos, levava os filhos para parques, restaurantes, etc. O companheiro era autoritário, dominador, sempre tomava as decisões sem levar em consideração a opiniões dos outros membros da família. Cacto relata que o filho mais velho ao entrar na adolescência passou a expressar raiva e ódio do pai. A mãe relembra que o companheiro possuía comportamento diferenciado com a filha, a protegia mais que aos outros filhos, olhava diferenciado, principalmente quando ingeria bebidas alcoólicas. A entrevistada explicou que seu ex-companheiro foi vítima de abuso sexual por um homem na infância.

Apesar de Cacto, possuir um olhar de desconfiança quanto ao comportamento do companheiro com a filha e a filha está constantemente doente, com dores no corpo, febre e não ser diagnosticada com nenhuma patologia pelos médicos, a mesma só confirmou o abuso quando o CAPS em atendimento com o filho mais velho descobriu que a menina havia sido abusada sexualmente pelo pai. Importante lembrar, que quando houve a revelação do abuso pelo CAPS, Cacto já estava separada do companheiro, pois o mesmo saiu de casa para conviver com outra pessoa, até antes da revelação do abuso, o companheiro ainda mantia contatos com os filhos e pagava pensão. Porém, pós-revelação o companheiro se ausentou da vida da família.

Cacto, afirma que quando soube pelo CAPS do episódio sofrido por sua filha, ficou magoada, sufocada, pois sempre tentou manter o casamento, mesmo sabendo dos casos extraconjugais do companheiro, para que os filhos tivessem uma família. Hoje Cacto, arrepende de ter tentado tantas vezes manter o casamento, pois talvez pudesse ter evitado o que aconteceu com a filha. Cacto percebe que sua filha reagiu muito mal a tudo isso, houve severas mudanças comportamentais, a vítima diz não querer casar nunca, é bastante nervosa, agressiva, calada, passa maior parte do tempo desenhando. Cacto afirma ter feito tudo que pode pela filha e que o único culpado é o ex-companheiro. Cacto revela que não tem

pretensão nenhuma de se relacionar com outra pessoa.

b) Flor de Muçambê



Fonte: <https://toinhofilho.blogspot.com.br>

Muçambê é avó paterna, tem 55 anos, parda e de religião Católica. Possui ensino fundamental incompleto e, é dona de casa. Muçambê relata que na infância foi abusada sexualmente pelos primos mais velhos. A entrevistada lembra que foi censurada pela prima mais velha quando tentou revelar tal episódio. A entrevistada relata que sua fala não havia credibilidade, pois era uma criança. Quase cinquenta anos depois de ter sofrido o abuso, Muçambê revelou a uma psicóloga do CREAS Sul e à pesquisadora. Sobre sua família de origem, fala que não ocorriam brigas, discussões, eram todos unidos e os pais muito amorosos.

A neta de Muçambê foi vítima do padrasto por quatro anos, os abusos sexuais aconteciam em casa. A neta morava com Muçambê até os 8 anos de idade, quando a ex-nora, casou-se novamente e levou os filhos para morar com o atual companheiro. Muçambê relata que desde a chegada da criança na casa do padrasto, iniciaram-se as séries de abusos, desde carícias, fotos da genitália, sexo oral, sexo anal até práticas extremamente dolorosas fisicamente, como o uso de cenoura, escova de cabelo e dedo na genitália da criança. Muçambê visualiza o agressor como autoritário, machista, dominador. O padrasto tinha ciúmes da vítima e por isso, agredia fisicamente. Muçambê destacou um episódio, no qual o agressor arrastou a vítima pelas escadas puxando-a pelos cabelos. Muçambê acredita que o agressor via a vítima como sua “mulher”, a avó chegou a pensar que ele iria abandonar a mãe da criança para manter um relacionamento forçado com a vítima quando se tornasse adolescente.

Quanto à mãe da vítima, a avó acredita que a mesma tinha conhecimento do que ocorria. Já que toda a violência acontecia na casa da família, e a criança demonstrava mudanças comportamentais, como permanecer trancada no quarto e no banheiro chorando por muito tempo, azunhava-se, puxava os cabelos, além de tentar inúmeras vezes conversar com a mãe sobre o padrasto e até mesmo fazer uma carta no dia do aniversário, relatando todos os abusos que vinha sofrendo. Muçambê expôs sua visão acerca da mãe da vítima, relatando que é apenas mãe biológica, pois é extremamente fria a situação que aconteceu com a filha, não acredita na revelação da filha, acusa a vítima de ser mentirosa e caluniadora e permanece casada com o agressor da filha. Muçambê acredita que exista uma dependência financeira e receio de uma separação, já que o agressor tem uma condição financeira bastante favorável e por ser traficante de drogas e armas. Muçambê se recorda que a genitora da criança chegou a registrar uma denúncia contra o agressor, entretanto, no mesmo dia voltou para a cidade onde morava com o agressor para avisá-lo sobre tudo que Muçambê, o esposo e o filho estavam articulando para que a genitora retornasse para a cidade natal. O objetivo da informação era arquitetar uma espécie de emboscada para o avô paterno da vítima.

Muçambê e seu esposo, sempre desconfiaram que a criança fosse vítima de algum tipo de violência, pois quando a vítima ligava ou ia passar férias na casa dos avós, sempre relatava que não queria mais voltar para casa. Até que um dia, resolveram solicitar novamente a guarda provisória da vítima e do seu irmão, já que foram sempre criados por eles. A menina pediu para ficar com avó e relatou sobre os abusos sexuais. Diante das denúncias, a família de Muçambê sofreu ameaça de morte por parte do padrasto, tendo que se mudar constantemente de endereço, temendo represália do agressor.

Muçambê se emociona a lembrar de como a neta reage à situação. Segundo a entrevistada, a vítima é triste, sabe que por dentro ela está morrendo. A vítima, em alguns momentos fez uso de drogas para esquecer momentos vivenciados, muitas vezes é agressiva com as pessoas e tem vergonha do corpo. Possui crises de ansiedade, devido a ausência de apoio e credibilidade da mãe. Ao indagar sobre de quem é a culpa do abuso sofrido pela criança, Muçambê é firme ao falar que é unicamente do agressor e da mãe por ser omissa a situação, tendo permitido o sofrimento do corpo e da alma da filha.

c) *Flor de Mandacaru*



Fonte: <https://toinhoffilho.blogspot.com.br>

Mandacaru é mãe, tem 36 anos, é branca e de religião católica. Possui ensino médio completo e trabalha como chapeira na lanchonete do irmão. Mandacaru está separada do esposo, com quem conviveu cerca de seis anos e teve três filhos. Da relação com os pais, lembra-se de viver em um ambiente extremamente hostil, frequentemente ocorria violência conjugal, existia uso excessivo de álcool e relações extraconjugais, resultando na separação dos genitores. Mandacaru demonstra muita magôa e rancor da sua mãe, por ter sido extremamente ausente na sua vida. Enquanto ao pai, demonstra mais afetividade. Mandacaru relembra como os pais eram ausentes em relação a ela e os irmãos, andavam constantemente bêbados, caídos nas ruas e bares da cidade do Rio de Janeiro, onde morou durante a infância e adolescência. Mandacaru, explica que o relacionamento com o ex-companheiro era a oportunidade de sair de casa, pois não aguentava mais a mãe alcoolizada e influenciando os irmãos a fazer uso de álcool excessivamente. Logo, Mandacaru engravidou, pois achava que casaria mais rápido, assim como fez a irmã mais velha, a entrevistada é clara ao falar que a ausência do apoio familiar influenciou no processo de violência sofrido por ela e os filhos.

Sobre o relacionamento com o companheiro, relata que várias vezes o companheiro a agrediu fisicamente, provocando várias separações, a mais duradora foram sete meses. Mandacaru destaca que até então, não tinha ocorrido o episódio do abuso sexual com sua filha. A entrevistada lembra que as crianças pediam pelo retorno do pai para casa, ausência do apoio familiar e a dependência financeira fazia com que ela sempre permitisse o retorno do ex-companheiro. Mandacaru relata como o companheiro era extremamente machista, além de demonstrar ciúmes da filha e sempre estava acusando-a de ter relacionamentos

extraconjugais. Devido essa relação conflituosa, Mandacaru decidiu não ter mais relação sexual com o companheiro, pois não aceitava ser difamada e depois se submeter às vontades e desejos sexuais do ex-companheiro. Mandacaru, sempre percebia quando o ex-companheiro estava com relacionamentos extraconjugais, pois mudava o comportamento com os filhos, tornando agressivo e intolerante.

Mandacaru relata que ao começar a trabalhar para ajudar nas despesas, as meninas mudaram o comportamento com o pai. O pai ficava um período sozinho com os filhos e as meninas passaram a ter medo de voltar para casa, medo do pai, imploravam para mãe não ir trabalhar e começaram a chamar o pai de monstro. Mandacaru, que sempre diz ter conversado com as filhas sobre possíveis tentativas de abuso sexual, logo achou estranho, a mudança de comportamento, que veio acompanhada de corrimentos vaginais, irritações e escoriações vaginais, o que a fez suspeitar que as filhas estivessem sofrendo algum tipo de abuso. Diante disso, fez perguntas ao pai, que logo, mostrou-se ofendido, e negando toda desconfiando e sugerindo realizações de exames. Mandacaru relembra que as filhas enquanto conviviam com o pai, nunca revelaram, porém, quando houve a separação, a filha mais velha revelou o abuso sofrido por ela e a irmã, além de todas as ameaças que eram realizadas pelo genitor. Mandacaru se emocionou e diz ser muito duro saber que o pai, a pessoa que deve proteger, amparar e cuidar das filhas provocou um ato de violência, que gera marcas profundas na vida de uma criança.

Mandacaru se sente culpada por tudo que aconteceu, pois alega que não deveria ter saído para trabalhar, já que ela sabia do comportamento agressivo do ex-companheiro. Percebe-se que a mãe é extremamente magoada, sente ódio do ex-companheiro. Mandacaru, afirma que uma das filhas tem medo da aproximação de homens, perdeu a capacidade de autodefesa, dificuldade de interação com as pessoas, entre outros males. Mandacaru, afirma está fazendo todos os acompanhamentos necessários com os filhos, além de ter requerido pensão alimentícia e medida protetiva. Mandacaru tem a intenção de ter outro relacionamento, porém não tem intenção de compartilhar a mesma casa com outra pessoa.

d) Flor de Boa Noite



Fonte: <https://toinhofilho.blogspot.com.br>

Boa Noite é tia materna, tem 35 anos, branca e não pratica nenhuma religião. Possui ensino fundamental completo e é autônoma. Boa Noite é tia materna da adolescente que foi vítima de abuso sexual cometido pelo padrasto. Quando fala da família de origem, Boa Noite diz que saiu de casa muito nova para trabalhar na cidade, pois o pai sempre trabalhou em fazenda e também por sua mãe ser uma mulher sem diálogo, que utiliza de gritos e xingamentos. Por essas razões, todos os seus irmãos foram trabalhar em lugares diferentes. Boa Noite lembra que o comportamento da mãe se assemelha muito a de sua irmã, genitora da adolescente vítima de abusos sexuais pelo padrasto. A sobrinha de Boa Noite foi vítima do padrasto por cinco anos, os abusos aconteciam em casa, incluindo abusos físicos e sexuais. Boa Noite relata que o agressor não deixava a adolescente construir e manter laços de amizade, seguia e agredia com chibatadas, quando questionado, dizia está educando. Quando o agressor descobriu que a adolescente estava namorando, houve ameaça e a jovem fugiu de casa. Porém, o agressor descobriu o paradeiro da adolescente e através de ameaças e agressões levou a menina novamente para casa. Diante dessa realidade, Boa Noite, começou a intervir na vida da sobrinha e afilhada. Boa Noite resolveu buscar a vítima para morar em sua casa, o agressor ameaçou a enteadada e a genitora. Foram realizadas denúncias e o agressor permaneceu preso por dois anos. Muito emocionada, Boa Noite relembra o que sua sobrinha sofreu, lembra que chegou um dia na casa da irmã e a sobrinha estava deitada com as pernas abertas e sem calçinha, e ao reclamar, Boa Noite disse que se surpreendeu com a resposta do agressor, que disse “a priquita da minha filha é muito bonita” (Boa Noite). Boa noite diz ter alertado a irmã, mas a irmã não manifestou nenhuma reação de preocupação com o relato.

A entrevistada no seu discurso afirma que a irmã é culpada pelo o que aconteceu não

só à adolescente, mas com suas outras filhas, que foram abusadas sexualmente por um tio-avó. Boa Noite, no decorrer da entrevista afirmou que a irmã nunca cuidou das filhas, nunca ensinou as filhas como deveriam reagir a situações que violassem à dignidade delas. Boa noite, quando falava da irmã, demonstrava muita decepção e frustração, pois diz ter tentado de tudo para que a irmã mudasse de vida, mas ao se separar do agressor, iniciou outro relacionamento abusivo. Boa Noite com lágrimas nos olhos declarou ter muita pena da irmã, devido à manutenção do ciclo de violência em sua vida. A mãe da adolescente foi embora para Santa Catarina para conviver com um homem que conheceu no Facebook. A entrevistada foi bastante enfática ao dizer que a irmã errou novamente ao deixar os filhos sozinhos e vulneráveis.

Boa Noite está com os cinco filhos da irmã, menos a adolescente, que casou e tem uma filha. Porém, a entrevistada alega não ter mais condições de ficar com as crianças, pois não tem filhos com seu companheiro e o mesmo, já apresenta incômodo com o comportamento. Ela relata que as crianças passaram a ser uma ameaça a sua vida conjugal, já que as crianças trazem consigo marcas profundas da violência vivida em casa e dos abusos que sofreram, como a sexualidade bastante afluada.

Boa Noite diz sempre ter desconfiado do que passava sua sobrinha, pois o agressor tinha um comportamento muito estranho com a vítima e a genitora sempre o defendia quando alguém tentava alertá-la sobre alguma possibilidade de abuso. Boa noite lembra que várias vezes pediu para a irmã para levar a adolescente para sua casa, e sempre a genitora da adolescente se mostrava contrária a ideia, pois o companheiro gostava muito da menina, que era filha que ele tinha. Boa Noite relembra com muita emoção o dia em que foi visitar a irmã que enfrentava uma depressão e ao chegar a casa percebeu um preservativo jogado no chão da casa e achou estranho, pois a irmã estava grávida, não havia necessidade do uso de métodos contraceptivos. Boa Noite descobriu que a adolescente havia assumido o papel de esposa, pois a mãe não queria mais ter relação sexual com o companheiro. Boa Noite lembra que o agressor sempre abusava da adolescente quando fazia uso abusivo de álcool e de substâncias psicoativas.

Muito emocionada, Boa Noite falou como adolescente enfrenta toda a situação pós-abuso, Boa Noite diz ter muito pena da adolescente, é uma pessoa triste, está ficando obesa, está diabética. Apesar de a vítima ter construído uma família, ela a observa muito infeliz. A adolescente sempre prefere ficar trancada em casa, não possui laços de amizades, só vai para Unidade Básica de Saúde e retorna para casa, não possui uma boa relação com a família do esposo. A entrevistada durante todo o discurso afirma que a adolescente e os irmãos são

vítimas da mãe e do padrasto, sendo ambos os responsáveis por todo o sofrimento, a mãe por omitir e apoiar os abusos sofridos pelos filhos e padrasto por ser um monstro.

d) Flor de Salsa



Fonte: <https://toinhoofilho.blogspot.com.br>

Salsa é tia materna, tem 42 anos, branca e de religião evangélica. Possui ensino fundamental completo e, é dona de casa. A sobrinha de Salsa foi vítima de abuso sexual cometido pelo pai. Salsa cuida da criança desde um ano de idade, quando a genitora faleceu de Câncer e o pai entregou à tia os cuidados da filha. Sobre sua família de origem, fala que não ocorriam brigas, discussões, eram todos unidos e os pais muito amorosos. Lembra que quando seu pai soube do ocorrido ficou chocado, chorou bastante e acreditava que isso nunca aconteceria com alguém da sua família.

A sobrinha de Salsa foi vítima do pai por três anos, o abuso sexual acontecia quando o pai a levava para passar os finais de semana em sua casa. Salsa lembra que nunca aceitou muito bem essa situação, pois o agressor morava sozinho. A entrevistada lembra que a criança apresentava crise de choro ao manifestar medo do pai. Depois de três anos de abuso, a criança relatou, inicialmente Salsa e sua família não acreditaram, porém procuraram ajuda de uma amiga psicóloga, que alertou sobre a veracidade dos relatos da criança. Mas, Salsa lembra-se de suas suspeitas, devido à recorrência de irritações na área genital da criança e a mudança comportamental, com episódios de agressividade e a sexualidade aflorada.

Salsa relembra que posterior aos relatos, à família proibiu as idas da criança para casa do pai e informaram ao agressor que já estavam cientes do que ocorria com as idas da criança para casa dele. O agressor negou e afirmou que não havia nenhuma prova contra ele, ameaçou

denunciar ao Ministério Público. Diante da ameaça Salsa, solicitou providência junto aos órgãos competentes. Salsa relata com bastante indignação o fato do agressor nunca ter sido punido, porque o mesmo assume um cargo de Secretário no município vizinho a Teresina. Salsa diz que pelos relatos da criança, o agressor sempre estava alcoolizado quando abusava sexualmente da menina. A tia alerta que a criança não sabe o que é embriaguez, mas pelas características dos relatos, entende-se que o agressor estava sempre embriagado.

Quando indagada sobre a relação da vítima com seu companheiro, Salsa fala com muita empolgação, que eles se amam. Seu esposo a considera como filha conversa com a criança abraça e beija. Preocupa-se com as consequências do abuso sexual na vida da menina. A tia relata que a criança ficou agressiva, às vezes tem medo de se aproximar de homens, o abuso estimulou a sexualidade e chega a ter pesadelos com o pai, a criança demonstra muito medo e raiva. Salsa muito emocionada, diz que o único culpado de toda essa situação é o agressor, pois ele é o pai, e jamais poderia ser admitido esse tipo de atitude. Salsa diz que almeja a prisão e condenação do agressor, pois acredita na justiça divina, não é porque o agressor tenha o cargo público renomado que a impunidade deve prevalecer.

f) *Flor de Algodão*



Fonte: <https://toinhofilho.blogspot.com.br>

Algodão tem 36 anos, mãe, parda e pertence à religião católica. É pós-graduada e é jornalista. Algodão é mãe de uma menina de oito anos, que por um ano e meio sofreu abuso sexual de um tio-avô. Sobre sua família de origem, Algodão diz que os pais são separados, depois de 17 anos de separação teve contato com o pai novamente. Algodão sempre teve maior afetividade com sua mãe, pois foi criada pelos avós, porém, relatam que sua família é muito unida, todos se ajudam, todos compartilham os problemas, é uma grande família.

Algodão casou duas vezes, primeiramente com o pai da sua filha e agora com o atual companheiro. No seu discurso, Algodão diz que quando foi revelado o abuso sofrido por sua filha, várias pessoas da família afirmaram ter passado por isso, no entanto, não descreveram ao certo como se deu o episódio do abuso sexual.

Algodão lembra como descobriu tal abuso, inicialmente ela percebeu um incômodo do agressor com a vítima, pois o mesmo sempre estava implicando sobre tudo que a vítima fazia, posteriormente seu primo estava analisando as imagens das câmaras de segurança da casa da sua avó, onde morava com sua filha, e visualizou cenas suspeitas. Assim sendo, o primo fez uma varredura de um ano e meio e em um dos dias tinham cenas do agressor praticando abuso sexual, foi o dia que toda a família descobriu. Algodão, diz que as primeiras imagens só mostram o agressor puxando a vítima para lugares que a câmera não alcançava.

Algodão lembra que quando descobriu, agrediu fisicamente o agressor. Quando indagada sobre como se sentiu, diz ter ficado desesperada, revoltada e traída, garante ter sentindo a pior sensação do mundo que inclusive, nunca superou. Ela diz que toda essa situação era agravada, pelo fato do agressor ser alguém da família, um parente que frequentava a casa, tinha a chave das portas da casa. Uma pessoa que nunca levantou suspeita, pois o agressor sempre comentou que o abuso sexual contra crianças era algo insano. Porém, depois das denúncias foi descoberto que o agressor já havia praticado esse crime outras vezes, já que o mesmo morava em outra cidade e nenhum membro da família tinha conhecimento dos crimes. Algodão relembra que o agressor ameaçava a vítima constantemente.

A entrevistada fala que atualmente a vítima frequenta a casa da avó, mas que mora com ela e seu atual companheiro. A filha tem pouco contato com o pai, porque o pai é usuário de substâncias psicoativas e está em processo terapêutico para recuperação. Algodão relata que a filha e o padrasto, se conhecem muito bem, até porque antes de ser seu companheiro, era seu amigo. De fato, a mãe relata que o companheiro, considera a criança como sua filha e constantemente diz que a ama.

O agressor, segundo Algodão, está foragido e a única pessoa da família que defende é sua avó, o agressor é irmão dela. Para Algodão, o agressor é doente, sem caráter e espera que o mesmo seja punido não só pelo crime praticado a sua filha, mas por todas as famílias e pessoas que ele já destruiu.

Algodão diz que o relacionamento com sua filha não é fácil, pois a filha sofre muito com as consequências do abuso sexual. A criança não tem um bom relacionamento com homens, seja eles, crianças, adolescentes, adultos ou idosos, ela possui aversão a homens.

Algodão disse que a filha ficou bastante calada e está com transtorno compulsivo obsessivo.

g) Flor de Jitirama



Fonte: <https://toinhofilho.blogspot.com.br>

Jitirama tem 40 anos é mãe, negra e de religião evangélica. Possui ensino médio completo e trabalha como auxiliar administrativa. Jitirama está separada do esposo, com quem conviveu cerca de seis anos e teve dois filhos. Da relação com os pais, lembra que o pai era autoritário, rígido, mas usava muito do diálogo. Ao falar da mãe, os olhos de Jitirama encheram de lágrima, pois a entrevistada relembra que a mãe era acolhedora. Jitirama lembra que igual a sua filha, também foi vítima de abuso sexual intrafamiliar na infância. Jitirama tinha cinco anos quando o vizinho tentou abusar, porém sua mãe percebeu a tentativa do vizinho e conseguiu impedir, mas não houve denúncia, os pais preferiram não expor a família e muito menos Jitirama.

Jitirama nunca pensou que sua filha seria vítima de abuso sexual, pois acreditava que se cassasse, tivesse um marido e um pai para os filhos nunca passaria por isso, pois tinha sua família de origem como modelo, onde os companheiros só se separam com a morte. A entrevistada alega que imaginava que a família tradicional garantiria a segurança de sua família, porém não soube escolher o pai das crianças. Jitirama, explica que o relacionamento com o ex-companheiro foi à oportunidade de sair de um sufoco, pois estava morando em São Paulo, e não poderia mais morar com a família que tinha em São Paulo, além de não querer mais retornar para Teresina, em decorrência do autoritarismo do pai. Mas, Jitirama relembra que o relacionamento com ex-companheiro nunca foi bom, quando namorava estava cega, não resolveu investigar quem era a família dele. Ela lembra que durante o casamento o ex-companheiro demonstrou ser outra pessoa, além de ter sofrido preconceito por ser negra. A

entrevistada faz lembrança sobre a única vez que o ex- companheiro tentou agredi-la, mas não permitiu que ele concretizasse a violência, pois ameaçou matá-lo. Jitirama relata como o companheiro era extremamente machista, manipulador, além de demonstrar ciúmes da filha e sempre a acusava de ter relacionamentos extraconjugais. Devido essa relação conflituosa e por não querer mais ter filhos, Jitirama decidiu não ter mais relação sexual com o companheiro. Ainda sobre o agressor, Jitirama lembra que o mesmo havia sofrido abuso sexual na infância, que havia sido agredido fisicamente muitas vezes pelo padrasto e que o genitor não era presente na vida dele.

A genitora relata que a relação entre a vítima e o agressor sempre foi boa, até ele iniciar os abusos sexuais. Depois do início dos abusos, a criança mudou o comportamento, não querendo ficar em casa, tinha crises de choros, febres emocionais e insônias. Jitirama, diz que começou a trabalhar, mas havia percebido que os filhos não queriam ficar sozinhos com o pai. Jitirama relembra que um dia a filha teve uma crise de choro e não queria dormir em casa. Assim, começou a observar, e sempre via uma vermelhidão no ânus da criança, como se fosse assadura, mas não sabia ao certo o que era, até que a criança revelou que o pai estava abusando sexualmente dela e que não queria mais morar com o agressor. A menina revelou o abuso quando tinha quatro anos de idade. Após a revelação do abuso, Jitirama lembrou episódios suspeitos desde o nascimento da filha, quando a criança tinha um mês de vida, o pai deixou a criança sem fralda, apenas com uma blusinha e segundo Jitirama era no período do inverno. Jitirama lembrou também do medo que o filho tinha do pai, e a criança revelou a mãe, que ele o agredia, por isso tinha medo de falar sobre o abuso que a irmã sofria.

Depois da revelação, a mãe confessa que demorou um pouco para realizar a denúncia, mas no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezesseis, o Conselho Tutelar a obrigou sair do mesmo ambiente familiar que o agressor, caso contrário, as crianças seriam acolhidas em uma Casa de Acolhimento. Esse foi o momento que a mãe saiu de casa, foi para casa de uma amiga, até o CREAS e o Conselho Tutelar providenciarem o retorno dela e dos filhos para Teresina. Quando indagada o motivo da espera para denunciar o agressor, Jitirama diz que foi por medo, pois uma vez ele tentou enforcá-la, além da família do agressor ser bem conceituada na cidade onde moravam e ela não tinha parente.

Jitirama se emociona muito ao falar das consequências que o abuso ocasionou na vida da filha, principalmente a dependência excessiva da presença da mãe, medo, ficou agressiva com as outras pessoas, principalmente com o irmão, essa agressividade com o irmão, Jitirama acha que é em decorrência de ser homem, além da vítima não conseguir mais se defender das pessoas, Jitirama acrescentou ainda no seu discurso sobre a tristeza que é permanente na sua

filha depois dos abusos, fala ainda, que a filha se tornou uma criança muito introspectiva.

Jitirama durante o seu discurso, às vezes se acha culpada do que aconteceu com a filha, pois diz não saber escolher o marido e o pai certo para seus filhos. Mas, diz que a maior parcela de culpa é do pai, que não soube filtrar o que aconteceu com ele na infância e reproduziu com a filha.

h) Flor Cebola Brava



Fonte: <https://toinhofilho.blogspot.com.br>

Cebola Brava tem 67 anos, é avó materna, parda e de religião católica. Possui ensino médio incompleto e é pensionista. Cebola Brava é avó materna da adolescente que foi vítima de abuso sexual pelo padrasto. Cebola Brava sempre foi responsável pela neta, desde seu nascimento. Sobre sua família de origem, Cebola Brava lembra que eram onze irmãos, apenas ela de mulher, mas nunca seu pai a discriminou, nunca achou os filhos melhores que ela. Ela fala que sua família era sempre muito unida, possuía diálogo, além de todo apoio. Seu pai era muito acolhedor, seus pais possuía um relacionamento amoroso e sem violência. A entrevistada lembra que em sua família nunca havia ocorrido abuso sexual, nem quando foi criança e nem com suas filhas. Suas filhas foram criadas por um padrasto e ele sempre tinha cuidado para que as pessoas não entendessem os cuidados dele como algo ilícito.

A neta de Cebola Brava foi vítima do padrasto duas vezes, o abuso sexual aconteceu na casa da genitora quando a menina ia passear aos finais de semana. Cebola Brava disse que o genitor da adolescente nunca foi a favor da ida da filha na casa da mãe, pois só confiava em Cebola Brava. Cebola Brava, sempre achou estranho o fato da neta não suportar o padrasto,

pois todas às vezes que a menina ia visitar a mãe, a vítima relatava brigas com o padrasto. A revelação do abuso sexual foi feita na escola. Ao tomar conhecimento de tal fato, a avó foi conversar com a adolescente e descobriu que o agressor, já havia tirado uma foto da vítima banhando e que na segunda e última vez ele a acariciou.

A avó diz que a mãe da adolescente não acredita na ocorrência do abuso, acusa a vítima de mentirosa, acusa a vítima de ser fantasiosa e defende o agressor, afirmando que o agressor jamais seria capaz de ser abusador. Cebola Brava diz que a mãe acredita mais no companheiro do que na própria filha, ainda completa dizendo que o agressor é tudo para a filha. Cebola Brava relata que a filha nunca criou nenhum dos filhos, todos foram abandonados, as duas mais velhas já são formadas, uma psicóloga e outra pedagoga e a mais nova ficou com Cebola Brava. A entrevistada fala que sua filha é mentirosa e submissa ao companheiro, sofre todos os tipos de violência provocada pelo companheiro. A entrevistada, completa dizendo ter certeza que a filha não se separou do agressor, pois já os viram juntos.

Sobre o agressor, Cebola Brava diz que o mesmo é um psicopata, muda de personalidade constantemente, morde as pessoas e já possui denúncias na Delegacia Especializada no atendimento às mulheres. O agressor sempre inferioriza a filha de Cebola Brava diante das pessoas, a entrevistada acredita que é uma estratégia do agressor, pois assim, baixa a autoestima da sua filha e permanece no controle sobre a mesma.

Quando indagada como a neta reagiu ao abuso, Cebola brava diz que a neta ficou mais carente, triste, agressiva, sem amizade na escola, sofre preconceito por ser introspectiva, na escola reprovou, pois não conseguiu concentração nos estudos, tem medo da mãe e do padrasto. A entrevistada diz ter pena da neta, pois ninguém da família gosta dela, por causa da mãe, a raiva que os tios sentem da irmã é transferido para a adolescente. Quanto ao pai da vítima, esse se mostra muito presente na vida filha. Cebola Brava diz que os únicos culpados de toda a situação é a genitora e o padrasto. A genitora por saber que a filha estava vivenciando essa realidade e não ter tomado as decisões corretas e o agressor por ter um desvio de caráter.

Tabela I: Dados do perfil sócio-econômico das mães/responsáveis por meninas que sofreram abuso sexual

Nº	Nome	Idade	Cor	Religião	Estado Civil	Escolaridade	Filhos	Profissão/Atividade	Renda Familiar
1	Cacto	34	Parda	Evangélica	Divorciada	6	4	Costureira	Até 01 Salário
2	Muçambê	55	Parda	Católica	Casada	2	4	Dona de Casa	04 a 10 salários
3	Mandacaru	36	Branca	Católica	Casada/ processo de separação	6	3	Chapeira	Até 01 Salário
4	Boa Noite	35	Branca	Sem religião	Casada	3	6	Autônoma	01 a 03 Salários
5	Salsa	42	Branca	Evangélica	Casada	3	2	Dona de Casa	01 a 03 Salários
6	Algodão	36	Parda	Católica	Casada	10	1	Jornalista	04 a 10 Salários
7	Jitirama	40	Negra	Evangélica	Casada/processo de separação	6	2	Auxiliar Administrativo	Até 01 Salário
8	Cebola Brava	67	Parda	Católica	Viúva	5	4	Pensionista	04 a 10 Salários

LEGENDA: Escolaridade: nunca estudou e não sabe ler ou escrever-1, alfabetizada-2, ensino fundamental incompleto-3, ensino fundamental completo-4, ensino médio incompleto-5, ensino médio completo-6, superior incompleto-7, superior completo-8 pós-graduação incompleto-9, pós-graduação

Completo-10.

Salário Mínimo: Vigente em 2018 = R\$ 950,00.

De acordo com a tabela I, as mães/responsáveis que fizeram parte dessa pesquisa, a maioria é parda (50%), de crença católica (50%), evangélica (37,5%) e sem religiões (2,5 %). A maior parte delas contribui (66%) para o sustento da família, a média da renda familiar das pesquisadas é em torno de um salário mínimo, ocupam profissões variadas como costureira, autônomas, atendentes em lanchonete, aposentada, jornalista e donas de casa e (37,5%) não contribuem financeiramente para o sustento da família. Em relação à quantidade de filhos, as entrevistas possuem em média de 01 a 04 filhos.

Tabela II: Características específicas das situações de abuso sexual

Idade da vítima no tempo da entrevista	Idade da vítima quando iniciaram os abusos	Abusador	A quem foi revelado o abuso	Responsável por notificar às autoridades	A revelação da vítima foi levada em consideração pela genitora	Sinais de abuso por parte da vítima	Consequência do abuso no comportamento da vítima
5	5	Pai	Mãe-tia	Mãe-tia	Sim	- Irritação nos órgãos sexuais -Agressividade -Sexualidade a florada	-Agressividade -Repúdio ao gênero masculino - Sexualidade A florada -Medo
15	11	Padrasto	Mãe-avó	Mãe-avó	Não	- Brigas com o padrasto - Baixo rendimento escolar	-Carência afetiva - tristeza - Agressividade - Sem laços de amizade - Ausência de concentração - Medo -Sofre preconceito
12	9	Pai	CAPS	Mãe	Sim	-Dores no corpo - Febre	- Nervosismo - Agressividade - Introspecção - Repúdio ao gênero masculino
12	12	Padrasto	Escola	Mãe-avó	Não	- Choros excessivos - Introspecção - Automutilação	- Tristeza profunda - Uso de drogas - Agressividade -Vergonha do

							corpo - Ansiedade
8	5	Pai	Mãe	Mãe	Sim	- Conflitos com o agressor	- Repúdio ao gênero masculino - Introspecção - Transtorno compulsivo obsessivo
7	6	Pai	Mãe	Mãe	Sim	- Medo do pai - Secreção vaginal - Irritação e escoriações vaginais	- Repúdio ao gênero masculino - Ausência de autodefesa - Introspecção
3	2	Pai	Mãe	Mãe	Sim	- Medo do pai - Secreção vaginal - Irritação e escoriações vaginais	- Repúdio ao gênero masculino - Ausência de autodefesa - Introspecção
8	6	Tio-avô	Mãe	Mãe	Sim	- Choros excessivos - Vermelhidão no ânus	- Dependência emocional da mãe - Medo - Agressividade - Tristeza - Repúdio ao gênero masculino - Ausência de autodefesa
17	10	Padrasto	Mãe/tia	Mãe/tia	Não	- Sexualidade aflorada - Tristeza	- Depressão - Obesidade - Doenças crônicas

5.2 O significado do abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar na voz de mães/responsáveis de menina vítimas.

É importante apresentar as características específicas do abuso sexual que abrangeram as mães/responsáveis pesquisadas, o que resulta na produção dos sentidos dessas mães/responsáveis acerca do abuso sexual sofrido por suas filhas, apresentado na Tabela II.

Os dados apresentados na Tabela II mostram que as realidades pesquisadas e

analisadas envolveu abuso sexual intrafamiliar, demonstrando que a violência foi cometida por alguém de confiança da criança e da família. De modo bastante peculiar, Mandacaru se destaca, por pedir a reabertura do processo no CREAS, no objetivo de continuar o acompanhamento da filha. Além de revelar que sempre esteve em alerta quando o quesito era o abuso sexual de seus filhos, ao contrário das demais entrevistadas, Mandacaru, sempre conversava com seus filhos sobre como reagir a uma tentativa de abuso sexual:

Eu sempre fui assim, atenta nessas coisas, eu sempre ensinei a ela, tanto a ela como o outro. Se alguém lhe chamar pra um canto meu filho não vai, pode ser uma pessoa conhecida meu filho não vá, não sente no colo de homem seja ele quem for seu pai, seu primo, seu irmão, um tio não sente. Eu sempre ensinei pra ela, né! E o que me chamou atenção foi o comportamento dela como eu sempre fico prestando atenção assim nos noticiários da TV, eu entro na internet eu procuro saber como é o comportamento da criança, se caso, acontecesse e eu sempre procurei saber dessa forma né, ai muitos dos casos né, é o comportamento da criança que muda né, e foi assim, que eu percebi o comportamento dela (Mandacaru).

Considerando o abuso sexual como um construtor social baseado no gênero, foi importante verificar a multigeracionalidade em mães/responsáveis de crianças vítimas de abuso sexual na infância, para saber se tal fenômeno já fazia parte de uma trajetória de vida. Dessa forma, constatou-se que a metade das entrevistadas vivenciaram situações de abuso sexual no contexto familiar de procriação ou afinidade, como revelaram essas mulheres: **“foi uma coisa a mais de 50 anos atrás, eu acho que aconteceu comigo”**. Foram com dois primos, filhos de uma irmã da minha mãe. Naquele tempo ninguém ia atrás de nada, inclusive eu guardei pra mim, meu esposo até hoje não sabe (Muçambê); **“Eu também sofri uma tentativa de abuso.** Eu tinha 05 anos e o vizinho queria porque queria abusar de mim. Foi quando minha mãe sentiu falta de mim e foi atrás de mim, é coisa de Deus mesmo ela ter sentido minha falta na calçada” (Jitirana);

(...) e eu fui tipo abusada lá em casa, pelos amigos do meu pai, aí eu queria ir embora lá de casa. Era, porque quando meu pai num estava, eles ficavam com coisa. Assim, querendo pegar em mim... com aquelas coisas, num tem? Nunca falei pra ninguém minha fia. Pra ninguém (Cacto).

Segundo Barbosa (2004), a maioria das mães que sofreram abuso sexual na infância, a nunca tiveram a oportunidade de falar sobre o assunto, pois afirmam não ser acreditada, causando uma sensação de desamparo e revolta (RAMOS, 2010), confirmando na escuta de algumas mães:

(...) teve penetração, eu sentia muita dor e não podia dizer nada, né? Um dia eu lembro muito mesmo, quando eu era muito pequena, eu quis falar para minha prima e ela falou “cala a boca, cala a boca” me prometeram foi uma surra, aí pronto, guardei para mim (Muçambê)”.

Nunca falei pra ninguém, minha fia. Pra ninguém. Pelo menos naquela época, era muito difícil falar sobre essas coisas, assim... Eu tinha medo. Eu tinha medo

de dizer pra mãe, tinha medo de dizer pro pai, eu num era de conversar assim com a mãe. E eu não tinha, eu não tinha conversa com o pai... ele era mais calmo, mas ele não conversava com nós, minha mãe era bruta. Quando eu comecei a namorar ela me tratava mal, o pai me tratava mal, hoje em dia, eu digo assim, que se eles tivessem me entendido eu não tinha ido embora, entendeu? (Cacto).

Pode observar que mães abusadas sexualmente na infância apresentaram um rompimento maior com seus cuidadores primários do que aquelas que não têm história de abuso sexual. De acordo com Leifer et al. (2004), mãe com história de abuso sexual na infância cujos filhos também foram abusados sexualmente costumam conviver um tempo menor com suas próprias mães, do que aquelas sem história de abuso sexual cujos filhos sofreram abuso, como se pode vê:

Mãe sempre foi muito durona, também nunca foi assim, essa mãe exemplar, ela era ignorante, bruta e até hoje ela é assim, mas meu pai sempre foi mais tranquilo (...) Eu achava que era a solução para minha vida, era eu ir embora, depois que eu fiquei maiorzinha, né? (Cacto).

Eu convivi muito com minha mãe e com a família da minha mãe. A família pra mim é muito importante. Minha família é muito unida. Hoje ela frequenta a casa da vó dela, a gente morava lá com minha mãe até o acontecido (Algodão).

Percebe-se que as mães/responsáveis não reconhecem a prática de violência vivenciada por elas como um fato de risco maior para envolvimento com companheiros abusivos, mantendo, assim, o ciclo de violência (SANTOS, 2007). Desse modo, Narvaz (2005) reafirma que mulheres que durante a infância sofreram abuso sexual, tornam-se mais vulneráveis para estabelecer relações conjugais abusivas, o que compromete de alguma maneira a capacidade de protegerem a si próprias e às suas filhas do abuso sexual. Confirma-se, ao falarem “não, porque eu sempre tive essa questão de casar ter um marido e um pai para meus filhos. Não, de ter filho como qualquer um, depois pegar outro e botar dentro de casa. Eu só não soube escolher o marido (Jitirana)”; “(...) eu lutei esses dezessete anos para ter uma família que eu imaginava... Eu tentei ser a mãe dos meus filhos e meus filhos ter um pai, só um pai (Cacto)”.

Nessa perspectiva, pode-se observar que as mães buscavam um casamento ideal como forma de fuga da realidade vivenciada no âmbito familiar e se tornavam assim mais vulneráveis a esses companheiros agressivos.

Minha vida assim num foi muito fácil, e minha mãe... se eu fui embora de casa com esse meu marido, é que fui uma pessoa que ficava em casa que sofria, e porque eu achava se eu me casasse ia melhorar, num tem? Aí eu me casei muito nova, tinha 16 anos quando fui embora, ficaram sem entender nem meu pai entendeu né? Depois de muitos anos e que ele foi compreender, e aí eu me casei com 16 anos (Cacto).

Nunca foi bom, digamos que eu casei para sair de um sufoco que eu tava. Eu morava em São Paulo com essa família que eu tenho. Só que ela tinha acabado de

casar, eu fui para ajudar no casamento e terminei ficando. Mas assim, eu ia voltar pra cá, mas pelo modo do meu pai, resolvi ficar, o casamento foi minha fuga (Jitirana).

Meus pais bebiam muito, minha mãe nunca foi mãe, ela só tinha o corpo, porque ela nunca foi mãe. Ela gostava de beber mais de ficar beba de se jogar no chão beba de dormi beba no chão, que meus irmãos até uma vez me chamando gostava muito de tá na casa de uma vizinha minha, essa eu considerava com mãe, porque ave-maria ela é realmente não foi uma mãe pra mim, aí eu na casa dessa vizinha meus irmãos chegaram lá me chamando, a mamãe morreu, a mamãe morreu, eu digo, não, a mamãe morreu não, a mamãe está é beba, mamãe não tá morta não, mamãe tá é beba. Papai agredia muito a mamãe, muito mesmo. **A gente não teve infância, nós sofremos muito** (Mandacaru).

Conforme Araújo (2002) em famílias abusivas é frequente a presença de conflitos sexuais no casal, como se pode confirmar através das falas das pesquisas “como eu não queria mais engravidar dele, eu resolvi não ter mais relação sexual com ele (Jitirama)”:

Como ele era muito agressivo eu não sei todas as mulheres, mas eu penso assim, eu não vou passar o dia todinho pegando coice de um homem e chegar à noite e ser mulher dessa criatura não, como eu dizia pra ele como que tu quer uma mulher se tu passa o dia todinho dando coice nela tu que a mulher esteja lá pra te servir? A dizer que eu estava tendo um caso na rua, aí é aquela história. Ai eu sei que depois de tudo isso foi que eles começaram a dizer que ele deixava sozinho, que ele pegava ela e botava no quarto, mandava ela ir pro quarto (Mandacaru).

ele ia deixar a mãe pela filha, eu acho que ele pensava isso, “vou conquistar ela para mim, ficar com ela, tanto que a mãe dela, falou assim, “um dia, ele falou pra mim, que não sabe o que faria com quem tivesse coragem de abusar da e ela engravidasse” (Muçambê).

quando ele chegava às meninas contam, que ele chegava querendo fazer com a mãe delas na frente das crianças e ela falava “vaificar com teu marido”, disse que ela falava, “ vai fica com teu marido que ela está querendo”, aí disse que a ia. Ele disse que o presente dela de 18 anos era uma barriga, que ele iria engravidar ela, estava só esperando, só que não chegou acontecer (Boa Noite).

As mães, de certa forma, afastam-se da função materna e delegam à filha o papel de mulher da casa. Assim, Amendola (2004), levanta O questionamento sobre o despreparo e o desconhecimento das mães, quando se refere à educação sexual. Esse despreparo acaba que proporcionando uma tolerância exagerada a atos considerados bizarros ou violentos (HABIGZANG, 2004). Essas mulheres apresentam medo, dependência afetiva e financeira de seus companheiros, sendo submissas às ordens da família de origem, demonstrando na maioria das vezes, obediência aos pais e reproduzindo esse comportamento na relação conjugal, ao evitar confrontos (SANTOS E DELL’AGLIO, 2008).

Segundo Araújo (2002), as mães vivem uma situação de confusão e ambiguidade diante da situação de extrema violência à qual suas filhas foram submetidas, às vezes, acabam “fechando os olhos” para a realidade. Muitas apresentam sentimentos negativos em relação a suas filhas, como raiva e ciúme ao mesmo tempo, e se sentem culpadas por não tê-las protegidas (ARAÚJO, 2002) e como diz Padilha & Gomide (2004), a relação afetiva das mães

com as filhas, no contexto do abuso sexual, podem acontecer de forma distante e ambivalente:

(...) a relação delas era muito ruim, porque elas brigavam muito, elas não se respeitavam, era como se fosse rivalidade. E a mãe dela perguntava tipo assim” tu fez isso com a ... e com a... tu vai fazer quando?”Ela se sentia culpada, ela falava que tinha medo dele, que ele ameaçava, que ela tinha medo, por isso, que ela nunca falou, ele proibiu ela de até andar na minha casa (Boa Noite).

(...) ela diz que não deixa ele por nada, porque ele não está mentindo, que ele está falando a verdade, quem está mentindo é a dona Yasmim. Ele é tudo pra ela, chegou a chamar a de cachorra tanto nome, mulher tanto nome, com essa menina por aquele cara (...) ela disse : você está falando a verdade, você não pode fazer isso com o Ela, acha que ameniza a ausência dela, colocando bolo de dinheiro para os meninos, só coisa chique. Ela trouxe três bolsas (Muçambê).

Para compreender todo o contexto do abuso sexual vivido pela mãe e sua consequente manifestação de sofrimento emocional ao tomar conhecimento do abuso sexual de sua filha, Santos e Dell’aglio (2008), destaca alguns aspectos relevantes como: se houve revelação para a família ou não, se as pessoas para as quais o abuso foi revelado acreditaram ou não, e se houve apoio por parte da família.

Então, a minha vida mudou totalmente depois do que aconteceu, minha vida e a vida dela mudou totalmente, como eu falei. E minha família também, mudou totalmente... tudo, tudo. Eu tinha uma vida, eu tinha um plano, minha família tinha uma vida, tinha um plano. A gente tinha uma maneira de ver a vida e hoje em dia a gente tem outra, entendeu? Porque quer queira ou quer não, a gente acaba mudando a maneira de ser por conta de um problema desses, porque é um problema muito sério. eu sempre tive apoio da minha família, Graças a Deus, eu tenho uma família muito boa, não tenho o que dizer da minha família, minha família é muito unida, todo mundo se ajuda, não existe problema de uma pessoa na minha família, o problema é de todo mundo. Quando acontece uma coisa com um, todo mundo se envolve, todo mundo ajuda, seja o que for, todo mundo tá ali, aquela grande família, muito unida, né... Igual aquela musica lá “Minha família é muito unida e também muito ouriçada...” é a minha família... minha família briga por qualquer razão, mas sempre pede perdão e sempre tá junto. Então pra mim é isso, é apoio, é tudo que eu posso... o mais importante na minha vida é minha família. (...) Então, quando aconteceu o problema, minha família toda foi afetada, porque quem descobriu não foi nem eu, foi uma tia minha através das câmeras de segurança. Eu tive que mudar minha vida completamente e por conta disso toda minha família teve que mudar a vida completamente. A minha família ficou altamente devastada, todo mundo ficou sem chão, todo mundo ficou... é... com problema, todo mundo ficou com insônia, todo mundo ficou preocupado, uma tia minha, inclusive, deixou de acreditar em Deus depois disso, ela era uma pessoa que acreditava em Deus, que rezava e depois disso ela parou de acreditar em Deus porque ela dizia que Deus não existe porque não protegeu uma criança inocente (Algodão).

A família é o amor, é união né, é o companheirismo é quando você tá no fundo do poço um chega pra você vem cá, te seguro. Como esse meu irmão, antes de eu voltar de novo pro meu ex-marido ele chegou pra mim e disse assim não volte minha irmã eu não vou te abandonar só como ele vive de aluguel... (Mandacaru).

Minha filha eu vou ser bem sincera, eles tão tipo assim... eu falei com a minha irmã, quando eu soube eu liguei pra minha irmã que é a que eu converso. E pra ela, desabafei e como lá em casa nunca tinha tido esse tipo de conversa, eu num falei nada pro pai nem a mãe, não. É e minha irmã disse que falou pra ela. **E minha mãe fica falando e ai, o já ligou? porque já faz é anos que ele sumiu, que ele nem liga”, eu disse assim “liga não mãe aí ela diz assim: Eu quero é ver até quando**

tu vai conseguir sustentar esses meninos. Pelo que ela fala eu acredito que ela quer que eu volte pra ele. Pela reação dela, eu acredito que sim. Eu vou ser sincera, eu não ia nem dizer nada, até fiquei triste com a minha irmã, porque ela falou, num era pra ela ter dito nada porque eu sempre resolvi minhas coisas só e eles nunca me ajudaram em nada (Cacto).

As consequências do abuso sexual das filhas são danosas para as mães, principalmente como no caso de Cacto e Jitirama, que não recebe apoio da família, o sofrimento as abate de várias formas. Segundo Narvaz (2005), a solidão, a tristeza crônica, desamparo, irritação, descrença e depressão são os sentimentos mais apontados entre as mulheres/mães que são junto com suas filhas vítimas do abuso sexual.

Imediatamente eu pedi demissão do emprego, eu fazia Direito, eu cursava Direito numa faculdade particular, eu também saí do curso. Eu saí da casa da minha vó, tive que alugar uma casa, tive que morar só, eu tive que... **eu tive que mudar minha vida completamente e por conta disso toda minha família também teve que mudar a vida. Eu sinto muita dor no meu coração por tudo isso, vivo triste e irritada.** (Algodão).

(...) ela vivia sentindo dor, eu levava pra médico, eu fiz tanto exame. Era dor no corpo mesmo, e eu levava pra médico, eu cuidava dela e nada de descobrir o que ela tinha, aí hoje, eu sei por que, porque ela era muito oprimida e não me dizia nada, hoje ela fica assim calada. É minha filha a pequenininha tinha 7 anos, tem dia que eu choro. Porque mãe, ela disse assim: mãe por que a senhora não vai ao centro pra ver se a senhora acha um pai pra mim já que o meu foi embora **ai eu choro e digo minha filha, não acha pai assim não, se o seu foi embora já pensou como é que vou achar um pai assim pra você. Depois de tudo isso, eu vivo um dia de cada vez. É muita dor, desamparo e tristeza. Só suporte tudo pelos meus filhos (Cacto).**

Eu estou levando, eu sei que mexeu muito com o psicológico tanto dela, quanto meu e dos meus outros filhos. O mais velho já era imperativo e teve seu quadro mais agravado depois do acontecido, meu outro menino, também desenvolveu problema. **Tudo por consequência dele, né?(Mandacaru)**

Segundo Souza e Minayo (1998) a violência é um fenômeno que apresenta agravos à saúde das vítimas e daquele que vivem juntamente com a vítima. As condutas do agressor expõem de forma direta não apenas a vítima primária, mas também, a mãe, irmãos e outros familiares que convivem em um ambiente com violência, ainda que seja na modalidade psicológica. Portanto, entende-se que tal prática interfere diretamente na qualidade e na capacidade de viver e de trabalhar das pessoas envolvidas.

No relato das mães/responsáveis muitas falam do medo e até mesmo da culpa, quanto aos sentimentos gerados pelo comportamento violento dos agressores de suas filhas. O medo é um dos sentimentos que aprisiona as mães/responsáveis a realizar imediatamente a denúncia, além de não quererem acreditar no que está acontecendo com sua família, o que faz tolerar o abuso por longo tempo. Sentimentos como impotência, ódio e mágoa atravessam o relato de muitas mães/responsáveis que se queixam por ter suportado tal situação por um

longo período.

O medo e a culpa aparecem de forma legítima no discurso das mães/responsáveis, torna-se então, um mecanismo utilizado pelos agressores para controlar a capacidade de obediência e reação das mães/responsáveis “ela falava que tinha medo, que ele ameaçava. Todo mundo lá, na verdade, tem medo dele (Boa Noite)”; “pra mim eu acho que eu tive culpa porque eu não devia ter ido trabalhar, eu não devia ter deixado eles, como ele tem o comportamento muito agressivo, eu me sinto culpada (Mandacaru)”; “não soube escolher o marido. Eu fiquei pensando, se eu estivesse me separado dele, quando ele começou a ir atrás de mulher, talvez não estivesse acontecido o que aconteceu (Cacto)”.

A violência provocada pelos agressores encontra respaldo no modelo de masculinidade pautado no machismo, na necessidade de controlar, ameaçar, amedrontar e produzir insegurança, tanto para vítima primária (meninas) quanto para vítima secundária (mãe) que diminuem, na mulher, a capacidade de autonomia e decisão, despertando sentimento de impotência “Ele agarrava no meu pescoço (Jitirama);” era autoritário, do jeito que ele queria, às vezes, ele até me humilhava, por causa disso. Eu fazia o que podia meu Deus, pra salvar meu casamento, ele tinha outras mulheres, quando eu sabia, fazia de tudo, pra não dizer que foi atrás na rua, porque não tinha em casa, eu ouvia tanto isso (Cacto);” ele era machista, ele era muito machista (Mandacaru)”.

O medo que provoca a culpabilização das mães/responsáveis, em geral, torna-se invisível o fenômeno da violência e provoca nas mulheres a necessidade de se isolar nas suas dores. Mesmo naquelas que fazem a denúncia, o medo permanece, porém, a denúncia é uma forte ferramenta de poder feminino frente aos agressores. A denúncia se configura como mecanismo institucional de proteção das mães/responsáveis ao seu favor para ameaçar e fazer os agressores pararem.

Portanto, observam-se dois movimentos de culpa nos relatos das entrevistadas. O primeiro é a culpa da própria mãe que reflete sobre o cuidado e proteção que não teve como mãe, e que deveria ter para não ter acontecido. Ou seja, relatam que deveria ter sido mais atenta, cuidadosa e protetora. Já o segundo movimento é imputado às mães pelas “responsáveis” quando examinam suas práticas como mãe e desaprovam os comportamentos de abandono e descrença nas filhas, em prol de um companheiro, de não agir ao desconfiar de abuso sexual à filha, de transferir o papel de esposa para a filha, uma espécie de mãe desnaturada.

5.2.1 Credibilidade dos relatos de abusos: entre afirmações e negações materna

Nem todas as mães/responsáveis entrevistadas relataram credibilidade imediatamente em relação ao abuso sexual sofrido por suas filhas. Porém, as mães/responsáveis afirmam que antes das confirmações as filhas demonstraram comportamentos que as levaram a acreditar no relato de suas filhas. Por exemplo, Mandacaru em vários trechos da entrevista expõe essa realidade: **“(...) eu acredito nas minhas filhas, até porque, os comportamentos delas mudaram muito, principalmente da mais velha”**.

(...) comecei a perceber o comportamento dela, não queria estudar, ela “armaria” nunca tinha me dado trabalho pra ir à escola, nunca tinha me dado trabalho pra fazer uma tarefa, ela começou a me dá trabalho pra ir pra escola. Pra fazer tarefa, não queria ficar com ele (...) o comportamento dela cada dia que passava era mais agressivo, ela não tinha dificuldade de relacionar com ninguém, ela estava começando a ter dificuldade a se relacionar na escola, ela não queria ficar na escola, ela não queria ficar sozinha, ela só queria ficar comigo (...) era um choro excessivo, quando eu saía, quando eu retornava para o serviço, era um grito que parecia que estava era espancando (...) Todo dia era isso, então isso, me chamou atenção que elas não eram assim (...) a outra ficava querendo beijar na boca da gente. Quando eu botava ela pra vestir fralda ela ficava se pegando passando a mão nas partes íntimas dela, tipo assim, isso não é coisa de criança

Assim, como Mandacaru, o relato de Muçambê mostra que a filha demonstrava comportamentos que levantariam suspeitas sobre o abuso, como visto na fala abaixo:

Ela se trancava dentro do quarto, ela se “azunhava”, puxava cabelo, ela se trancava no banheiro, ela ficava chorando. Ela não gostava de pegar em água sanitária, pois ela lembrava, e dizia que fedia aquela catinga (...) aí usou ela, usou depois mandou tirar os panos tudinho da cama lavar, botar na máquina pra lavar com água sanitária

Outro comportamento que chamou muito atenção foram as marcas psicológicas que o abuso sexual intrafamiliar acarreta na vida das meninas vítimas. Essa marca na filha de Cacto, fez com que ela desconfiasse do abuso e posteriormente, viesse a confirmar o relato da sua filha:

Porque quando eu comecei a levar meu mais velho, aí eu descobri, porque ela vivia **sentindo dor, eu levava pra médico, eu fiz tanto exame (...) dor no corpo mesmo, e eu levava pra médico, eu cuidava dela e nada de descobrir o que ela tinha. Aí hoje eu sei, por que, ela era muito oprimida e não dizia nada, hoje** ela fica assim calada, olha lhe digo aqui, eu desconfiava de alguma coisa estranha quando ele bebia né? Eu perguntava: Minha filha está acontecendo alguma coisa, minha filha quer me dizer? Seu pai está tão estranho. Aí ela dizia: tá acontecendo nada não, mãe. É coisa da cabeça da senhora. E eu: Não é minha filha, eu tô vendo seu pai muito estranho com você, ele olha pra você assim, estranho.

Um aspecto fundamental na revelação do abuso sexual sofrido pela criança é a presença de um adulto, adolescente ou criança mais velha, na família, ou em outro miscrossistema a ela relacionado, que se disponibilize a escuta-la, dando credibilidade e confiança a sua palavra, se sentido corresponsável pela proteção da criança (MACHADO, 2006). Mas durante os relatos de todas as responsáveis entrevistadas foi possível observar que

nem sempre esse suporte é vivenciado de forma positiva pelas vítimas do abuso sexual quando revelado as mães, como se pode perceber quando são indagadas sobre credibilidade dos relatos das vítimas.

Não, de jeito nenhum, não acredita. Acho que ela é mentirosa, inventa as coisas, inventa o que não é, fantasia, né? Nesse ponto aí, a mãe dela nunca acreditou nela. Eu acho que ela tem esperança. Ela diz que ela é mentirosa, tudo ela diz com ela. Ela nunca deu apoio a criança. Eu como mãe, acho que ela acredita mais nele, do que na menina. Porque, quando eu veja ela conversando, eu acho que ela acredita mais nele do que na “fia”. Quem não presta é a mãe dela. **Eu digo: como é que um homem faz isso com tua “fia” e tu ainda deixa esse homem na tua casa?** (Cebola Brava).

Eu desconfio que a mãe dela soubesse, porque foi 4 anos dentro de casa, não foi dizer assim, ele tirou ela de dentro de casa, dentro de casa e ela deu motivo pra mãe desconfiar (...). Hoje ela ainda diz assim: você é crente agora, né? Agora vamos vê se acaba com aquela mentirinha que você inventou, que você prejudicou muito o Sales (nome fictício), com a sua mentira. Minha ex-nora, diz que não deixa ele por nada, porque ele não está mentindo, que ela fala a verdade, quem tá mentindo é a dona Flor (nome fictício) (...) Ela chegou a chamar a Yasmin de cachorra, tanto nome com essa menina, por aquele cara. (Muçambê).

Eu acredito que ela sabe, sabe não tem como não saber, ela pegou uma carta no aniversário dela no ano que ela veio pra cá, disse: mamãe eu tenho uma coisa pra mostrar pra senhora, mas a senhora não fala pro papai, Flor (nome fictício) o que é, Flor (nome fictício). Promete que a senhora não vai falar pro papai? Prometo! Mãe vai lá pra dentro do banheiro a senhora olha e depois a senhora me devolve, ela pegou a cartinha entregou pra mãe dela **a mãe foi pra dentro do banheiro leu todinha quando voltou disse: pegue minha filha, guarde isso é, coisa mesmo de Pai pra Filha, essa carta tá lá em casa, essa carta tá na delegacia, acho que essa carta tá no CREAS** (Muçambê).

(...) eu comecei a xingar ela e eu comecei dizer que ela não tinha vergonha, que ela vivia com um homem que abusava da filha dela, foi quando ela se assustou e perguntou “ quem foi que me disse? E eu disse: ninguém me disse... (...) **A mãe dela é culpada**, porque ela tinha que ter procurado, ela sempre morou perto da gente, ela podia contar com alguém. Mas ela só falava que tinha medo, que ele ameaçava que ela tinha medo e por isso, que nunca falou. A mãe dela sabia que o presente dela de 18 anos era uma barriga, que ele iria engravidar ela quando ela completasse 18 anos, estava só esperando, só que não chegou acontecer, com 15 anos ela não aguentou mais, aí foi quando eu descobri (Boa Noite).

As mães que negam ou ignoram o abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas, conforme a reflexão de Saffioti (2005) são mulheres que sofrem influências do patriarcado através da relação conjugal vivenciada com o agressor, por meio de contrato social e/ou conjugal, pois, o homem já entra no contrato de casamento empoderado; e o contrato o torna mais poderoso. Assim, o casamento é legitimado pelo patriarcado, que manifesta a submissão feminina em detrimento da masculina.

Pateman (1993, p.16) defendendo a existência de um pacto original argumenta que “ a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição”. Como resultado, a presença do

patriarcado na vida das mulheres e na estrutura social, transcorre das relações sociais produzidas na vida social e conjugal refletidas significativamente na família e na vida dos filhos.

Segundo Machado (2006) essas mães temem de maneira exagerada a solidão e o abandono, possuem capacidades limitadas para tomarem decisões, com medo de ficarem desamparadas, essas não fazem exigências aos seus companheiros, como por exemplo, nas falas de Boa Noite:

Mas ela só falava que ela tinha medo que ele ameaçava que ela tinha medo por isso que ela nunca falou, ele proibiu ela de até de andar na minha casa quando ela chegou de São Paulo ela teve que pegar uns documentos pra ajeitar o Bolsa família dela. Aí ela veio até lá em casa e disse que um dia se ele andasse lá em casa e perguntasse não era pra eu falar que ela tinha vindo mais, por que ele não queria que ela andasse lá em casa com medo dela me contar.

(...) quando a gente estava lá, ele queria o tempo todo fazer relação. Com minha irmã. **Ele chamava ela pro banheiro e levava ela a força e ela tinha que ir e ele fazia e saía com a cara mais limpa e falava assim: olha num foi tão rapidinho?** Foi tão rapidinho ele falava.

Dessa forma, Botelho (2014) afirma que essas genitoras, aceitam a violência sofrida por suas filhas, pois necessitam manter essa ligação de dependência afetiva, submetendo assim, suas filhas e toda sua família a companheiros agressivos ou abusivos, como por exemplo, mostra na fala de Cebola Brava :

ela é dominada por ele, ela é capaz de ser a favor dele e contra mim. Ele desmoraliza ela, ela dá lugar, tinha que ter cortado desde começo, isso depende de nós. Ela fica no domínio dele. Quando a gente fala dele, ela se arreventa. Sabe como é mulher, que tem medo de homem, termina morrendo. Já disse pra ela, esse caboco vai ser teu fim, esse moleque vai te enterrar. Um homem nunca fez nada comigo e minhas filhas, porque eu era violenta. Sabe o que ele diz pra ela, “Tu não me deixa, te tenho na minha mão.

Diante da fala de Cebola Brava é possível observar que a mãe possui uma codependência em relação ao seu companheiro, pois esta acostumada a encontrar a sua identidade através das ações ou das necessidades do outro, percebe-se que a afetividade continua sendo de domínio das mulheres (GIDDENS, 1993). Assim sendo, Giddens (1993) coloca a importância em se compreender o surgimento da ideia do amor romântico em relação a vários conjuntos de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII, sendo um deles a criação do lar, que subordinava a mulher a essa condição, ajudando a mantê-las no lar, unindo-se com a ideia do amor eterno, ao casamento e maternidade, sendo por outro lado, um compromisso ativo e radical com o machismo da sociedade moderna. Assim, a promoção do amor, tornou-se predominantemente tarefa das mulheres. Entretanto, Giddens (1993) afirma que, o desenvolvimento dessas ideias foi expressão do poder das mulheres, uma

“asserção contraditória de autonomia diante da privação”.

Ainda sobre a negação do abuso sexual pelas genitoras de meninas, Ramos (2010) levanta outro motivo que leva as mães a não acreditarem em suas filhas, é o distanciamento da mãe com a filha, deixando a criança/adolescente em situação de extrema vulnerabilidade e risco. Podemos observar a confirmação dessa realidade nas falas das entrevistas: **“Era muito ruim a relação delas duas**, porque elas brigavam muito, elas não se respeitavam, eram rivais (...) elas brigavam muito e eu vinha no Conselho (...) (Boa Noite)”; **“Mãe e filha não se entendem, brigavam e discutiam muito**, e ela fala que a menina é mentirosa (Cebola Brava)”; Elas brigam muito! Elas brigam (Muçambê).

As mães reconhecem que sua função na vida das meninas é de segurança e auxílio para enfrentar a situação traumática. De acordo com Narvaz (2005), essas mães/responsáveis que acreditam nos relatos das vítimas, implementaram ações para protegê-las, são também as que mais buscaram questionar, diante da desconfiança acerca do abuso.

(...) hoje ela fica assim calada, olha lhe digo aqui, quando eu desconfiava de alguma coisa estranha, quando ele bebia né, eu desconfiava, perguntava minha filha: **Está acontecendo alguma coisa, minha filha, quer me dizer? Seu pai está tão estranho**. Aí ela dizia “está acontecendo nada não, mãe. É coisa da cabeça da senhora”, e eu “Não é minha filha, eu estou vendo seu pai muito estranho com você, ele olha pra você assim, estranho (Cacto).

Ela só disse assim, ela chorava, dizia mãe, ela me abraçava, pedia desculpa, porque eu perguntava a ela e ela não falava entendeu? Acho que isso era a culpa dela, **porque eu sempre perguntei, seu sempre tentei assim passar pro meus filhos pra eles confiar em mim, por que eu não tive confiança eu tentei fazer pro meus filhos o que não fizeram comigo, você entendeu?** Aí fiquei nesse negocio e estou até hoje desse jeito, só que hoje eu já superei muita coisa (Cacto).

Um dia minha sobrinha perguntou assim pra mim “tia, você se acha culpada do que aconteceu com a Rosa (nome fictício)?” eu disse, “não, eu não me acho culpada meu amorzinho, porque em primeiro lugar ela me contou a história, eu me acharia culpada se ela tivesse me contado a história e eu não tivesse tomado uma providência, e tivesse continuado deixando ela e acontecer o pior. Aí sim eu era culpada, porque a bichinha me falou e eu não tomei uma providência, **mas como eu tomei uma providência urgente, eu não sou culpada de nada**. Pois é, o culpado é ele. **Porque tem gente, que a criança tá contando a história e não acredita e eu acreditei na criança. Entendeu? Vai dizer que a criança tá mentindo. Não é verdade? Mas eu fiz o exame, a prova está lá. Imediatamente eu pedi um exame de corpo e delito lá, foi feito na mesma hora**. Ele é Secretário do município... Secretário lá, o bicho véi, se acha ele... deixa se achar. Eu acredito que um dia a justiça vai ser feita (Salsa).

Eu quero saber o que tá acontecendo aqui quando eu não estou em casa, e ele: você está querendo dizer, o quê? **Não, eu não estou querendo dizer nada, só quero saber o porquê dessas crianças não quererem ficar contigo...** Isso não era assim, aí eu cheguei conversando com ele, **perguntando pra ele o que estava acontecendo**, e ele não: não sei de nada não. Ele se auto acusou: se você está me acusando de alguma coisa, você pega e vá da queixa de mim, vá fazer exame nelas, vá fazer exames nelas, se você tá me acusando de alguma coisa (Mandacaru).

Narvaz (2005) aborda as posições que as mulheres/mães ocupam na cena do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. Para a autora, existe uma associação entre ditames patriarcais e capitalistas nas práticas violentas que ocorrem no âmbito familiar, especialmente no abuso sexual. Essa associação reforça a ideia patriarcal da vitimização e da submissão feminina, articulando com discursos sobre a culpabilidade e cumplicidade materna diante da violência sofrida pela filha (NARVAZ, 2005).

Nessa abordagem, Narvaz (2005) afirma que as mulheres/mães cujas filhas sofrem abuso sexual de seus companheiros, possuem comportamentos contraditórios, ora cumpre, ora insubordina a ordem patriarcal, ou seja, assume posição de resistência ou de submissão, em diferentes ciclos de sua existência. Narvaz (2005) mostra que essa visibilidade às formas de resistência das mulheres/mães diante dos abusos sofridos por suas filhas, rompe com o modelo patriarcal homogeneizante da dominação das mulheres como “vítimas assujeitadas”.

A posição de submissão de uma mulher/mãe de vítimas de abuso sexual intrafamiliar para Narvaz (2005) está associada a repetidas vivências de violência ao longo das histórias de vida, “relações violentas assentadas em ditames patriarcais que prescrevem, há séculos, a obediência e a submissão das mulheres aos desejos e abusos masculinos através da violência e do medo (NARVAZ, 2005, p.129)”. Dessa forma, a posição de submissão é caracterizada pela aceitação e pelo silenciamento da mulher/mãe diante da violência sofrida pela filha. Narvaz (2005), explica que a multigeracionalidade do abuso sexual intrafamiliar, provoca nas mulheres/mães de meninas vítimas do abuso sexual intrafamiliar a ausência na “capacidade de ação protetiva” das filhas. A autora defende ainda que o relacionamento de mulheres com parceiros violentos deve ser considerado como algo da lógica patriarcal, que impulsiona a mulher a idealizar sua dependência feminina a uma figura masculina.

Porém, Narvaz (2005) levanta uma reflexão acerca da negação e do silêncio materno diante do abuso sexual, pois ao invés de ser tratada como forma de cumplicidade da mãe, a autora considera como uma medida de proteção e defesa de estigmas e possíveis formas de revitimização institucional e social, pois o sentimento de vergonha, culpa, medo e os tabus sexuais e valorização excessiva da virgindade estigmatizam as mulheres. Dessa forma, Narvaz (2005), enfatiza que as mulheres/mães que não recebem apoio da família e de ausência de amparo emocional para agir, podem resignar o sofrimento, não acreditando na possibilidade de romper com a condição de “assujeitamento” imposta pela violência, mantendo-se sempre refém do agressor.

Além das mulheres serem vítimas do ideal materno, em que explicam através do

estreitamento do ideal materno focado na concepção de proteção, cuidado e dedicação e na ausência de limitações. Entretanto, precisa-se alertar para problematizar e questionar “os processos e as condições sociais e históricas através dos quais ele foi produzido” (BOTELHO, 2014, p. 40), pois se sabe que a maternidade é designada à mulher como algo dado e invariável. Essa maternidade protetiva é chamada por Motta (2008) de mito da “boa mãe”, a ideia de mãe devotada unicamente para os filhos, transmitida de geração a geração e continua agindo em torno do sistema familiar, pois é eficaz para os costumes familiares e a distribuição de papéis.

Dessa forma, conclui-se que quando as mulheres/mães/ responsáveis uma posição de resistência, demonstram reações de apoio e crédito para com sua filha, e transgredem os ditames da ordem patriarcal de obediência e submissão feminina aos homens por meio de diversas estratégias de enfrentamento às violências sofridas por elas e suas filhas. Então, para Narvaz (2005), existem dois fatores que contribuem para a posição de resistência das mães é a revolta contra a opressão do poder patriarcal e o acesso a uma rede afetiva e social competente e disponível para o atendimento às mulheres/mães e suas filhas.

5.2.2 Sinais e consequências do abuso sexual no comportamento das meninas vítimas

Diante da realidade do abuso sexual intrafamiliar, Botelho (2014) afirma que as mães/responsáveis recebem informações acerca do que as filhas estão vivendo, através de vários sinais, como por exemplo: em uma denúncia informada pela rede de atendimento da criança/adolescente, a revelação feita pela própria vítima, observação de sinais físicos-comportamentais como observado abaixo: “Eu soube pelo diretor do colégio. Ele ligou para minha filha dizendo que ela estava morrendo de chorar, ela contou para professora”; Na fala de Algodão, ela fala que observou sinais em sua filha, como destaca “**ela estava trancada, fechada, muito reclusa, ela estava com T.O.C (Transtorno Obsessivo Compulsivo)**”.

Determinado dia, minha filha começou ter uma crise de choro. Ela não queria entrar em casa (...), então ela dormiu na casa de uma amiga, porque já estava chamando atenção do povo que passava na rua. Aí fui buscar no outro dia, mas ela não quis voltar para casa, perguntei a ela o que estava acontecendo, seu eu ou meu filho tinha feito alguma coisa. Aí ela disse que não, tinha sido o pai que tinha mexido na vagina dela (Jitirama).

(...) o que foi que houve meu amor, que você tá chorando desse jeito, no instante que ela levantou a cabeça, né? A minha casa, lá onde eu morava era aquelas americanas, sabe a cozinha, no entanto, ele estava na parte da cozinha, no instante que ela levantou a cabeça ela olhou pra mim e olhou pra ele (...) **Aí quando ela olhou pra ele, que olhei assim pra cara dele e ele quis desviar o olhar eu percebi que alguma coisa estava acontecendo, eu disse assim não... eu já estava desconfiada então agora eu posso praticamente ter a certeza que algo estava acontecendo**

com essa criança, aí ela não falou, não teve nada no mundo que fizesse ela dizer, por que que ela estava naquele choro todo, eu perguntei ela disse que era uma dor na perna (Mandacaru).

(...) **ela vivia sentindo dor, eu levava pra médico, eu fiz tanto exame. Era dor no corpo mesmo, e eu levava pra médico, eu cuidava dela e nada de descobrir o que ela tinha, aí hoje, eu sei por que, porque ela era muito oprimida e não me dizia nada, hoje ela fica assim calada.** É minha filha a pequenininha tinha 7 anos, tem dia que eu choro. Porque mãe, ela disse assim “mãe por que a senhora não vai no centro pra ver se a senhora acha um pai pra mim já que o meu foi embora” ai eu choro e digo minha filha, não acha pai assim não, se o seu foi embora já pensou como é que vou achar um pai assim pra você (Cacto).

A criança/adolescente abusada quando não consegue se expressar verbalmente, ela demonstra, quase sempre, mensagens que testemunham seu sofrimento. Essa demonstração de mensagens se dá, muitas vezes, através do comportamento, sintomas ou desenhos (MACHADO, 2006). A referida autora, afirma existir uma grande quantidade de sinais ou sintomas associados à violência sexual, porém, chama atenção que nenhum sinal isolado é específico de abuso sexual, pois deve observar um conjunto de sinais indicativos, que podem ser físicos ou comportamentais. Segundo Machado (p, 29, 2006), vários transtornos surgem com efeitos em longo prazo, tais como:

(..) pânico, fobias, TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo); transtorno dos afetos: depressão, tentativa ou suicídio levado a cabo; transtornos de personalidade: borderline, anti-social; transtornos psicossomáticos; isolamento; alcoolismo; prostituição; reedição da violência.

Além dos sintomas a efeitos em longo prazo, são considerados também indicadores ou sinais apresentados pelas crianças ou adolescente abusados sexualmente ao exemplo de:

(...) traumatismos e lesões diversas na genitália e/ou anus, dilatação himenal, sangramentos, corrimentos vaginais, vômitos e dores de cabeça. Distúrbios do sono, pesadelos, vigilância aumentada, mudanças repentinas de comportamento e de humor, comportamento agressivo, mau desempenho escolar, idéias delirantes, pensamentos intrusivos, sintomas depressivos, angústias, condutas antissociais, baixa autoestima, medo, desconfiança, resistência ao apego, fuga de casa ou da escola, resistência em voltar para casa depois da escola; muito medo de ser tocada durante o banho ou por ocasião de consultas médicas ou resistência para tirar a roupa; comportamento sexual exacerbado (masturbação compulsiva, manipulação de outras crianças, exibicionismo) (MACHADO, p.29,2006).

Pode observar alguns desses sintomas, nos casos pesquisados, de forma bem explícita nas falas das mães/responsáveis.

(...) ela tinha um **problema de assadura**, aí eu botava pomada, né? Na vagina dela, né, botava pomada, né? Aí ela chegava de lá ela disse assim... na hora do **banho, ela falava : não mamãe, tá ardendo** (Salsa).

(...) **não queria estudar, nunca tinha dado trabalho pra ir à escola**, nunca tinha me dado trabalho pra fazer uma tarefa, começou a me dá trabalho pra ir pra escola, pra fazer tarefa (...) **o comportamento dela era cada vez mais agressivo** (...) uma vez eu lavando a roupa, percebi que a calcinha dela estava com **corrimento**, ela

começou a se queixar de tá vermelha, tá ardendo, eu pensei que ela estava assada, mas ela já estava com **escoriação** (Mandacaru).

As consequências do abuso sexual infanto-juvenil estão presentes em todos os aspectos da condição humana, deixando marcas físicas, psíquicas, sociais, sexuais, que comprometem seriamente a vida da vítima. Segundo Furniss (1993) as consequências ou a gravidade dos efeitos do abuso sexual dependem de predeterminações de cada vítima, como por exemplo, idade da criança quando houve o abuso, a duração e quantidade de vezes, o vínculo entre vítima e abusador, a diferença de idade entre a pessoa que cometeu e a que sofreu o abuso, entre outros.

De acordo com os discursos das entrevistas, destacam-se algumas manifestações psicológicas das vítimas, como: medo do agressor e de pessoas do sexo do agressor; queixas sintomáticas; isolamento social e sentimentos de estigmatização; quadros fóbico-ansiosos, obsessivo-compulsivo, depressão; distúrbios do sono, aprendizagem; sentimentos de rejeição, confusão, humilhação, vergonha e medo. Já os danos tardios podem se manifestar através de ocorrências e incidências de transtornos psiquiátricos como dissociação afetiva, pensamentos invasivos, e fobias mais agudas; níveis mais intensos de medo, ansiedade, depressão, raiva, culpa, isolamento e hostilidade; redução na compreensão de papéis mais complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais; abuso de álcool e outras drogas.

Ao discorrer sobre as consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes, é essencial pensar que o abuso sexual compreende uma violação do corpo da vítima que, muitas vezes, sai com ferimentos na própria pele. Percebem-se no discurso das mães/responsáveis consequências orgânicas no corpo das suas filhas, como: lesões físicas gerais; lesões genitais; lesões anais; corrimentos vaginais, entre outros. Essas lesões genitais que não se dão somente pela penetração e sim por meio da introdução de dedos e objetos no interior da vagina das vítimas; lesões que deixam manifesto o sadismo do agressor, lacerações dolorosas e sangramento genital; irritação da mucosa da vagina, como é o caso da neta de Muçambê.

Outra situação que compromete a vida das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é o segredo. Assim, afirma-se que o silenciamento viola, oprime, envergonha e, muitas vezes, desumaniza, constituindo uma reação natural à situação vivenciada, pois se trata de um cidadão em condições especiais de desenvolvimento, submetido a uma relação assimétrica de poder (física e/ou psicológica) que, muitas vezes, se estende para além do controle e domínio da vítima propriamente dita (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 283).

Os comprometimentos psicológicos ocasionados pelo silêncio são alimentados por uma angústia dupla, pois a vítima ao guardar o segredo por temer o agressor e não contar por temer não ser acreditada pela genitora ou pelo restante da família. Segundo Prado (2004), é possível perceber que, ao mesmo tempo em que a vítima não denuncia o agressor, ela também paralisa, não conseguindo se proteger por outros meios como se faltassem recursos mediadores para sua proteção. Dependendo da idade da vítima, muitas vezes o recurso mediador passa pela ordem simbólica, podendo ser aquilo que ela é capaz de mostrar ou dizer com suas palavras ou comportamentos.

Consoante Gael (1997) o incesto tem consequências mais severas e duradouras. Isso porque provoca uma confusão em relação às imagens parentais: o pai deixa de desempenhar um papel protetor, articulado e associado à debilidade e omissão da mãe diante do fato. Durante as falas das mães/responsáveis, percebe-se que ocorreu uma inversão de papéis, nos quais as vítimas foram colocadas no lugar de parceiro pseudo-igual no relacionamento sexual e os papéis familiares passam a ser vivenciados de forma confusa, descaracterizando a família como o lugar de crescimento, confiança e apoio.

5.3 O comportamento das mães ou responsáveis frente à compreensão do abuso sexual e estratégias de proteção das filhas vitimadas

De acordo com Santos e Dell' Aglio (2013) o comportamento das mães/responsáveis de questionar as vítimas é uma estratégia para compreender melhor o abuso sexual sofrido por suas filhas, além de avaliar quais as ações de proteção necessárias para que haja um enfrentamento efetivo ao abuso sexual intrafamiliar. Diante das análises dos discursos das mães/responsáveis, observou-se que todas as entrevistas, após a descoberta do abuso sexual, buscam afastar as vítimas do contato com o agressor, seja por meio da sua supervisão ou sob cuidados de um familiar responsável. Além de estarem inseridas nos serviços que realizam acompanhamento psicossocial às vítimas, através dos Serviços da Rede Sociassistencial, bem como a rede de atendimento particular.

Eu saí da casa da minha vó, tive que alugar uma casa, tive que morar só com minha filha, pois o agressor, além de ser da família, também era vizinho, né? Eu demorei dois dias para denunciar (...) porque eu fiquei digerindo aquela questão (...) **eu conto com a ajuda de uma psicóloga que é sexóloga também, e que é especialista nesses casos (...)**(Algodão).

Eu tive que decidir sair de casa, porque o Conselho Tutelar de lá, tinha dito, se eu não saísse do ambiente que ele estava, eu ia perder meus filhos para Justiça. Aí fui para casa de minha amiga, enquanto isso, **o Creas e Conselho Tutelar de lá estavam ajitando para que eu pudesse vir pra cá** (Jitirama).

Eu já estava com três meses que tinha saído de casa, porque ele é uma pessoa agressiva, na sexta feira, ele simplesmente quebrou a porta do meu quarto. Ele quebrou a porta do meu quarto assim do nada, passei a noite todinha sentada no sofa com a mais velha e ela dizendo, “ papai vai matar a gente” e eu falando: vai não, meu amor, se acalme que ela não vai, queria quebrar a casa todinha (...) **quando foi no sábado, eu peguei as duas meninas e fui me embora pra casa do meu irmão (...) quando a gente se separou o Conselho Tutelar mandou chamar ele... (...) meu menino está fazendo acompanhamento psicológico por casa disso, as duas meninas também estão fazendo acompanhamento** (Mandacaru).

(...) Aí eles ligaram, eu disse que não era pra deixar ela sair de lá, que eu ia busca ela, e eu fui buscar, só porque quando eu cheguei lá, ele já tinha encontrado ela e já tinha levado ela pra casa, eu liguei e falei que queria falar com ele, aí ele veio lá da casa desse homem que ela estava, só que ele já tinha pegado ela e ele voltou. Aí eu falei com ele, **eu vir buscar a Girassol (nome fictício)**, ele disse assim: a Girassol não vai e eu digo só saio daqui com ela, aí ele falou assim, pois vamos lá em casa, chegar lá tu conversa com ela se ela quiser te acompanhar ela vai, se ela não quiser... e quando chegou lá ele falou assim, Girassol está aqui tua madrinha, veio te buscar tu vai? Aí ela disse assim, eu vou! Aí ele disse assim: olha, pois fique sabendo se você passar por essa porta, você nunca mais entra aqui ...você é quem sabe, e você nunca vai mais ver seus irmão, nunca mais ver sua mãe desse jeito. **Aí falei: Girassol, bora eu vir te buscar só saiu daqui contigo e ela falou: bora madrinha**, aí na hora que ela falou assim, a mãe dela começou a chorar, ele foi falou que a Girassol não vinha só, que tinha que trazer a mãe, eu disse tudo bem, **eu levo. Aí eu trouxe toda duas. Ela fez tratamento na Maternidade Evangelina Rosa** (Boa noite).

Porque sempre quando deixo ela sozinha ela faz alguma coisa, alguma arte e aí a **psicóloga** já me aconselhou de evitar deixar ela sozinha, principalmente quando vejo ela assim muito pensativa, pra mim não deixa ela só, aí eu fico assim... (Cacto).

Para Santos e Dell’aglio (2013) as medidas protetivas para o enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar sofrido, mudam a rotina e dinâmica familiar, sendo possível que estendam aos demais membros da família. Assim, observa-se muito profundamente essa afirmação de Santos e Dell’aglio (2013), na fala da mãe Algodão, bem como das outras mães/responsáveis:

Então, **a minha vida mudou totalmente depois do que aconteceu, minha vida e a vida dela mudou totalmente, como eu falei. E minha família também, mudou totalmente... tudo, tudo.** Eu tinha uma vida, eu tinha um plano, minha família tinha uma vida, tinha um plano. **A gente tinha uma maneira de ver a vida e hoje em dia a gente tem outra, entendeu? Porque quer queira ou quer não, a gente acaba mudando a maneira de ser por conta de um problema desses, porque é um problema muito sério.** E, infelizmente, é um problema muito comum, porque no dia que eu fui denunciar tinham vários casos, né? No dia da denuncia (Algodão).

É, mudou assim, que a gente tem que amparar mais ela, dar mais atenção, carinho por ela, porque o que aconteceu ela não tem culpa do que aconteceu, né? Mais paciência e tudo e vê que aquele homem não existe mais pra ela, tendeu? O que ele fez com ela não tem cabimento uma coisa dessa, entendeu? A gente aceitar, assim... (Salsa)

(...) **quer a casa que eu não estou tendo condição de pagar e eu quero que ele pague, eu quero que ele pague não por mim, mas porque com que ele fez com eles, por que ele não só agrediu não só molestou minha filha, mas ele agrediu fisicamente, emocionalmente tanto ela como o mais velho, o mais velho também ele sofreu muito, o mais velho sofreu muito em relação a ele**, ele toda vez que ele estava com raiva de mim ou quando ele se envolvia com alguém na rua, eu sabia,

que a mulher sabe quando o companheiro tá com outra pessoa. A primeira coisa que ele agredia era o menino, isso porque é filho dele e é a cara dele, então agredia muito meu menino, **por contas dessas agressões meu menino tá fazendo acompanhamento psicológico por causa disso** (Mandacaru).

Paulino (2005) faz uma análise a cerca da participação de outras pessoas da rede de afetividade da mãe/responsável e da criança/adolescente no processo psicossocial e judicial sobre o abuso sexual. Nessa mesma perspectiva, Baía (2013) destaca sobre a influência que as crianças/adolescentes e seus familiares recebem da consciência da cultura e rede social, resultando na preocupação de que os outros estão observando, julgando ou encorajando. Nessa dimensão foi observado que, em pelo menos quatro dos casos estudados, as mães/responsáveis relatam que possuem pessoas da família e amigos que não sabem sobre o abuso sexual sofrido por suas filhas, o que mostra nas suas falas a dificuldade em desenvolver com essas pessoas um grau de intimidade e confiança para relatar o episódio do abuso sexual, como, por exemplo, “O pai dela sabe, **mas os vizinhos não**” (Cebola Brava); “(...) **Meu pai não sabe**, porque não acho bom ele saber. **Minha mãe, não sabe (...)** **Tenho irmã, tenho irmãos, mas ninguém sabe** (Jitirama)”, além dos demais exemplos abaixo:

Sabe assim, porque minha mãe tem o dom de sair espalhando a história pra todo mundo. Até os vizinhos sabem. **Mas, meu pai não sabe, até porque ele é muito amigo do meu ex-marido.** Tudo o que acontece em minha vida, que meu pai sabe, ele conta para meu ex-marido (...) **Não, mas eles nao sabem, a família do meu ex-marido, também não sabe** (Mandacaru).

Minha filha, eu vou ser bem sincera, eles tão tipo assim... eu falei com a minha irmã, quando eu soube eu liguei pra minha irmã, que é a que eu converso. E pra ela, desabafei e como lá em casa nunca tinha tido esse tipo de conversa, **eu num falei nada pro pai nem pra mãe não** (Cacto).

Conforme Baía (2013) quando as mães/responsáveis não revela para a rede de apoio sobre o abuso sofrido pelas filhas, rede de suporte permanece unicamente ao nível do suporte materno, resultando em sobrecarga psicológica e emocional das genitoras e responsáveis. No decorrer do estudo, essas mães/responsáveis que não revelaram para rede de apoio o episódio do abuso sexual foram percebidas que essas se sentem sozinhas ao longo de todo processo de revelação e enfrentamento as consequências do abuso sexual na vida das filhas e dos demais familiares, pois como já foi discutido, o abuso sexual intrafamiliar provoca mudança em toda a dinâmica familiar.

A irmã dele que ando lá em casa e disse assim: Maria (nome fictício) tu sabendo que o Francisco (nome fictício) mais a tua irmã já chegaram de São Paulo?, Eu disse: não, aí ela disse: pois mulher, vai visitar tua irmã, **porque ela está com depressão**, foi quando eu fiquei sabendo e comecei a frequenter eles (Boa Noite).

Pra mim puder até mesmo “espairecer” mais? **Tem hora que fico tão sobrecarregada, tanto problema eu olho do lado, olho do outro, eu vejo tanto problema e tento assim eu sou muito assim de ficar...sou muito de pensar e**

refletir antes de fazer as coisas (Cacto).

Diante das análises das entrevistas, observa-se que gerou uma dificuldade a nível pessoal e social para as mães/responsáveis, pois houve uma acentuação das práticas maternas no campo da supervisão comportamental, diálogo e estabelecimento da confiança na relação com a vítima (RAMOS, 2010), como, por exemplo, na verbalização de algumas mães/responsáveis: “Porque assim, até mesmo hoje, depois de tudo, **eu controlo mais meus filhos** (Jitirama)”.

E assim, eu tento ser o mais próxima dela possível e ao mesmo tempo tentar ser amiga dela, eu tento educar, não fazer todas as vontades, impor regras, mas isso é muito delicado, é dentro de uma situação muito complicada pra mim (Algodão).

Porque eu passo a mão na cabeça dela, eu digo se eu passasse a mão na cabeça dela, ela não era assim, era doce, era uma menina boa, tu que nunca fez isso, eu não boto ela no meu colo, **eu tenho que dar o que é bom pra ela, né?** (Cebola Brava).

(...) **e hoje ensino pro meus filhos, sempre falo**, gente olha, nós tem que saber o que nós quer.. meu filho você tem que querer as coisas e lutar por aquilo que você quer, aí eu até disse pra ele, lutei tanto pelo o que eu queria, hoje eu quero ver vocês tudinho estudando direitinho, entendeu? Eu tento passar pra eles e eu gosto muito de ler, num tem? Eu leio muito, eu gosto de aprender, e agora to lendo sobre esses problemas agora de ansiedade, aí eu sei lhe dar quando eles tão ansioso eu já to mais ou menos até mesmo pra me ajudar tava ruim, eu comprei esse livro mais pra me puder aprender superar esse negocio, respirar, falar as coisas, chorar...**Até porque mesmo, eu não posso deixa ela sozinha assim, entendeu?** Porque sempre quando deixo ela sozinha ela faz alguma coisa, alguma arte e aí a psicóloga já me aconselhou de evitar deixar ela sozinha principalmente quando vejo ela assim, muito pensativa pra mim não deixa ela só, eu fico assim...(Cacto).

Aí eu fui e comecei a fazer o acompanhamento psicológico, né?Aí eu comecei, **comprei um caderno tanto pra ela como pra mim, disse assim, neném bora fazer assim, mamãe vai contar o que ela tá sentindo de triste e tu vai me dizer o que tá dentro de ti que tá ti entristecendo também, ela disse: Tá bom mamãe!** Aí foi quando ela pegou e fez o desenho dele fazendo o que ele fez com ela, passando a mão, enfiando o dedo nela (...) Com ela tá assim, devagarinho, né? Porque ela tem ciúme da mais nova, mas como que tava do ano passado pra cá, tá bem melhor, ela já tá mais se aproximando de mim, ela já tá mais carente, mais carinhosa, ontem mesmo como eu trabalho na lanchonete do meu irmão e ontem foi minha folga ela virou pra mim disse assim: **A senhora vai folgar amanhã, pois a senhora não vai pra lugar nenhum, vai ficar o dia todo com a gente. Aí eu não, tá bom, a mamãe não vai sair não...** (Mandacaru).

Eu disse: **não, não se preocupe não, que minha fia, vai morar é aqui. Se preocupe não.** Aí quando foi um dia, ela tava com medo de eu dizer, eu disse assim: **Jasmin (nome fictício), não se preocupe, ele é seu pai, vá, mas qualquer coisa minha fia pode contar pra mim. Viu? O que ele fizer com minha fia pode contar pra mamãe. Aí, não foi nem um mês pra ela falar isso, pra mim. Entendeu? E foi eu mesma, pra ela se abrir pra mim, a bixinha.** Que ela ainda era ameaçada por ele (...) Eu falei pra elas :**num entregue essa criança pra ninguém usando meu nome, num entregue não. Porque se você entregar essa criança usando meu nome aqui... porque as pessoas que podem buscar ela aqui é fulano, sicrano e sicrano que você conhece. Porque se acontecer isso daí...entendeu? Porque o pai dela fez isso e isso com ela e eu tenho prova. Se eu não tivesse prova tudo bem, mas eu tenho** (Salsa).

(...) **eu caminhei muito pra maternidade pra ela ter o atendimento com a psicóloga, entendeu?** Pra ela fazer todos os exames que foi pedido na maternidade e andei com ela, andei com a mãe dela pro psicólogo também, no Saci na maternidade (...) **ela quando foi ganhar neném foi lá pra casa, quem assistiu o parto dela foi eu ela só quis eu (...)** Pois é, eu fiquei com ela o tempo todo, quem ia ficar com ela era o marido, mas só que ele não aguentou, ele me chamou ,eu tive que ficar com ela até na hora do parto, até ir embora fiquei com ela do lado dela, a mãe dela não foi lá nem um dia (Boa Noite).

Ela disse: **eu vou morar mais a vó eu não volto (...)** eu disse (...) **você tem que tá é com sua mãe, ela falou: não vó eu tenho que tá é com a senhora, eu não vou voltar (...)** vó não fala no nome dele pra mim não”. **Aí começou chorar, eu pensei: será que foi o que pensei? Eu disse :bora conversar e ela: bora vó! (...)** **aí pronto ela me falou tudo isso que ele tinha feito com ela (...)** Ela disse que tinha uma coisa pra falar pra mim, que tinha tomado um comprimido no colégio, perguntei quem tinha dado esse comprimido, ela disse que era do irmãozinho de uma colega dela. Ela falou que tomou o remédio pra esquecer as coisas, e disse que estava. Eu não disse nada, só falei pra ela ir tomar um banho e ir dormir. Depois eu fui lá dentro, acordei ela, mandei ela tomar banho e fui conversar com ela. Disse que não tinha esquecido aquela conversa, falei que sabia que ela não tinha tomado comprimido de um menino pequeno, e disse pra ela falar a verdade pra mim. **Aí ela começou a chorar, aí disse que queria era conversar, e ela falou que achava que Deus não ia perdoar ela. E falou que não podia mentir pra mim, pois estava com a consciência pesada.** Ela disse que viu uns meninos bebendo um negócio, e pediu um pra que, porque eles falaram que era pra esquecer os problemas, daí um deles deu uma banda. **Disse pra ela não fazer mais isso,** e ela me contou como se sentiu, aí falei que não vale a pena ela se matar pela mãe dela (Muçambê).

De acordo com o relato das oito entrevistas, confirma-se a reflexão feita por Santos e Dell’Aglío (2013) quanto as mudanças mais protetivas, próximas e atentas, resultando então, em mudanças positivas no relacionamento mãe/responsável e vítima durante o processo de revelação e pós-descoberta do episódio de abuso sexual sofrido pelas meninas. Muitas mães/responsáveis experimentam do sentimento de vergonha diante da descoberta do abuso sexual sofrido por suas filhas, o que impossibilita relatar o ocorrido para outras pessoas, pois koller et.al (2011) constatou em seus estudos que as mães/responsáveis temem o julgamento das pessoas ou até mesmo o que poderia acontecer caso as pessoas tomassem conhecimento do ocorrido com suas filhas, podemos confirmar essa realidade com o discurso da mãe Mandacaru, ao falar da sua preocupação e até mesmo da própria filha:

Ela disse: Mãe deixa mãe, a senhora já tá em tanto lugar aí resolvendo as coisas nessa questão. **Não expõe mais minha situação, não minha filha, pois a mamãe vai deixar, porque você tá pedindo, a mamãe não vai brigar, não vai...**ela disse: Só não quero mais ir pra escola. Eu afastei eles da escola, por conta disso.

Eu tenho vergonha das pessoas, porque tipo assim, porque eu tentei. Eu tentei proteger meus filhos, o tanto que eu pude principalmente ela, **eu tentei proteger minha filha, fiz o que pude e às vezes protegi tanto ela dos outros que assim...** (...) eu fico pensando, **a gente se dedicou tanto de tempo e nessa situação, eu não sei não (...)** ele jogou tudo fora (Cacto).

Assim, é possível observar que o sentimento de vergonha, nos dois discursos acima, apresentam entendimentos diferentes, no discurso da mãe Mandacaru, a vergonha se

configure como algo que é necessário para proteger a criança. Nesse direcionamento, Baía (2013) esclarece que a vergonha é sempre reforçada por valores, normas tradicionalmente coletivas ou leis, o que é baseado em efeitos imediatos ou de longos prazos do abuso sexual sofrido pela criança. No discurso de Cacto, observa-se que o sentimento da vergonha está estreitamente relacionado com a intenção de proteger ou preservar o interesse da família. Desse modo, Baía (2013) diz que a vergonha é uma tentativa de evitar a estigmatização que poderá vir a surgir após a revelação do abuso sexual, tanto com a vítima, mãe/responsável, agressor e para toda a família.

Durante a análise das entrevistas foi possível perceber que a presença do uso de álcool e de substâncias psicoativas esteve presente em quatro dos casos pesquisados, Narvaz (2005) explica que os agressores alegam ter perdido controle, às vezes culpabilizam outras pessoas, negam, minimizam o episódio do abuso, e alguns prometem mudança. Sendo assim, Lima (2012) diz que o álcool é uma espécie de desinibidor dos desejos dos agressores. E no discurso das mães observamos que elas dizem que os agressores praticaram o abuso apenas quando estavam sob efeito de alguma droga “ele falou que via o pai às vezes, assim diferente com ela, **quando ele bebia**, ficava estranho (Cacto);” **Ele bebia muito e usava droga** quando fazia essas coisas com ela (Muçambê); “ Toda vez que acontecia isso, ele **tava bêbado, drogado, ele usava drogas também** (Boa Noite);” “ **Ela falou que bebia**. Lá perto da minha casa tem um comércio, eu moro em frente ao comércio. Aí quando foi um dia, ela falou pra mim “mamãe, olha ali, ele tomava aquilo (Salsa)”.

Conforme a fala das entrevistadas, observa que a ingestão de bebidas alcoólicas e o uso de substâncias psicoativas aparecem como fatores desencadeadores e que potencializam o abuso sexual. Foi possível analisar que algumas justificam o ato pelo fato do agressor ter ingerido álcool ou drogas. Algumas justificam os atos violentos dos companheiros pelo consumo de álcool ou drogas. Segundo Furtado e Mello (2010), o álcool ou outras drogas potencializa uma personalidade agressiva ou extravasa a dominação masculina. Também presente nos discursos das entrevistadas como forma de explicar o desencadeamento da violência e demarcar um sujeito diferenciado com o uso de drogas, principalmente o álcool. Como diz Mendéz (1996) em estado de embriaguez emerge uma figura masculina que tem seu comportamento alterado e/ou legitimado pelo uso do álcool uma espécie de naturalização social para justificar comportamentos agressivos.

A percepção das mães/responsáveis entrevistadas sobre os motivos que levam o agressor a praticar o abuso sexual não está associada à categoria gênero, com exceção da entrevistada Muçambê “**Eu não acho que é doença não**, eu não acho, não. Por que **não**

procurou fazer com o menino?” Já nos demais discursos observa outro direcionamento “Ele só pode ser **doente**, como diz minha filha é **um monstro** (Mandacaru);” Ele é **psicopata**, tem mentalidade de psicopata (Cebola Brava)” Eu acho ele um **monstro**, né? Um **doente** que precisa de tartar (Salsa); “Pra mim ele **não tem caráter**, ele estava no lugar do pai e fazer uma coisa dessas (Boa Noite);”

É coisa de **gente louca**, né? Um ser humano, um homem, um adulto que sente desejo por uma criança, ele é **no mínimo louco**. Então pra mim, os motivos que levam uma pessoa a fazer isso é **insanidade pura e insanidade por falta de caráter**, porque poderia procurar ajuda né? (Algodão).

Ainda nessa perspectiva, quando indagadas sobre como esperam que essa realidade se resolva, observa-se que a maioria das entrevistas almeja a prisão dos agressores, mas Jitirama difere das demais, pois almeja que o agressor fique internado em um Hospital Psiquiátrico, como é visto abaixo “Assim, eu quero que ele seja **preso**, eu quero que ele **pague** por aquilo que ele fez até mesmo assim, não tem alternativa, né? Só essa (Cacto);” “Pra ele ir **preso**, pra mim ele tinha que ir **preso** (Cebola Brava)” “Assim, não vou dizer pra você que eu quero o mal dele não, mas eu gostaria que ele ficasse um bom tempo isolado... Num **hospital psiquiátrico** ou na **delegacia ele vai sofrer as consequências** que ele fez né? Mas **no hospital seria a melhor coisa** (Jitirama)”.

Através da percepção das entrevistadas, observa-se, que mesmo o abuso sexual sendo compreendido atualmente, como um ato que se liga a uma relação de força e agressividade do homem contra mulher, bem como uma relação de dominação, muitas ainda entendem os motivos do abuso associados à personalidade do agressor, como era estudado no final do século XIX, sendo o agressor influenciado pelo evolucionismo realizando comparações entre um comportamento “primitivo” e um organismo “primitivo”.

Os agressores eram entendidos como indivíduos que ficaram para trás na evolução, sendo uma “raça a parte”, eram compreendidos como prisioneiros dos instintos primitivos, da força bruta e dos impulsos “animais” e também de sua fraqueza, semi-impotentes e semiloucos (VIGARELLO, 1998). O agressor passa a ser estudado através da altura e peso, circunferência da cabeça e ângulos faciais, lóbulos das orelhas e sulcos das mãos, comprimentos dos membros e larguras das espáduas. A ciência voltava seu olhar para o agressor explorando inteligência e sentimentos, traduzindo em sintomas muitos comportamentos delinquentes, subvertendo aos poucos a maneira de pensar a violência sexual.

O projeto de “penetrar na obscuridade da personalidade criminosa” tende a identificar desordens de consciência, para melhor avaliar os procedimentos

transgressivos. É uma nova maneira de se interessar pelo indivíduo, o nascimento de uma psicologia, da qual veio o próprio nome de estupro, uma atitude inédita de pensar o destino individual ainda largamente enraizado na biologia. (VIGARELLO, p.185, 1998).

Posteriormente, o crime passa a ser associado à personalidade do agressor, articulando com a ideia de distúrbios interiores, na tentativa de fazer com que correspondam o inventário do crime e o da psicopatologia, chamando atenção para o perfil pessoal do agressor. Essa nova perspectiva, afirmava que “cada um de nós pode sentir a irresistível necessidade de cometer algum ato “bizarro”, pode reconhecer o peso de forças interiores, que prevalecem a despeito da lucidez; esses impulsos incoercíveis em grande parte compartilhados, embora nem todos eles, evidentemente, levem ao ato criminoso” (VIGARELLO, p.187,1998). Assim o que Vigarello (1998) explica dessa perspectiva é que os monstros não estão fora, mas dentro de cada um, pois cada um está sujeito ao “privilégio da consciência”. O estupro por muito tempo era considerado como ato pontual e de homens considerados maníacos sexuais, o crime era construído entre os legisladores e no meio social como algo que lhe era estranho, insistindo na debilidade física ou mental do acusado e na capacidade de atração que as vítimas eram capazes de exercer, o agressor e a vítima eram empurrados para a margem social (VIGARELLO, 1998).

O que se observou durante a análise é que o agressor ainda é visto como alguém com Transtorno mental, tentando justificar o ato através de uma possível patologia. Entretanto faz necessário que entenda que o abuso sexual intrafamiliar é compreendido a partir da teoria do patriarcado, ou seja, um sistema de relações sociais que interfere na subordinação da mulher ao homem. Dessa forma, junto com patriarcado, Saffioti (2004) faz referência também ao adultocentrismo, que é entendido como uma dominação do homem adulto sobre uma criança ou adolescente. Seguindo o raciocínio de Saffioti (2004), o abuso sexual intrafamiliar infanto juvenil feminino envolve a situação de violência entre os gêneros e também relações estabelecidas com base no poder.

Essa relação de poder é historicamente construída, torna-se violência de gênero, a partir do momento em que a violência é exercida contra mulheres, em razão de seu sexo. Saffioti (2001) relata que o abuso sexual no âmbito familiar levanta a ideia de que a família e a dinâmica familiar enquanto lugar de reprodução ideológica e de socialização é importante para analisar e entender os vários fatores apontados pelas entrevistas que desencadearam o abuso sexual intrafamiliar infantil feminino sempre associando a dimensão cultural.

É importante analisar o significado de família para essas mulheres pesquisadas, já que para todas as pesquisadas a família é vista como um espaço de socialização onde perpassam a

linguagem do afeto, respeito mútuo e união. Dessa forma, existe uma dificuldade de compreender que a família é uma instituição social que é atravessada por relações de poder e dominação (RAMOS, 2012). Como se observa nas falas das mulheres: “A família, **é amor, é união, né? É o companheirismo.** É quando você tá no fundo do poço e chega um em você “Vem cá, te seguro” (Mandacaru); “Assim eu acho que é pra todo mundo se **unir, um do lado outro, quando precisar tá ali todo mundo junto e conversar e ajudar um ao outro** (Boa Noite); “Família é a base de tudo, entendeu? Família pra mim é a base de tudo, e em primeiro lugar a família. **Respeito, amor, carinho, compreensão,** entendeu? Tudo isso aí! (Salsa); “**Acolhimento** (Jitirama); “Família é que **apoia, que divide** as coisas (Cacto)”

Pra mim família **é a base**, a família **é o apoio**, a família é o que mantem, é o que **sustenta um lar**, enfim, é tudo na vida de uma pessoa. Uma pessoa que não tem família, é uma pessoa que não se sente segura, não se sente amparada (Algodão).

Família, a família pra mim às vezes, é aquela coisa assim que... **pra mim não quer dizer só família de sangue, só em ter uma pessoa que você sente Bapoio daquela pessoa, a pessoa lhe entende na hora que você precisar tá do seu lado pra mim já uma família** (Muçambê).

Pra mim é tudo, minha filha! **A família é o apoio de tudo** pra mim, é uma pilastra que tem no prédio, pra mim é tudo, **a união, conversar, fazer amizade.** Para mim a família é em primeiro lugar o resto é resto. Mas a família é em primeiro lugar (Cebola Brava).

Segundo Saffioti (2004) nas famílias existem as divisões internas de papéis, que definem as relações de submissão e dominação, caracterizando os direitos e deveres, existindo a presença ou não de privilégios de um grupo em detrimentos dos demais. Neste contexto, família é um espaço de reprodução ideológica e socialização. É um espaço em que existem trocas de informações, transmissões de valores, hábitos, padrões de comportamentos. Essa configuração familiar onde o feminino ocupa o lugar do dominado, representa o poder exercido de raízes históricas tanto de conformação familiar como de gênero, em que o masculino submete o feminino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual intrafamiliar feminino, configura-se como uma das formas mais agressivas de exercício do patriarcado, através da reprodução do machismo nas principais instituições sociais, entre elas a família. A ordem patriarcal produzida historicamente e que se sustenta até os dias atuais, justificando as desigualdades de gênero e, conseqüentemente o poder masculino.

O abuso sexual intrafamiliar contra meninas é considerado uma violência de gênero,

que se revela nas micro relações de poder, como essas que acontecem entre homens e mulheres, em todas as gerações em situação de violência, cabendo às mulheres uma parcela bem menor de poder. Entretanto, as mulheres mesmo com um poder limitado se movem através de denúncias, recusas, silêncio e decisão de separação, ou seja, promovendo estratégias de defesa, resistência que as retire do estado de inércia vivenciado pelas práticas violentas.

No ato da denúncia das violências sofridas pelas suas filhas, as mulheres romperam o silêncio e o segredo que em alguns casos foram repassados á várias gerações das famílias, entende-se que essa ruptura, é uma estratégia de sobrevivência, defesa e resistência, mesmo que não seja em sua totalidade. Essa ruptura desnaturaliza a ótica da dominação masculina e submissão feminina, possibilitando que as mulheres rompam ou pelo menos desestabilizem o lógica do patriarcalismo que normaliza a violência de gênero (MESQUITA, 2010). Entretanto, o silêncio das vítimas e mães diante do abuso, acontece através de estratégias e táticas variadas, com o fim de expor através de outras linguagens e se apresentar como existente no ciclo da violência.

As meninas vítimas do abuso sexual intrafamiliar juntamente com suas mães/responsáveis têm seus direitos violados, saúde e qualidade de vidas comprometidas. São impedidas a ter suas liberdades, escolhas e vontades. As meninas, particularmente, no contexto do abuso sexual, são posses e propriedades de “donos”, pais, padrastos, avós, tios que, por sua vez, camuflam suas fragilidades nas práticas do machismo, exercendo controle, autoridade e ciúmes por meio das práticas de violências. O abuso sexual sofrido pelas meninas e suas mães/responsáveis produzem marcas profundas no corpo e alma, sendo expressas em vários momentos no decorrer de suas vidas, como aquelas percebidas nesse estudo, que dizem respeito à dificuldade em confiar em homens, agressividade, surgimento de doenças, ausência de autodefesa, entre outros.

É importante ressaltar que os problemas de saúde de caráter emocional foram perceptíveis em todas as vítimas e em suas mães/responsáveis, porém o reflexo do abuso sexual impactou outros membros da família além da menina e mãe/responsável, em alguns casos os outros filhos das mulheres/mães entrevistadas, demonstraram problemas emocionais fortíssimos, sendo merecedores de atenção. Essas situações evidenciam casos de violência psicológica, que podem, no decorrer da vida das vítimas, desencadear práticas da violência em suas relações amorosas, como foi perceptível na fala de algumas entrevistadas.

Nesse estudo foi confirmado que a violência interfere na dimensão moral da vida das mães/responsáveis, através da vergonha, insegurança, baixa-estima, incapacidade, entre

outros. Foi possível observar que a vivência de algumas mães diante do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas envolveu um sofrimento subjetivo, expresso em culpa, que traz à tona lembranças de seu próprio abuso. As mães/responsáveis revelaram as mudanças existentes em seus comportamentos quando foi revelado o abuso praticado contra suas filhas. Algumas adquiriram comportamentos diferentes, como desconfiar das pessoas, outras apresentaram sentimentos de vulnerabilidade mediante estarem desamparadas, sem apoio da própria família, que emitem opiniões que culpabilizam a mãe/responsável pela violência sofrida por sua filha.

Conforme, o discurso das mulheres entrevistadas, identificou-se que a maioria delas compreende o abuso sexual como um crime cometido por alguém insano, com algum tipo de transtorno mental, citando os agressores de monstros, psicopatas e até mesmo de anormais. Apenas uma das entrevistas não concorda com o entendimento da maioria, pois está, inclui o agressor como um homem que perpetua o regime patriarcal, subordinando a mulher ao homem.

As mulheres pesquisadas, na sua maioria acreditavam que os abusos sexuais não ocorreriam na sua família, segundo a concepção dessas mulheres, a família é um lugar sagrado, assim as filhas não iriam ser vítimas de abuso sexual, pois a presença masculina repassava a ideia de segurança e proteção. Muitas demonstraram espanto ao descobrir o abuso, principalmente pelo permutador ser o pai biológico, padrasto ou tio das vítimas, pois na concepção de algumas mulheres, os homens que praticam tal violência, não seriam pessoas que demonstrassem um aspecto normal, bem como homens que praticassem alguma religião. Assim, percebe-se que o abuso sexual era visto como uma violência que só poderia acontecer fora do âmbito familiar, já que consideravam que ao construir uma família, estariam protegendo a si e seus filhos de vivenciarem atos violentos.

As mães que sofreram abuso sexual na infância não associavam a violência sofrida por suas filhas como um ciclo reprodutor de violência na família. Dessa forma, compreende-se que as mulheres entrevistadas, continuam a considerar o abuso sexual reflexo dos “instintos sexuais”, naturalizando a violência cometida pelos homens, em contrapartida algumas se culpabilizam pelo ato. Além disso, as entrevistadas não associam a reprodução do fenômeno como resultado de uma sociedade patriarcal baseada na dominação masculina, opressão, submissão, ou seja, em relações desiguais que submetem além de mulheres adultas, meninas aos desígnios do macho adulto. Para algumas entrevistadas o assunto abuso sexual ainda é algo que deve se manter no privado, evitando que até mesmo alguns membros da família tomem conhecimento do ocorrido.

Segundo Alberto e Lima (2010) as vivências subjetivas são os principais pilares para o comportamento das mães/responsáveis diante do abuso sexual intrafamiliar praticado contra sua filha. É a partir de sua constituição como sujeito que essa mãe vai reagir diante da situação. As autoras, explicam que o comportamento da mãe/responsável será apoiado na sua construção sócio-histórica, ou seja, nas concepções estabelecidas, durante sua vida, acerca do fazer materno, no seu modo geral, bem como diante de uma situação adversa, como é o caso do abuso sexual intrafamiliar com que se depara.

As vivências subjetivas das mães/responsáveis diante do abuso sexual intrafamiliar de suas filhas são determinantes para a forma de condução de toda a família frente à situação vivida (Lima, 2012). A autora afirma que o sofrimento gerado com a experiência é capaz de dificultar toda a efetivação das ações diante do problema familiar. De acordo com Narvaz (2005) o atendimento e acompanhamento que a mãe/responsável receber no ato da denúncia irá auxiliá-la em sua elaboração acerca da violência vivenciada em sua família, além de ajudar os demais membros da família a enfrentar tal violência.

No decorrer da pesquisa, observou-se a importância da execução das políticas públicas de forma urgente, não somente para a criança vitimada, mas para toda a sua família, em particular à mãe. Considerando que a transgeracionalidade esteve presente no relato de algumas mães, além de saber que o fato da mãe receber ou não apoio altera a sua forma de conduzir a situação, pois diante da sua reação ela irá posicionar como defensora ou omissa a situação de violência. Nessa perspectiva Alberto e Lima (2010) explicam que as mães, como as mães são referenciais familiares de desenvolvimento de ações, tornam-se peças-chave que precisam de atenção e acolhimento adequados para restaurarem-se subjetivamente.

As mães/responsáveis vivem em tempo paradoxal, tempo de mudanças, preservação dos direitos humanos, conquistas feministas, de lutas pela igualdade entre os sexos, mas que ao mesmo tempo permanecem nas suas relações as desigualdades entre os sexos expressos através do abuso sexual sofrido por suas filhas, foco central de discussão desse estudo. Comprovar a permanência dessas desigualdades na atualidade mostra o quanto Bourdieu (2002) está correto ao mostrar quão forte é a introjeção dos valores tradicionais e da reprodução de práticas.

As mudanças que remetem a desigualdade de gênero, só serão possíveis de fato, quando houver um processo geral de desconstrução das mais variadas formas de hierarquias de gênero e para tal se torna fundamental propor e executar práticas não sexistas, que possam eliminar com os preconceitos de gênero, principalmente aqueles focados a homens e mulheres. É necessário ir além através da educação, não se limitar apenas ao contexto das

famílias que vivenciaram o abuso sexual, mas alcançar as principais instituições responsáveis pela socialização, como é caso do Estado, religião, família e escola. Dentre essas instituições, a família e a escola são fundamentais diante de todo esse processo da desconstrução da hierarquia de gênero, pois são nesses espaços que desde muito cedo se constroem as identidades e através delas, suas práticas e seus discursos, entende-se que existe a necessidade de ser implementado uma educação não sexistas nos currículos escolares para que possa evitar a reprodução das ideias patriarcais.

Importante destacar que as instituições de proteção e enfrentamento ao abuso sexual de crianças e adolescentes devem ser capacitadas para que possam atuar na área de gênero com mais propriedade e resolutividade, pois diante das entrevistas com mães/responsáveis observamos que alguns profissionais não estão isentos desses preconceitos principalmente se forem socializados num contexto familiar tradicional e conservador, como se observou na fala de uma das entrevistas:

O conselheiro disse assim: mas eu o conheço desde criança, ele não é capaz de fazer isso, então, se o conselheiro disse assim, ele estava chamando a menina de mentirosa, e nesse eu não fui quem foi minha neta a irmã dela, aí quando cheguei lá no diretor me chamou e disse que lá tinha o conselheiro que foi pelo o caboco contra sua neta (CEBOLA BRAVA).

Além da medida de caráter socioeducativo é fundamental que o atendimento realizado pelos profissionais da rede de proteção a criança e adolescente sejam acompanhamentos contínuos e estendidos às famílias das vítimas. Principalmente contemplando os homens agressores e os demais homens membros da família para que evitem a reprodução do ciclo de violência entre gerações.

Portanto, ao término dessa investigação, concluí-se que muito ainda deve ser pesquisado sobre o abuso sexual intrafamiliar de meninas e seu desdobramento não somente na vida das vítimas, mas de toda sua família. Sendo de extrema necessidade aprofundar através de pesquisas científicas essa temática, seja na perspectiva sociológica ou em outras áreas do conhecimento, para que possa esclarecer questões ainda obscuras que são pertinentes ao abuso sexual intrafamiliar de meninas, podendo ser as próprias protagonistas de seus discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Revista de Saúde Pública, 2005-39 (1) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/14.pdf> .Acesso: 02/01/2016.

AMENDOLA, M. F. **Mães que choram: Avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual**. In M. C. C. A. Prado (Ed.), O mosaico da violência: A perversão na vida cotidiana (pp. 103-169). São Paulo: Vetor, 2004.

_____. (Orgs.) **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da Ciência: **Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thompson, 2006.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e abuso sexual na família**. São Paulo: Arte & Ciência, Maringá, 2002.

Araújo, M. de M. B. **Abuso e exploração sexual infanto-juvenil feminina e as respostas do poder público e da sociedade civil em João Pessoa**. 421 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia e GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Com licença vamos à luta..** São Paulo: Editora Iglu, 1998.

BAÍA, P.A.D. **O Processo de Descoberta e Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**. 87 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BANDITER, Elizabeth. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Flammarion, Paris.1980.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **O segredo de família**. In: PIZÁ, Graça; BARBOSA, Gabriella Ferrarese (Orgs.). A violência silenciosa do incesto. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p.57-65.

BECK, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, 13 de Julho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente).

BRASIL. [Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993]. **Lei orgânica da assistência social (LOAS) [recurso eletrônico] : Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2004. – (Série legislação ; n. 221).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica**. Brasília, 2005.

BOTELHO, Sírnia Silva. **Abuso sexual e posicionamentos de mulheres/mães: histórias que só existem quando são contadas**. – Recife: O autor, 2014. 194 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós- Graduação em Psicologia, 2014. >. Acesso: 02 de outubro de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil**. Temas em Psicologia, 1993, nº03. Universidade de São Paulo. Pag. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v1n3/v1n3a16.pdf> Acesso: 05/01/2017

_____. **A Dominação Masculina**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. BRASIL.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP • **Declaração dos Direitos da Criança** • 1959 | Criança e Jovem. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso : 22/01/2017.

CANTELMO, Claudia Aparecida. **A relação de proteção entre mãe e filha no contexto do abuso sexual**. 204f. Teses de doutorado. Programa de PósGraduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia-IP, Universidade de Brasília- UNB, Brasília-DF, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, [CECRIA], (1997). **Políticas Públicas e Estratégias contra a Exploração Sexual Comercial e o Abuso Sexual Intra-familiar de Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: Ministério da Justiça.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. **CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2003.

COHEN, T. (1995). **Motherhood among incest survivor**. Child Abuse & Neglect. 19(2). 1423-1429.

COHEN, J. A. Mannarino, A. P., & Knudsen, K. (2005). **Treating sexually abused children: One year follow-up of a randomized controlled trial**. Child Abuse & Neglect, 29, 135-145.

COLLING, Ana. **A construção histórica do feminino e masculino**. In: Gênero e cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre, 2004, p. 13-38. (Coleção Gênero e Contemporaneidade, v.1).

Collings S. J., Griffiths, S., & Kumalo, M. (2005). **Patterns of disclosure in child sexual abuse**. South African Journal of Psychology, 35 (2), 270-285.

COSTA, Liana Fortunato. **A menina mãe: incesto e maternidade**. Fractal, Revista Psicologia, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, Abril, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a10.pdf>.

Acesso em: >. Acesso: 02 de outubro de 2017.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil**: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL. **ECA: Estatuto da Criança e Adolescente**/ Equipe Eureka. 1 ed. – São Paulo: Eureka, 2017

FALEIROS, Eva T., org. **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (dês) caminhos da denúncia**. Brasília: Presidência da Republica. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2000. 208p.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E. **Circuito e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Veras, 2003.

FOCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 28ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados** (Maria Adriana Veríssimo, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

FURTADO, Luísa Escher e MELLO, Ricardo Pimentel. **Ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal: a produção de homens que agredem mulheres**. Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

GABEL, M. (1997). **Criança vítima de abuso sexual** (Sonia Goldfeder, Trad.). São Paulo: Summus.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação familiar**. Cad. Pagu, Campinas(SP). 1993, N.1,p-67-110. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/119796/1/ppec_1681-1820-1- SM.pdf. Acesso: 05/01/2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDFERD, Maria Flávia Ferreira. **A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha**. Revista Pulsional de Psicanálise, ano XIII, n.138, p.16-23, 2000. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/138_02.pdf>. Acesso: 02 de outubro de 2017.

HABIGZANG, L.F. **Avaliação e intervenção clínica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar**. 165 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos**. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v.21, n.3, p.341- 348, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>>. Acesso: 02 de outubro

HIERBERT- MURPHY, D. **Emocional distress among others whose children have been sexually abused: The role of a history of child sexual abuse, social support and coping**. *Child Abuse & Neglect*. 22(5). 423-435.

_____. **Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas**. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, Agosto de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/18.pdf> Acesso em 20 de Junho de 2013.

KOLLER, S. H. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

KOLLER, S. H. **Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica**. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LAURETIS, Teresa. **A Tecnologia do gênero**. HOLANDA, Heloísa Buarque de. *O feminismo como crítica da cultura* (org). Rio de Janeiro: Rococo, 1994, pp.207-242.

Leifer, M., Kilbane, T., & Kalick, S. (2004). **Vulnerability or resilience to intergeneration sexual abuse: The role of maternal factors**. *Child Maltreatment*, 9(1), 78-91.

LIMA, Joana Azevêdo. **A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações** -- João Pessoa, 2012. 285f. Tese (Doutorado) – UFPB-UFRN, 2012

LIMA, J. A., & ALBERTO, M. de F. P. **As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar**. *Estudos de Psicologia*. 15(2), 129-136, 2010.

MACHADO, Maria Lúcia. **A revelação do abuso sexual e seu impacto sobre o contexto familiar: estudo com crianças atendidas em um serviço público para vítimas de violência Sexual** / Maria Lúcia Machado. – Salvador, 2006. 154 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p.39-62.

MATIAS, Delane Pessoa. **Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas**. *Psicologia e Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a07.pdf> Acesso em: 02 de outubro de 2017.

MATTOS, Isabela Alves **Minha filha: proteção materna em face ao Abuso Sexual Intrafamiliar**. 2011, 72 folhas. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade

Contemporânea) – Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador. Disponível em.

MELLO, R. P. **Do estranhamento à familiaridade: estratégias e contradições na construção da noção de “abuso sexual infantil intrafamiliar”**.300 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC/SP, 2002.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonas: a entrega de um filho em adoção**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MENDES, Mary Alves. **Violência doméstica na vida das chefes de família em camadas pobres: marcas, tolerâncias e reações femininas**.2008. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1842.pdf> Acessado: 01 de janeiro de 2017.

MÉNDEZ, Gioconda Batres. **La perspectiva de género como modelo de análisis de la violencia familiar y el consumo de alcohol y otras drogas**. Montevideú- Uruguai,1996.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. **As Marias que não calam: perfil das mulheres vítimas de violência após a implementação da lei Maria da Penha em Maceió/Al** Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010.

_____. **Violência de gênero: uma análise dos discursos masculinos e femininos sobre as práticas**. Rio de Janeiro (RJ),2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Marina%20Pinheiro/Downloads/sbs2009_GT31_Mary_Alves_Mendes%20\(2\).pd.](file:///C:/Users/Marina%20Pinheiro/Downloads/sbs2009_GT31_Mary_Alves_Mendes%20(2).pd.)> Acessado em 01/01/2017.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevistas não diretivas em sociologia. In: In: THIOLENT, M. (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINAYO, Souza ER. **É possível prevenir a violência?** In: Reflexões a partir do campo da saúde pública. Revista Ciência Saúde Coletiva, 2001.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

NARVAZ, M.G. **A (In) visibilidade do gênero na Psicologia Acadêmica: onde s discursos faz(se) política**. 305f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Gradação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NARVAZ, M. G., & KOLLER, S. H. (2004). Famílias, gênero e violências: **Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero**. In M. N. Strey, M. P. R. de Azambuja, & F. P. Jaeger (Eds.), *Violência, gênero e políticas públicas* (pp.149-176). Porto Alegre: Editora da PUCRS.

NARVAZ, Martha Giudice. **Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) -

Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/diss_marta.pdf>. Acesso: 02 de outubro.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias dos Homens**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

OATES, R.K, Tebbutt, J., Swanston, H., Lynch (1998). **Prior childhood sexual abuse in mothers of sexually abuse children**. *Child Abuse & Neglect*. 22(11). 1113-1118.

PADILHA, M. DA G. S., & GOMIDE, P. I. C. (2004). **Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual**. *Estudos de Psicologia*. 9(1), 53-61.

PAULINO, Sandra Eloiza. 102p. **Histórias que se repetem: O abuso sexual incestuoso atravessando gerações**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC/SP, São Paulo, 2005. Disponível:
http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2077na.
Acesso: 02 de outubro.

PATEMAN, Caroline. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PETRINI, João Carlos. **Mudanças sociais e mudanças familiares**. In: PETRINI, João Carlos e CALVACANTI, Vanessa Ribeiro Simon. (orgs.) *Família, sociedade e subjetividade: Uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p29-53. Acesso: 02 de outubro.

PFEIFFER, L., & SALVAGNI, E. P. (2005). **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. *J. Pediatria*: Rio de Janeiro, 81(5), 197-204.

PLUMMER, C.A. **The discovery process: What mothers see and do in gaining awareness of the sexual abuse of their children**. *Child Abuse Neglect*, 30(11), 1227–1237, 2006.

PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida; PEREIRA, Ana Carolina Covas. **Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar**. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v.25, n.2, junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n2/a12v25n2.pdf>. Acesso: 02 de outubro.

RIBEIRO, Paula Wernecke; SEQUEIRA, Vânia Conselheiro. **O abuso sexual e a criança: o caso João e Maria**. *Boletim de Iniciação Científica em Psicologia*, v.6, n.1, p.19-32, 2005. Disponível em:<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Psicologia/boletins/6/O_ABUSO_SEXUAL_E_A_CRIANCA_O_CASO_JOAO_E_MARIA.pdf>. Acesso: 02 de outubro de 2017.

RAMOS, Maria Candelária da Rocha. **Mães de meninas vítimas de abuso: aquilo que não se pode dizer**. 120f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco. Pro-reitoria Acadêmica. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Recife, 2010. Disponível em http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=476. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu(16) 2001: p.115-136. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Data de acesso: 08/01/2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e patriarcado: A necessidade da violência .Marcadas a ferro violência contra mulher, uma visão muldisciplinar.** OLIVERIA, Suely de MARTÍN, Márcia Castilho. (org). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar.** Brasília. Brasil. Presidência da República. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. 2005, pp., 35-75.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Sâmara Silva dos. **Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar.** 81f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, 2007. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

SANTOS, Sâmara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas.** Psicologia Teoria e Pesquisa, Brasília, v.25, n.1, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a10v25n1.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.

SCOTT. Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife: SOS/CORPO, 1989.

_____. **Prefácio a “gender and politics of history”.** Caderno Pagu, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

_____. **Os usos e abuso do gênero.** Projeto História, São Paulo, n 45, p. 327-351, Dez, 1999.

SINGLY, Françaos . **Sociologia da família contemporânea** (C. E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2010.

SINGLY, Françaos . **Sociologia da família contemporânea** (C. E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2010.

SPINK, Mary Jane. **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Violência Letal Contra As Crianças E Adolescentes Do**

Brasil . 148 f. Relatório de pesquisa – Faculdade Latino- Americana de Ciências Sociais (Flacso), Brasil, 2015. ISBN 978-85-60379-33- 0.

WHITALER, Dulce C.A.; WHITALER, Valéria Andeatta; SOUZA, Marinaldo Fernando.
Revista : Retratos de Assentamentos. In: Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamento de Reforma Agrária. C.14,N.1

VIGARELLO, Georges. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Jorge Sahar Editor, 1998.

ANEXOS

ANEXO- A (TERMO DE CONFIDENCIALIDADE)

Título do projeto: *VIOLÊNCIA DE GÊNERO: os significados produzidos por mães/responsáveis sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino.*

Pesquisador responsável: Marina Pinheiro Sousa

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Telefone para contato: (86) 99813-8139

Local da coleta de dados: Teresina-PI.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de entrevistas e acompanhamento dialogado. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no (a) no banco de dados da pesquisadora responsável, em sua residência, gravados em CD, por um período de um ano sob a responsabilidade da Sra. Marina Pinheiro Sousa. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, de 2017

Marina Pinheiro Sousa

ANEXO-B (Declaração da Pesquisadora)

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP Universidade Federal do Piauí

Eu, Marina Pinheiro Sousa, pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada ***VIOLÊNCIA DE GÊNERO: os significados produzidos por mães/responsáveis sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino***, declaro que:

- Assumo compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99 e 340/2004).

- Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;

- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos voluntários;

- Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de Marina Pinheiro Sousa da área de Ciências Sociais da UFPI; que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa.

- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;

- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;

- O CEP-UFPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;

- O CEP-UFPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o voluntário;

- Esta pesquisa ainda não foi total ou parcialmente realizada.

Teresina ___ de _____ de 2017.

Marina Pinheiro Sousa CPF: 673.052.963-68
Pesquisadora responsável

APÊNDICES

APÊNDICE-A (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE))

Eu, Marina Pinheiro Sousa, regularmente matriculada no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, estou convidando a senhora para participar da pesquisa: “**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: os significados produzidos por mães/responsáveis sobre o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil feminino**”, sob a orientação da prof^a. Dr^a Rita de Cássia Cronemberger. Sobral.

I- DA PESQUISA

O fenômeno da violência de gênero no espaço familiar, afeta a vida não só da vítima, mas de toda família. Esse tipo de violência, afeta diretamente a construção de suas subjetividades e as relações sociais mais rígidas, como a sexualidade, o lazer, sua inter-relação com outros grupos sociais, inclusive a própria família. Portanto é importante a compreensão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, para que possamos analisar as consequências da violência de gênero na vida das mães das meninas vítimas de tal fenômeno na sociedade teresinense, destacando que é um fenômeno que possui suas particularidades diante da realidade vivenciada por cada sujeita pesquisada.

O estudo tem como objetivo: Analisar os sentidos e os significados produzidos pelas mulheres/mães de meninas vítimas no contexto do abuso sexual. Para tanto serão entrevistadas__mulheres no qual suas filhas tenham sido vítimas de abuso sexual intrafamiliar e estão sendo acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social e Casa Zabelê, em Teresina -PI.

Os dados serão obtidos através de pesquisa direta com entrevistas semiestruturadas (uso de roteiros) na modalidade focalizada, as falas serão gravadas e transcritas posteriormente, para constituírem o material de análise. Este será gravado em CD e armazenado no banco de dados da pesquisadora.

Sobre as entrevistas estas ocorrerão mais de uma vez e serão realizadas pela própria pesquisadora considerando sempre a disponibilidade e o interesse das mulheres, ficando a critério destas a escolha do local para realização, bem como a utilização dos recursos (gravador ou câmera, caderneta etc.).

Não há riscos na realização da pesquisa, pois será garantido o anonimato das entrevistadas, sempre que desejarem podem desistir da pesquisa e os dados coletados serão utilizados apenas para fins desta pesquisa.

Os benefícios ofertados a essas mulheres/mães será ouvi-las nos direcionando para compreender como elas se percebem nesse processo, a partir de como são vistas no processo social, pois existem fortes influências sobre essas mulheres, no sentido de contribuir

positivamente ou negativamente para que elas apoiem suas filhas e rompam com a situação de violência, além de serem elas que estão presente no processo de revelação do fenômeno, ofertando informações substanciais sobre a violência e os mecanismos ofertados socialmente para romper com essa violência. Dessa forma, é de extrema importância compreender os sentidos e significados do fenômeno estudado para as mães e implicações que o abuso sexual acarreta não só na vida criança e adolescente, mas também no grupo familiar e sua dinâmica para que possam elencar resolutividades para o problema, seja no âmbito da educação, assistência social e saúde. Esta pesquisa não possui nenhum vínculo com os órgãos estatais, ou seja, não se trata de uma avaliação para estes.

II- DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Sua participação na pesquisa é voluntária não havendo assim remuneração, caso ocorra alguns gasto de valores com fins da pesquisa por sua parte, este será ressarcido.

A senhora possui a liberdade de se recusar a participar ou de desistir em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer coerção, prejuízo ou desconforto para a sua dignidade e integridade física e material. A senhora optando por participar da pesquisa poderá recusar-se a responder qualquer das perguntas, momento em que se passará a outra pergunta.

Sempre que quiser poderá pedir mais informações e esclarecimentos sobre o projeto à pesquisadora responsável.

Será garantido o anonimato da sua identidade e em caso de descumprimento dessa disposição as penalidades éticas e legais poderão ser aplicadas a esta pesquisa.

A senhora não estará sendo avaliada, assim nas entrevistas não deverá se preocupar em agradar a terceiros, nem mesmo à pesquisadora, mas apenas em falar o que de fato tenha ocorrido ou o que pensa sobre determinado assunto ou fato.

III- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Achando necessário, em caso de dúvida sobre a pesquisa ou pesquisadora, a participante poderá também recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí para maiores esclarecimentos, no endereço: Campus Ministro Petrônio Portela

Ininga. Pró De Pesq -
Reitoria uisa
PROPESQ. CEP: 64.049-550 - Teresina – PI; **Telefone:** 86 3237-2332 e e-mail:

cep.ufpi@ufpi.br.

Reitera-se que as informações dadas serão destinadas exclusivamente para este estudo, sendo mantido o sigilo da identidade das participantes entrevistadas. Vale frisar que uma copia do relatório final deste estudo (após defesa da dissertação) poderá ser entregue a entrevistada se assim desejar.

IV- DECLARAÇÃO DE ESCLARECIMENTO DA PARTICIPANTE

Eu _____, declaro para os devidos fins que fui suficientemente informada sobre a pesquisa e que concordo em fazer parte da mesma. Assino este documento em duas vias, uma ficando sob minha posse e a outra em posse da pesquisadora.

Teresina, _____ de _____ de 2017.

ASSINATURA DA PARTICIPANTE

ASSINATURA DA PESQUISA

APÊNDICE- B (ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS MÃES/RESPONSÁVEIS)

I- PERFIL GERAL DA ENTREVISTADA

Nome:

Idade:

Religião: Católica () Evangélica () Espírita () Outros ()

Cor: Branca () Preta () Parda () Negra () Indígena () Amarela () Outros ()

Recusou-se a responder()

Estado Civil: solteira () casada/com companheiro (a) em casa () separada/desquitada/divorciada () viúva()

Filhos? Sim () Quantos? Não ()

Escolaridade: nunca estudou e não sabe ler ou escrever () alfabetizada () Ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () superior incompleto () superior completo () pós- graduação incompleto () pós-graduação completo ()

Profissão: Qual sua profissão? _____

Você está nesse emprego há: menos de 06 meses () de 06 meses a 1 ano () mais de 01 ano ()

Quanto tempo por dia você fica no trabalho diariamente: menos de 06 horas () entre 06 e 08 horas () mais de 08 horas ()

Quantos dias da semana você trabalha? _____

Rendimentos: Condição financeira: vive às próprias custas () parcialmente dependente () totalmente dependente () se parcial ou totalmente dependente de onde é a origem da ajuda financeira marido/companheiro () pai/mãe () filhos () outros () Renda Familiar: Até 01 salário mínimo () 01 a 03 salários mínimos () 04 a 10 salários mínimos () 10 a 20 salários mínimos () acima de 20 salários mínimos

Quantas pessoas contribuem para essa renda? Uma () Duas () Mais () Quantas pessoas dependem dessa renda?

II SOBRE A FAMÍLIA

Como você descreve sua família de origem?

Você ou alguém da sua família já vivenciou alguma situação semelhante a esta ocorrida com sua filha?

O que representa uma família? Como era sua família antes da revelação do abuso?

III SOBRE O AGRESSOR

Como você vê o agressor e a sua filha?

Como era a relação deles? Houve alguma mudança nessa relação, após a denúncia?

IV. COMPANHEIRO DA MÃE (CASO SEJA O AGRESSOR)

O seu companheiro o que disse sobre a violência sexual sofrido por sua filha? O que aconteceu com seu companheiro, após a denúncia?

Qual a importância do seu companheiro na sua vida?

VI. SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA FAMÍLIA

Como você soube e como reagiu frente à revelação do abuso sexual intrafamiliar sofrido pela sua filha?

Você acredita que houve o abuso sexual?

Outras pessoas da família sabem sobre o abuso sexual sofrido pela sua filha? Você presenciou alguma discussão e/ou agressão entre a vítima e o agressor? Para você, quais motivos que provocaram o abuso sexual?

Você acha que alguém fora o agressor tem culpa sobre a violência sofrida pela vítima?

V. REFLEXOS DA VIOLÊNCIA.

Como você descreve sua família hoje? Como é o seu relacionamento com os membros da sua família?

Como é sua relação com sua filha?

Como ficou estabelecida atualmente a configuração da sua família? Como você percebe que sua filha vivenciou essa situação?

O que sua filha revela a você sobre o abuso? Como você espera que essa situação se resolva?